

Relatório Anual | 2018



Versão Final

FICHA TÉCNICA

Título:

Contratação Pública em Portugal 2018



Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa
Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Data de edição: Abril 2020

Os valores apresentados com referência à fonte “portal BASE” (www.base.gov.pt) foram apurados com recurso à ferramenta Power BI

ÍNDICE

1. Introdução.....	8
2. A contratação pública eletrónica em Portugal.....	9
3. Montante da contratação pública	12
3.1. Estatísticas da contratação pública.....	13
3.1.1.Evolução dos contratos públicos.....	13
3.1.2.Peso dos contratos públicos no Produto Interno Bruto (PIB).....	14
3.1.3.Contratos públicos e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	15
3.1.4.Contratos públicos e execução orçamental das administrações públicas	15
3.1.5.Procedimentos iniciados versus contratos celebrados.....	17
3.2. Contratação pública por tipo de contrato	19
3.3. Contratos por ano de decisão e duração média dos procedimentos.....	22
3.3.1.Contratos por ano de decisão de contratar	22
3.3.2.Distribuição da celebração de contratos por mês	24
3.4. Contratos por tipo de procedimento.....	25
3.5. Procedimentos concursais versus procedimentos por convite.....	28
3.5.1.Procedimentos concursais.....	30
3.5.2.Ajustes diretos	33
3.5.2.1 Ajustes diretos por razão material	38
3.5.3.Consulta prévia	45
3.5.3.1 Consulta prévia por razão material	49
4. Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados.....	54
5. Duração média dos procedimentos de contratação	59
6. Número de concorrentes por procedimento	61
7. Modalidade de adjudicação	63
7.1. «Preço» vs «Melhor relação Qualidade - Preço»	63
7.2. «Melhor relação qualidade preço»: peso do fator preço	65
7.3. Preços anormalmente baixos.....	67
abulário Comum para os Contratos Públicos” (CPV)	71
7.3.1.Peso dos contratos públicos sobre o volume de negócios dos adjudicatários.....	80
7.3.2.Origem dos adjudicatários não nacionais.....	81
7.4. Plataformas eletrónicas	82
7.4.1.Contratos celebrados em 2018 com as plataformas eletrónicas para a aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação.....	82
7.4.2.Contratos celebrados em 2018 por plataforma por onde tramitaram os respetivos procedimentos.....	83
8. Execução dos contratos.....	86



8.1. Desvio de preços.....	86
8.2. Desvio de prazos.....	90

Quadro 1 – A contratação pública comunicada em Portugal: peso no PIB	14
Quadro 2 – A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção (milhares de euros)	15
Quadro 3 – Contratos celebrados em 2018 por ano de decisão	22
Quadro 4 – Ajustes diretos em 2018, por CPV	37
Quadro 5 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2018, por razão material	43
Quadro 6 – Consulta Prévia em 2018, por CPV	48
Quadro 7 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2018, por razão material	53
Quadro 8 – Distribuição da contratação por CPV	72
Quadro 9 – Distribuição da contratação por CPV: comparação 2017/2018	72
Quadro 10 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV	79
Quadro 11 – Contratos com indicação da duração final do contrato	90
Gráfico 1 – Contratação pública em 2018	9
Gráfico 2 – Contratação pública eletrónica em Portugal em 2018: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal	10
Gráfico 3 – Evolução do ICEP	11
Gráfico 4 – Os contratos públicos, em Portugal, no ano de 2018: números globais	12
Gráfico 5 – Os contratos públicos, em Portugal, nos anos de 2013 a 2018: números globais	13
Gráfico 6 – A contratação pública em função do PIB	14
Gráfico 7 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental (Milhões de Euros)	16
Gráfico 8 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental. Evolução 2011 a 2018 (Milhões de Euros)	16
Gráfico 9 – Comparação do número de procedimentos abertos com o número de contratos celebrados e do valor do preço base dos procedimentos abertos com os montantes contratuais (2018)	17
Gráfico 10 – Relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no mesmo ano: evolução 2013 a 2018	18
Gráfico 11 – Contratação Pública por tipo de contratos, em 2018	19
Gráfico 12 – Peso relativo dos Bens e Serviços face às Obras Públicas por Montantes Contratuais: 2013 a 2018	19
Gráfico 13 – Número de contratos celebrados nos anos de 2013 a 2018	20
Gráfico 14 – Valor dos contratos celebrados nos anos de 2013 a 2018 (em Milhões de Euros)	21
Gráfico 15 – Valor médio dos contratos celebrados nos anos de 2013 a 2018 (Euros)	21
Gráfico 16 – Percentagem dos contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano	22
Gráfico 17 – Valor médio dos contratos celebrados em 2018 em função do ano de decisão do procedimento (Euros)	23
Gráfico 18 – Distribuição dos contratos celebrados, por mês	24
Gráfico 19 – Contratação Pública por tipo de procedimento (2018)	25
Gráfico 20 – Número de contratos por tipo de procedimento: evolução 2013 a 2018	26
Gráfico 21 – Montantes contratuais por tipo de procedimento: evolução 2013 a 2018 (milhões de euros)	26
Gráfico 22 – Número de contratos por tipo de procedimento (2018)	27
Gráfico 23 – Montantes contratuais por tipo de procedimento (2018)	28
Gráfico 24 – Contratação Pública em 2018 por tipo de procedimento	28
Gráfico 25 – Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão do número, nos anos de 2013 a 2018	29
Gráfico 26 – Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão dos montantes contratuais, nos anos de 2013 a 2018	29
Gráfico 27 – Contratos decorrentes de procedimentos concursais em 2018	30
Gráfico 28 – Número de contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2013 a 2018	31
Gráfico 29 – Montantes dos contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2013 a 2018 (Milhões de Euros)	32
Gráfico 30 – Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concursais, por tipo de contrato: 2013 a 2018 (Milhões de Euros)	32
Gráfico 31 – Ajustes diretos em 2018	33
Gráfico 32 – Número de contratos por ajuste direto: 2013 a 2018	34
Gráfico 33 – Valor dos contratos por ajuste direto: 2013 a 2018 (em Milhões de Euros)	34
Gráfico 34 – Valor médio dos contratos por ajuste direto: 2013 a 2018	35
Gráfico 35 – Número de entidades adjudicantes que reportaram ajustes diretos	35
Gráfico 36 – Número de entidades adjudicantes que, tendo reportado contratos celebrados em 2018, reportaram (ou não) ajustes diretos	36
Gráfico 37 – Distribuição dos ajustes diretos, por tipo de entidade, em 2018	37
Gráfico 38 – Distribuição dos contratos por ajuste direto simplificado, por intervalos de valores contratuais	38
Gráfico 39 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais	39
Gráfico 40 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2018	39
Gráfico 41 – Evolução do número de contratos celebrados com base em critério material em 2018	40
Gráfico 42 – Evolução do Montante Contratual dos contratos celebrados com base em critério material em 2018	41
Gráfico 43 – Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2018	42

Gráfico 44 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2018	43
Gráfico 45 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material: comparação 2013 a 2018	44
Gráfico 46 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV: comparação	45
Gráfico 47 - Consultas Prévias em 2018	45
Gráfico 48 - Número de contratos por consulta prévia em 2018	46
Gráfico 49 - Valor dos contratos por consulta prévia em 2018	46
Gráfico 50 - Valor médio dos contratos por consulta prévia em 2018	47
Gráfico 51 - Distribuição das consultas prévias, por tipo de entidade, em 2018	48
Gráfico 52 - Distribuição dos contratos por consulta prévia, por intervalos de valores contratuais	49
Gráfico 53 - Peso relativo dos contratos por consulta prévia por razões materiais	49
Gráfico 54 - Peso relativo dos contratos por consulta prévia e por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2018	50
Gráfico 55 - Número de contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2018	50
Gráfico 56 - Montante Contratual dos contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2018	51
Gráfico 57 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2018	52
Gráfico 58 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2018	52
Gráfico 59 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material:	53
Gráfico 60 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV	54
Gráfico 61 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018 (Milhões de Euros)	54
Gráfico 62 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por CPV	55
Gráfico 63 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por tipo de procedimento	56
Gráfico 64 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por tipo de contrato	57
Gráfico 65 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por tipo de entidade adjudicante	57
Gráfico 66 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por intervalo de valor contratual – bens e serviços	58
Gráfico 67 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por intervalo de valor contratual – obras públicas	59
Gráfico 68 - Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2018, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (todos os contratos exceto os ajustes diretos simplificados)	59
Gráfico 69 - Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2018, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (contratos resultantes de procedimentos concursais)	60
Gráfico 70 - Número médio de propostas por procedimento (2018)	61
Gráfico 71 - Número de propostas por procedimento: procedimentos concursais (2018)	62
Gráfico 72 - Número de propostas por procedimento: ajustes diretos para aquisição de bens e serviços (2018)	62
Gráfico 73 - Critérios de adjudicação nos procedimentos abertos (concursos públicos e concursos limitados)	63
Gráfico 74 - Peso relativo dos critérios de adjudicação por número de contratos: variação de 2011 para 2018	64
Gráfico 75 - Peso relativo dos critérios de adjudicação por montantes contratuais: variação de 2013 para 2018	64
Gráfico 76 - Valor médio dos contratos precedidos de procedimento concorrencial, por modalidade de adjudicação: variação de 2013 para 2018	65
Gráfico 77 - Distribuição do peso do fator «preço» ou análogo na apreciação das propostas de procedimentos abertos em 2018	66
Gráfico 78 - Distribuição acumulada do peso do fator preço ou análogo na apreciação das propostas: comparação dos anos 2011 a 2018	66
Gráfico 79 - Percentagem do número de contratos nos quais o fator preço ou análogo teve preponderância maioritária	67
Gráfico 80 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): ano de 2018	68
Gráfico 81 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): evolução 2013 a 2018	69
Gráfico 82 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas : evolução 2013 a 2018	70
Gráfico 83 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas) dos procedimentos concursais: ano de 2018	70
Gráfico 84 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas dos procedimentos concursais: ano de 2018	71
Gráfico 85 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram contratos: evolução de 2013 a 2018	73
Gráfico 86 - Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade (2018)	73
Gráfico 87 - Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade: evolução 2013 a 2018	74
Gráfico 88 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram um único contrato por ajuste direto, ou não reportaram qualquer contrato por ajuste direto, tendo reportado outros contratos	75
Gráfico 89 - Contratação pública em 2018 por tipo de Entidade	75
Gráfico 90 - Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa	76
Gráfico 91 - Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Bens e Serviços	77

Gráfico 92 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Obras Públicas	78
Gráfico 93 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV	78
Gráfico 94– Número de situações em que o peso dos contratos celebrados com uma determinada entidade adjudicante em 2018 representou mais de 20% do volume de negócios de 2018 do operador económico	80
Gráfico 95- Classificação por tipo das empresas cujos contratos públicos celebrados foi superior ao volume de negócios (2018)	81
Gráfico 96- Número de Entidades Adjudicatárias, por país (2018)	81
Gráfico 97- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada	82
Gráfico 98- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada: evolução 2013 a 2018	83
Gráfico 99- Distribuição do número de contratos e dos montantes contratuais tramitados, por plataforma	84
Gráfico 100- Distribuição dos montantes contratuais, por plataforma: evolução 2013 a 2018	84
Gráfico 101- Distribuição dos números e montantes contratuais, por plataforma: ano de 2018	85
Gráfico 102- Contratos com indicação do preço total efetivo	86
Gráfico 103- Desvios de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços	87
Gráfico 104- Desvios de preços por intervalo de variação: Obras Públicas	87
Gráfico 105- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de contrato	88
Gráfico 106- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de procedimento	88
Gráfico 107- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de entidade adjudicante	89
Gráfico 108- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por CPV (número de contratos)	90
Gráfico 109- Desvios de prazos por intervalo de variação: Bens e Serviços	91
Gráfico 110- Desvios de prazos por intervalo de variação: Obras Públicas	91

Siglas

ALC	Acima dos limiares comunitários
BS	Bens e Serviços
CCP	Código dos Contratos Públicos.
CPV	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
ICPEP	Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal
IM _(alc)	Índice de Manchester (acima dos limiares comunitários)
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
K	Milhar
ME	Milhões de euros
OP	Obras Públicas
PE	Plataformas Eletrónicas
PIB	Produto Interno Bruto
pp	Pontos Percentuais
PME	Pequenas e Médias Empresas

1. INTRODUÇÃO

O Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) procede à publicação do relatório anual sobre a contratação pública em Portugal relativo ao ano de 2018. A publicação sucede no final do ano de 2019, resultado de um projeto de dinamização com o qual se pretende divulgar os principais indicadores relativos à contratação pública e potenciar um melhor conhecimento desta área, à semelhança do já sucedido em anos anteriores¹ recorrendo a uma nova ferramenta (Power BI).

Este relatório é possível pela existência do portal BASE, criado no âmbito da reforma introduzida na contratação pública em 2008, designadamente no que respeita à introdução, com caráter obrigatório, da contratação pública eletrónica, que constitui o repositório dos contratos públicos.

Integrado no modelo de contratação pública eletrónica que o nosso país adotou em 2009, o portal BASE, para além do papel relevante em sede de transparência e prestação de contas, designadamente pelo seu livre acesso, também permite a elaboração de análises que de outro modo não seriam passíveis de serem feitas, pelo menos nos mesmos moldes, com as quais o conhecimento concreto sobre a contratação pública em Portugal é certamente maior, permitindo uma decisão mais informada aquando do desenho de políticas públicas.

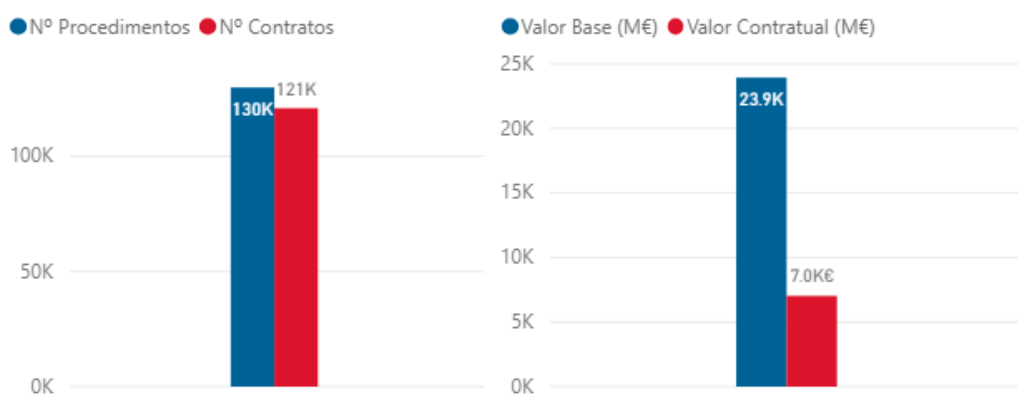
Sendo evidente o carácter inovador do modelo português de contratação pública eletrónica, designadamente a previsão de um portal com as características e os objetivos do portal BASE, e com a transposição das novas diretivas da contratação pública² para o ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que veio alterar o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2018 e aplicável apenas aos procedimentos cuja data de decisão de contratar seja posterior a essa data, o presente relatório procura adaptar-se às mudanças e espelhar a informação decorrente das mesmas.

¹Relatórios relativos aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 disponíveis no portal do IMPIC (<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/relatorios-e-dados-estatisticos/relatorios-de-contratacao-publica>) e no portal BASE (<http://www.base.gov.pt/Base/pt/Relatorios>).

² Diretivas 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas de 28 de março.

2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL

Gráfico 1 – Contratação pública em 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

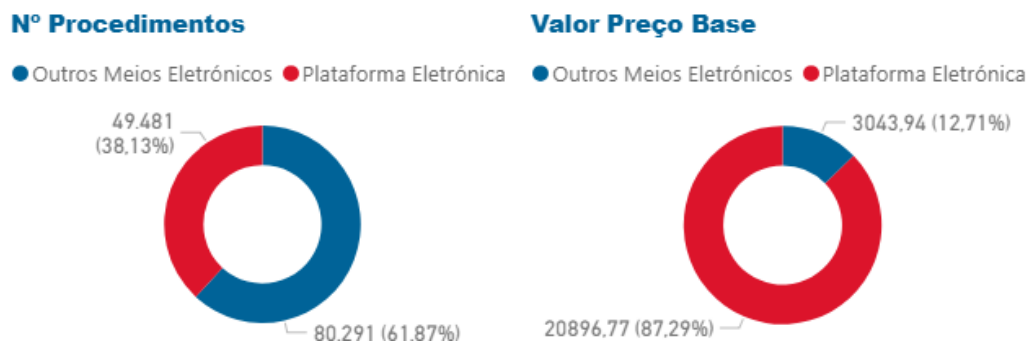
No ano de 2018 foram registados no portal BASE 129 733³ procedimentos cujo respetivo preço base⁴ ascendeu a 123 941 milhões de euros. No mesmo período, o número de contratos celebrados e reportados ao portal BASE – independentemente do ano de início do procedimento – foi de 120 781, a que corresponderam 7 032 milhões de euros em termos de valores contratuais. No ano de 2018 os valores agregados excluem os Ajustes Diretos Simplificados.

³ Incluindo-se, neste número, todos os procedimentos de contratação, exceto os ajustes diretos simplificados e a contratação excluída (em 2017 o valor de 569 482 procedimentos incluía, neste número, todos os procedimentos de contratação, designadamente os ajustes diretos simplificados e a contratação excluída)

⁴ Preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, excluindo os ajustes diretos (art.º 47.º, n.º1 do Código dos Contratos Públicos).

Dos procedimentos iniciados durante o ano de 2018, a percentagem de procedimentos cuja tramitação decorreu através de uma das cinco plataformas eletrónicas certificadas para a contratação pública⁵ foi de 38,1%, resultante em parte da não obrigatoriedade de tramitação dos ajustes diretos e das consultas prévias nas plataformas.

Gráfico 2 – Contratação pública eletrónica em Portugal em 2018: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal⁶



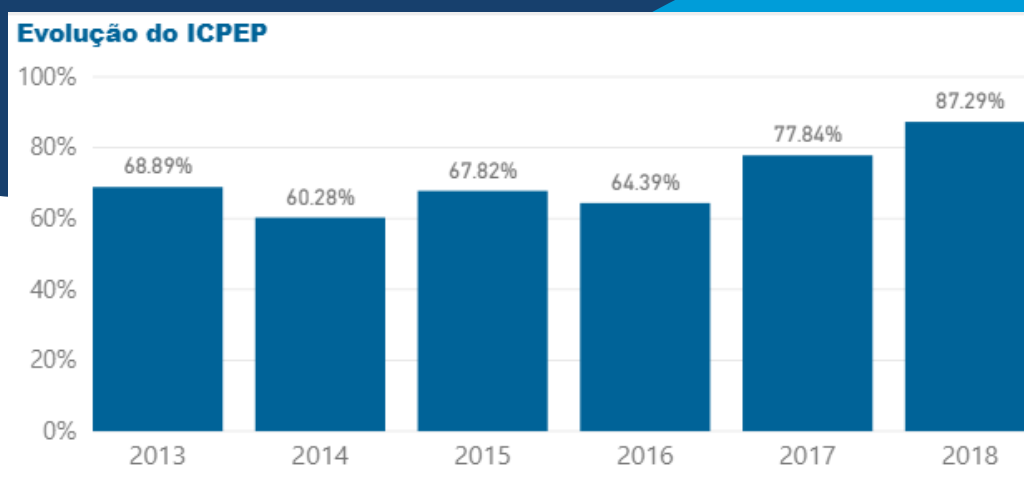
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

⁵ Plataformas de empresas que foram licenciadas e certificadas pelo IMPIC e pelo GNS nos termos do art.º 7.º e do art.º 8.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

⁶ Relativamente aos anos anteriores (2010 e 2011) o apuramento do ICPEP foi alterado: ao invés de se utilizar como critério os contratos celebrados no ano, optou-se por utilizar os procedimentos abertos no ano.

Esta metodologia parece-nos mais adequada por duas ordens de razão: i) em primeiro lugar porque a utilização do número de contratos apela à consideração de procedimentos abertos em anos anteriores, em que supostamente o recurso de plataformas eletrónicas estaria menos em voga; ii) em segundo lugar porque a utilização dos contratos celebrados não teria em conta os procedimentos que, apesar de iniciados, não tinham dado lugar a qualquer contrato (o que não significa que não tivesse havido procedimento e que o mesmo não tenha sido tramitado por via de plataforma eletrónica).

Gráfico 3 - Evolução do ICPEP



A representatividade da contratação tramitada por plataformas eletrónicas foi mais significativa quando nos reportamos aos valores monetários inerentes aos procedimentos de contratação: a soma dos preços base dos procedimentos tramitados por plataformas de contratação pública ascendeu a 87,3% do somatório do preço base de todos os procedimentos abertos em 2018.

Assim, o Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal (ICPEP) – índice que pretende monitorizar o peso da contratação pública tramitada através de plataformas que hoje em dia estão devidamente certificadas para assegurar os procedimentos de contratação pública – foi de 87,3%.

Em 2018 o valor do índice foi superior ao registado no ano de 2017 e substancialmente acima dos 5% estimados em 2010 no Livro Verde sobre o estado de utilização da contratação pública eletrónica na UE⁷.

Uma vez que os procedimentos concursais⁸ são, obrigatoriamente, tramitados através de plataformas eletrónicas para a contratação pública, o valor deste indicador depende da evolução dos procedimentos de contratação iniciados com recurso ao ajuste direto e à consulta prévia - os quais tiveram um incremento no seu peso relativo (cfr. item 3.5.2) - dado que, nestes procedimentos, a utilização de uma plataforma pública de contratação está sujeita à discricionariedade da entidade adjudicante.

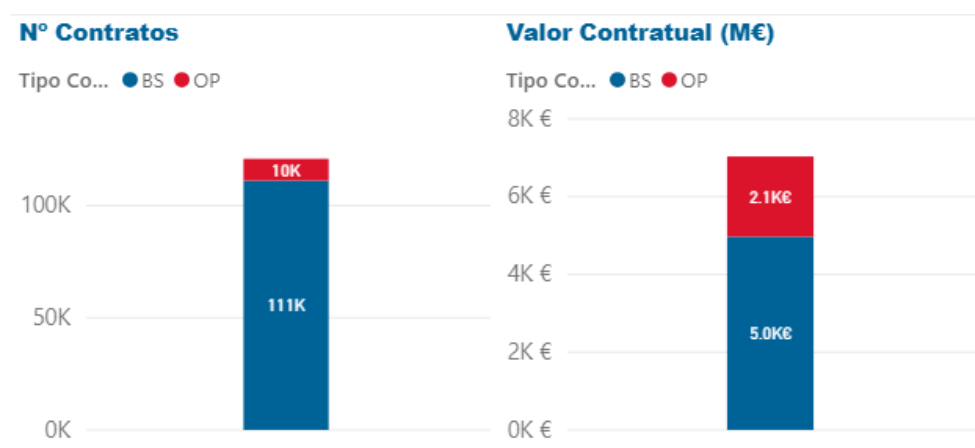
⁷ Livro Verde relativo ao alargamento da utilização da contratação pública eletrónica na EU - SEC(2010) 1214 (<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0571:FIN:PT:PDF>).

⁸ Concursos públicos e concursos limitados (Procedimentos com anúncio em Diário da República)

3. MONTANTE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2018, os contratos públicos reportados ao portal BASE⁹ atingiram 7,032 mil milhões de euros, em resultado de 120 781 contratos celebrados.

Gráfico 4 – Os contratos públicos, em Portugal, no ano de 2018: números globais



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

⁹ Cumpre alertar (como tem sido feito nos relatórios precedentes) para a possibilidade de os contratos reportados não serem, efetivamente, todos os contratos celebrados por entidades adjudicantes. Para além de entidades que possam não ter procedido ao registo dos seus contratos por desconhecimento, ou por outras razões, existem outros contratos que, atenta a natureza e o enquadramento jurídico, poderão não ter sido integralmente reportados ao portal BASE, designadamente:

- a) Os contratos cujo preço contratual seja inferior a 5 000 euros;
- b) Os contratos de aquisição de serviços de água e energia elétrica;
- c) Os contratos das entidades inseridas nos sectores especiais (água, energia, transportes e serviços postais) abaixo dos limiares comunitários;
- d) Os contratos excluídos nos termos do artigo 4.º do CCP;
- e) Os contratos resultantes de procedimentos não sujeitos à parte II do CCP, nos termos do respetivo artigo 5.º (ex: contratação “in house”).

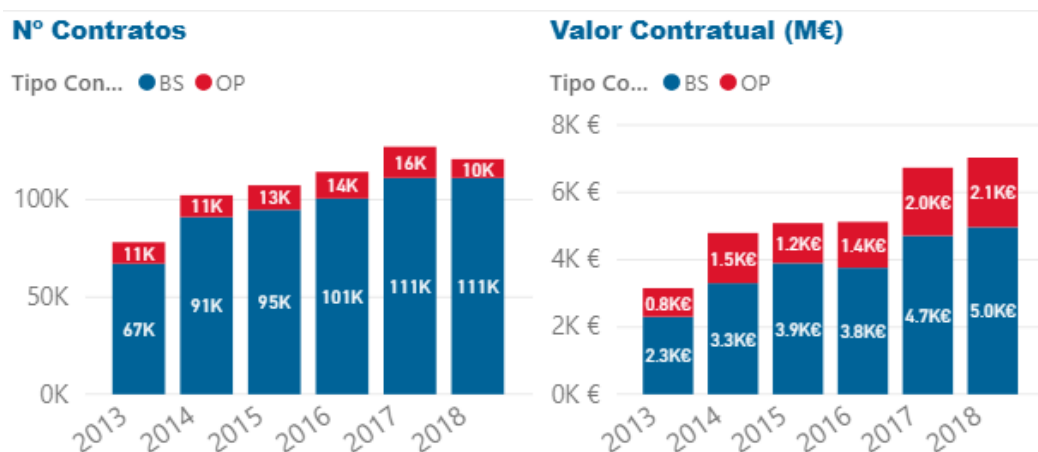
3.1. ESTATÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.1.1. EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Face aos anos precedentes, em 2018 observou-se uma diminuição do número de contratos públicos reportados ao portal BASE. Esta alteração foi especialmente notada ao nível das obras públicas, que de 2017 para 2018 – diminuíram 29,3%. Nos bens e serviços registou-se uma variação de +10,7% quando comparado com o ano de 2017.

Relativamente aos montantes contratuais, face ao ano de 2018 registou-se um aumento global de 4,2% (+288 milhões de euros). Esta variação decompõe-se numa variação de +5,4%, no caso dos bens e serviços, isto é, +260 milhões de euros face a 2017, e uma variação de +1,4% no caso das obras públicas (correspondentes a 29 milhões de euros).

Gráfico 5 – Os contratos públicos, em Portugal, nos anos de 2013 a 2018: números globais



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.1.2. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

No ano de 2018, o peso dos valores contratuais comunicados ao portal BASE representou 3,45% do PIB, que face ao ano anterior representa um acréscimo de 0,01 p.p.

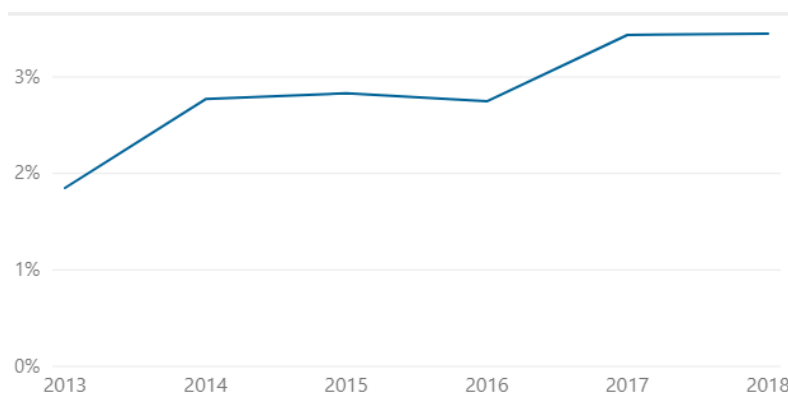
Quadro 1 – A contratação pública comunicada em Portugal: peso no PIB

Ano	PIB (M€)	PIB Var. %	Valor Contratual (M€)	Valor Contratual Var. %	Peso Contratação face ao PIB
2013	170,492.30 €		3,154.63 €		1.85%
2014	173,053.70 €	1.50%	4,794.22 €	51.97%	2.77%
2015	179,713.20 €	3.85%	5,086.90 €	6.10%	2.83%
2016	186,489.80 €	3.77%	5,123.66 €	0.72%	2.75%
2017	195,947.20 €	5.07%	6,732.53 €	31.40%	3.44%
2018	203,896.20 €	4.06%	7,031.97 €	4.45%	3.45%
Total	1,109,592.40 €	22.51%	31,923.92 €	28.25%	2.88%

Fonte: portal BASE (setembro 2019)
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 23-09-2019)

Tomando como base indicadores para 2017 estimados pela Comissão Europeia, em Portugal a contratação pública nesse ano deveria representar 9,1% do PIB, sendo que os contratos públicos reportados ao portal BASE se ficaram pelos 3,45% em 2018.

Gráfico 6 – A contratação pública em função do PIB



Fonte: portal BASE (setembro 2019)
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 22-06-2018)
Public Procurement Indicators 2015, Comissão Europeia

3.1.3. CONTRATOS PÚBLICOS E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)

No caso dos contratos públicos respeitantes a obras públicas reportadas ao portal BASE, de 2017 para 2018 aumentaram para 2 064 milhões de euros.

Quadro 2 – A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção (milhares de euros)

Ano	Formação Bruta Capital Fixo - Construção (M€)	Formação Bruta Capital Fixo - Construção Var. %	Valor Contratual (M€)	Valor Contratual Var. %	Peso Contratação face ao FBCF - Construção
2013	13,180.20 €		849.99 €		6.45%
2014	12,969.20 €	-1.60%	1,491.84 €	75.51%	11.50%
2015	13,854.50 €	6.83%	1,187.88 €	-20.37%	8.57%
2016	13,951.00 €	0.70%	1,363.84 €	14.81%	9.78%
2017	16,262.40 €	16.57%	2,021.98 €	48.26%	12.43%
2018	18,012.00 €	10.76%	2,064.46 €	2.10%	11.46%
Total	88,229.30 €	25.65%	8,979.98 €	29.85%	10.18%

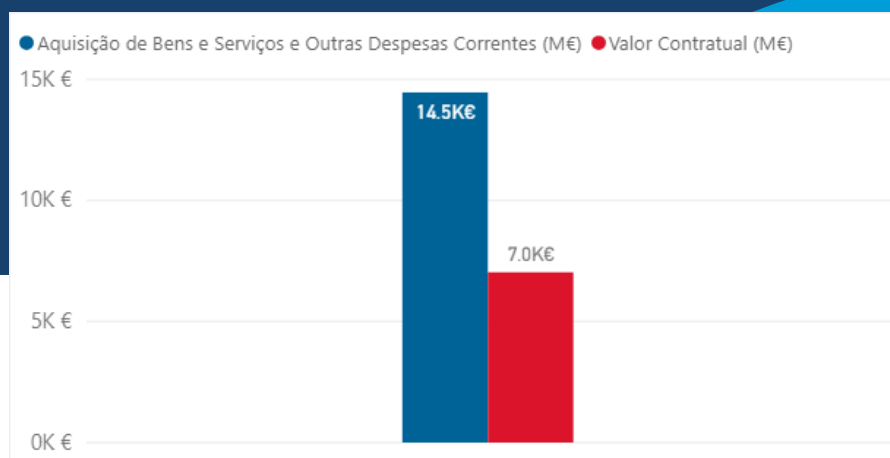
Fonte: portal BASE (setembro 2019)
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 23-09-2019)

Apesar do aumento no valor dos contratos de obras públicas reportados ao portal BASE, a relação entre o montante contratual global e a formação bruta de capital fixo na construção desceu em 0,97 pontos percentuais, passando a representar 11,46% daquele indicador.

3.1.4. CONTRATOS PÚBLICOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Comparando os valores contratuais reportados ao Portal BASE com a execução orçamental das Administrações Públicas, constatamos que em 2018 o montante contratual global dos contratos reportados ao portal BASE, no valor de 7 032 milhões de euros (incluindo as obras públicas), equivaliu a 48,63% das rubricas «aquisição de bens e serviços» e «outras despesas correntes» da execução.

Gráfico 7 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental (Milhões de Euros)

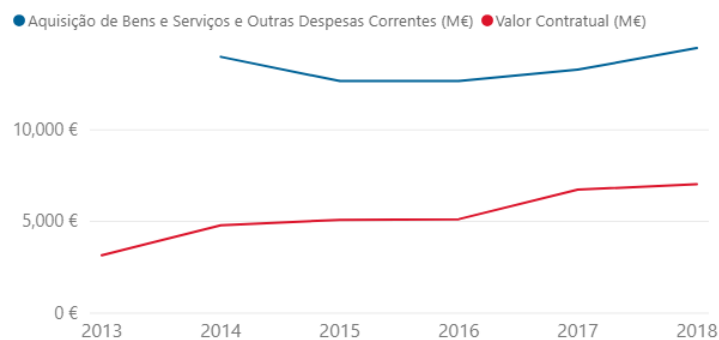


Fonte: portal BASE (setembro 2019)
Direção Geral do Orçamento (Síntese da Execução orçamental jan a dez 2018)

Ainda que o valor da execução orçamental possa estar a ser influenciado por contratos celebrados em anos anteriores, bem como por contratação excluída da aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos, atento o valor da execução orçamental seria expectável um maior valor de contratos públicos reportados ao portal BASE (é no entanto de considerar que existem contratos que pela sua natureza (como por exemplo as rendas) não são naturalmente reportados).

Esta situação, aliás, tem sido recorrente nos últimos anos, durante os quais o valor dos contratos reportados ao portal BASE oscilou entre 34,29% (2014) e 50,70% (2017).

Gráfico 8 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental. Evolução 2011 a 2018 (Milhões de Euros)



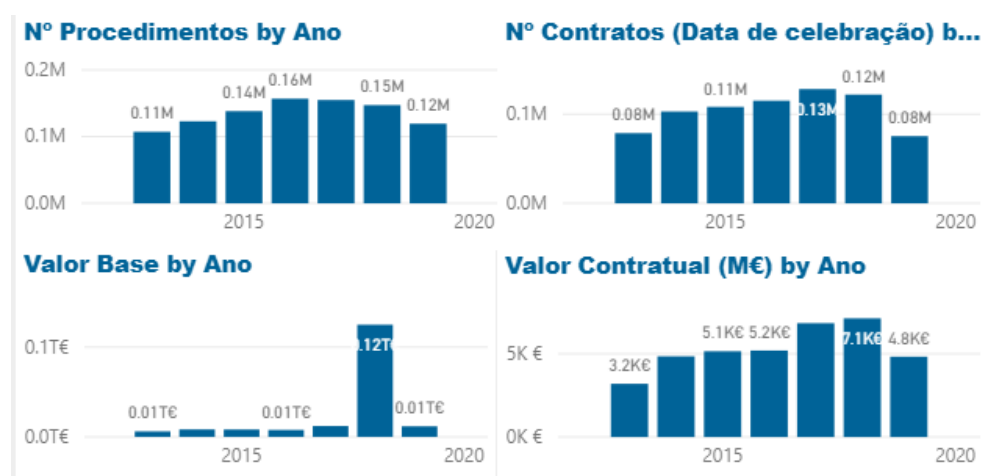
Fonte: portal BASE (setembro 2019)
Direção Geral do Orçamento (Síntese da Execução orçamental jan a dez 2018)

3.1.5. PROCEDIMENTOS INICIADOS VERSUS CONTRATOS CELEBRADOS

Como foi referido atrás, no ano de 2018 foram reportados ao portal BASE 129 733 procedimentos iniciados (a que corresponderam 123 941 milhões de euros de preço base) e 120 781 contratos (traduzidos em 7 032 milhões de euros de preço contratual).

Por comparação com o ano de 2017, em 2018 constatou-se uma diminuição no número de novos procedimentos (menos 4 461 procedimentos, ou seja, -3,3%), assim como uma diminuição no número de novos contratos (menos 6 322 novos contratos, isto é, -5,0%).

Gráfico 9 - Comparação do número de procedimentos abertos com o número de contratos celebrados e do valor do preço base dos procedimentos abertos com os montantes contratuais (2018)



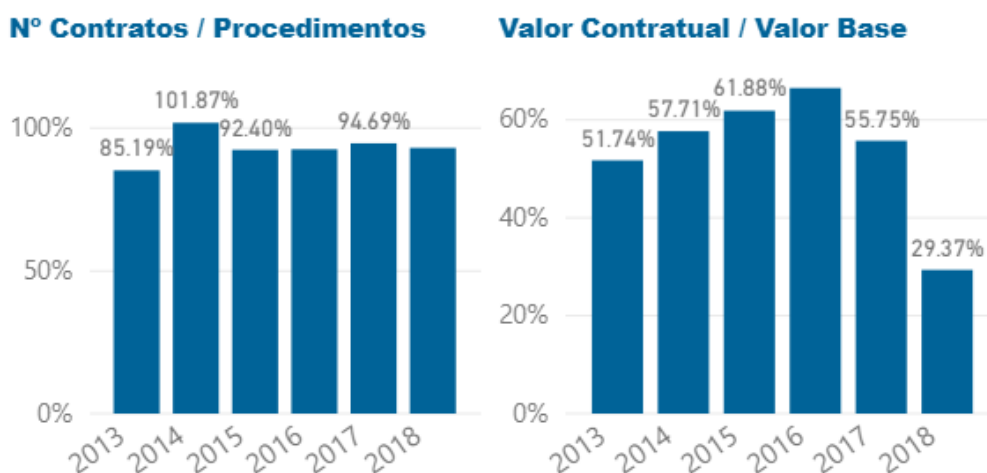
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Nos valores associados aos procedimentos e contratos em causa, no ano de 2018 o valor agregado do preço base dos procedimentos abertos aumentou em 111 864 milhões de euros (+926,3%, explicado pela existência de procedimentos com valores avultados na sequência de calamidades naturais), registando-se também um aumento nos valores contratuais que tiveram um acréscimo de 299 milhões de euros (+4,4%) face a 2017.

Embora sejam conceitos distintos¹⁰, é possível, ainda assim, relacionar os procedimentos com os contratos celebrados no mesmo período. A relação entre o número de contratos celebrados e o número de procedimentos de contratação iniciados em 2018 foi, pois, de 93,07%, em termos de números, e de 5,67%, em termos de montantes contratuais.

Face ao ano de 2017, registou-se uma diminuição no grau de conclusão dos procedimentos, isto é, a relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no ano, no que respeita ao número de contratos (-1,62 p.p.) assim como, no que respeita ao valor (-50,08 p.p.).

Gráfico 10 – Relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no mesmo ano: evolução 2013 a 2018



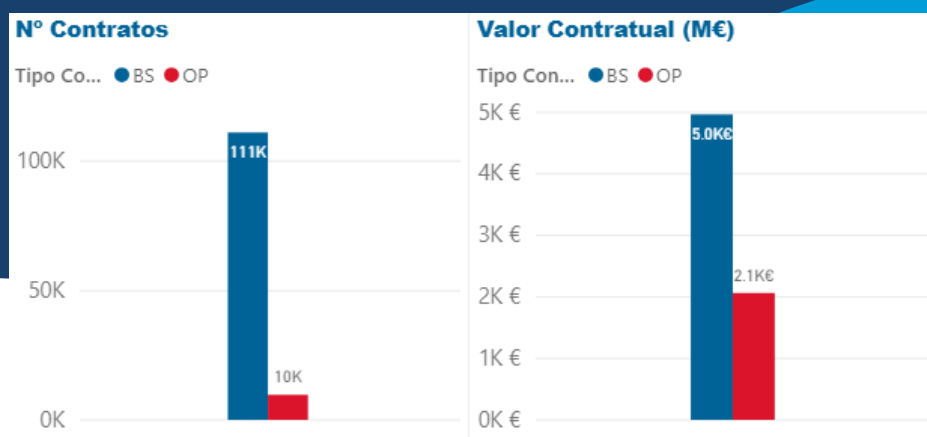
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

¹⁰ O procedimento de contratação traduz-se na abertura de um processo que se espera vir a originar a celebração de um contrato. É, todavia, possível que alguns procedimentos não resultem em contrato, seja por não haver concorrentes, por a entidade adjudicante ter, entretanto, decidido não adjudicar, ou por outros motivos.

Em sentido inverso, é possível que a um determinado procedimento correspondam vários contratos. Será disso exemplo os contratos por lotes ou os contratos celebrados ao abrigo de acordos-quadro.

3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR TIPO DE CONTRATO

Gráfico 11 – Contratação Pública por tipo de contratos, em 2018

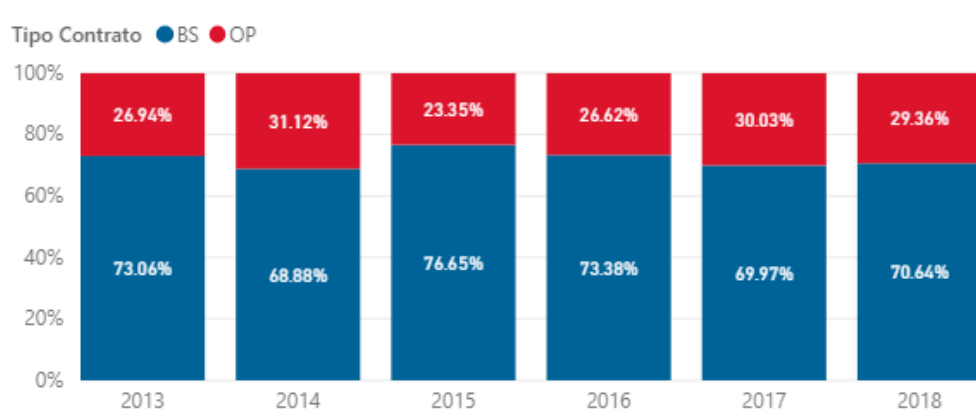


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Do número de contratos reportados ao portal BASE no ano de 2018, a grande maioria (92%) respeita a aquisição de bens e serviços. No que respeita aos montantes contratuais, os bens e serviços foram, igualmente, maioritários, ainda que com uma menor expressão relativa (70,6%).

A estrutura dos contratos públicos em 2018 continuou a inverter ligeiramente a tendência que se tem observado desde 2010 (constatado nos primeiros relatórios da contratação pública), em que o peso dos contratos relativos a obras públicas¹¹ tem vindo a descer relativamente à aquisição de bens e serviços. Se em 2010 os contratos relacionados com obras públicas representavam a maioria do valor total dos contratos públicos, em 2018 o seu peso ficou-se pelos 29,36%.

Gráfico 12- Peso relativo dos Bens e Serviços face às Obras Públicas por Montantes Contratuais: 2013 a 2018



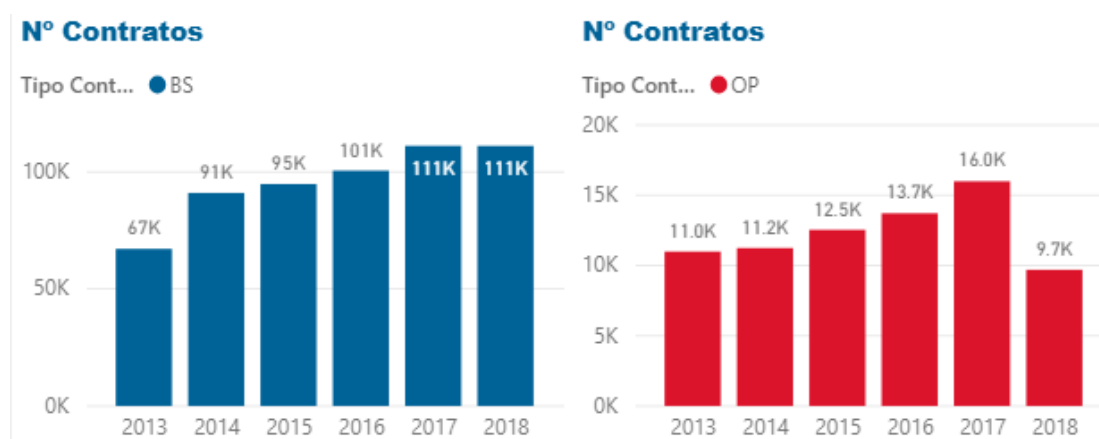
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

¹¹ Considerando-se incluído nas «obras públicas» os serviços relacionados com obras públicas.

O número de contratos de bens e serviços celebrados em 2018 representa um ligeiro decréscimo de 0,02% face ao ano de 2017 (-21), e um acréscimo de 10,5% (+10 587) face ao ano de 2016.

Já no que respeita às obras públicas, não se manteve a tendência dos últimos anos, e em 2018 registou-se uma diminuição do número de contratos, sendo a variação de -39,4% (- 6 301) face a 2017.

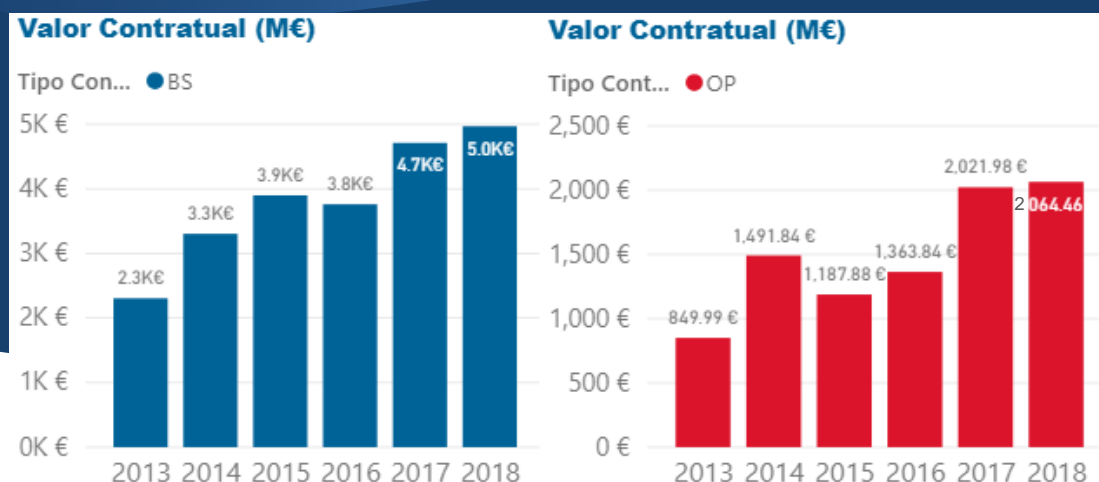
Gráfico 13- Número de contratos celebrados nos anos de 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Relativamente ao valor dos contratos celebrados de bens e serviços, registou-se um aumento de 5,5% (257 milhões de euros) face a 2017. Quanto às obras públicas, registou-se uma variação de +2,1% face a 2017 (+42 milhões de euros).

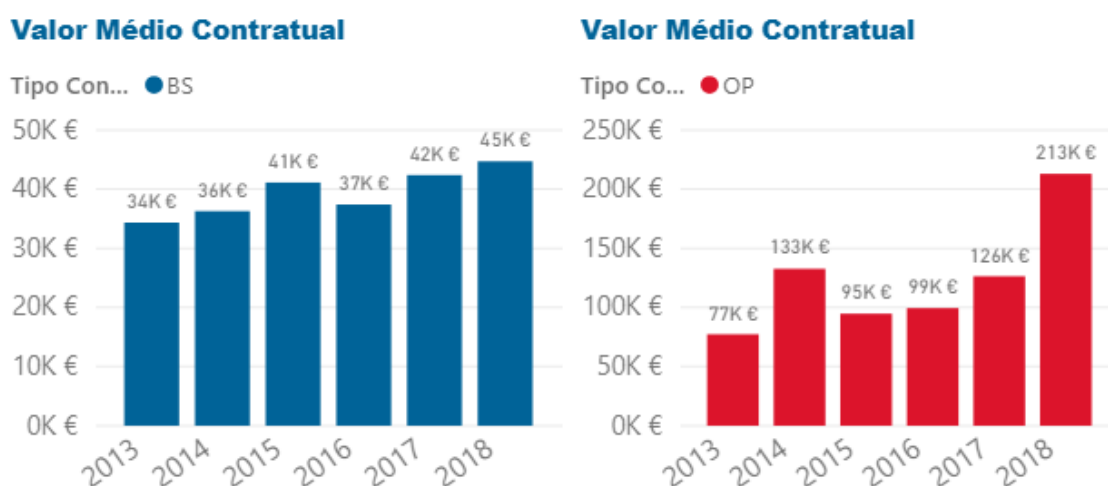
Gráfico 14- Valor dos contratos celebrados nos anos de 2013 a 2018 (em Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Quanto ao valor médio por contrato, no caso das obras públicas, o valor médio observado em 2018 foi de 213 006,25 €, o que representou um aumento face ao ano de 2017 de 68,5%, (+86 577 € por contrato). No caso dos bens e serviços, o valor médio deste tipo de contratos em 2018 foi de 44 717 €, traduzindo um aumento de 5,5% (+2 321 € por contrato) face ao ano de 2017.

Gráfico 15- Valor médio dos contratos celebrados nos anos de 2013 a 2018 (Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.3. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO E DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS

3.3.1. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO DE CONTRATAR

Analisando os contratos por ano de decisão de contratar, constata-se que 94,2% dos contratos celebrados em 2018 resultam de procedimentos de contratação iniciados no próprio ano. Apenas 5,7% dos contratos haviam sido iniciados no ano de 2017, podendo-se considerar como residuais os contratos celebrados em 2018 decorrentes de procedimentos iniciados antes de 2016.

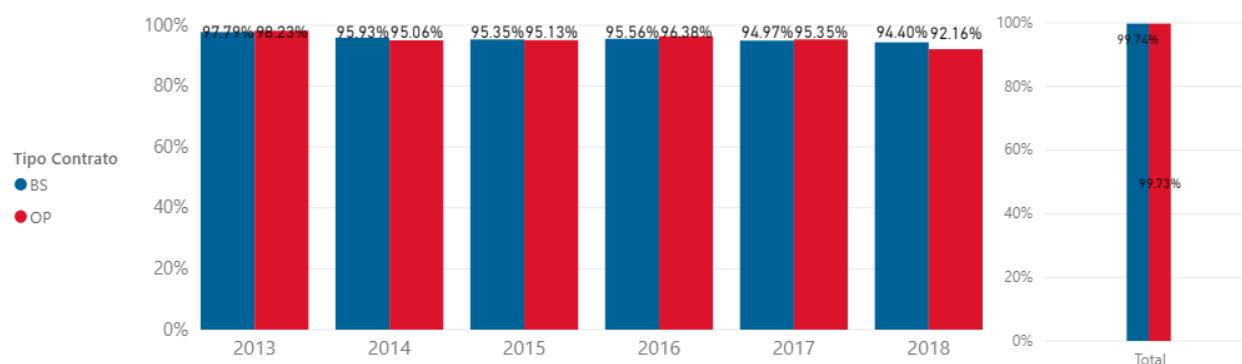
Quadro 3 – Contratos celebrados em 2018 por ano de decisão

Tipo Contrato	2010	2014	2015	2016	2017	2018	Total
BS	1	1	9	23	6,190	104,865	111,089
OP			2	6	752	8,932	9,692
Total	1	1	11	29	6,942	113,797	120,781

Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Comparando os anos de 2017 e 2018, podemos constatar que, neste último ano, os contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano foi inferior.

Gráfico 16- Percentagem dos contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Dos contratos de obras públicas celebrados em 2018 é possível notar uma diferenciação no valor médio dos contratos (consoante o ano de abertura do procedimento), traduzindo-se no aumento do valor médio do contrato consoante o ano de abertura do procedimento de contratação tenha sido mais recente, no caso dos bens e serviços o valor médio é mais estável nos últimos anos.

Gráfico 17- Valor médio dos contratos celebrados em 2018 em função do ano de decisão do procedimento (Euros)

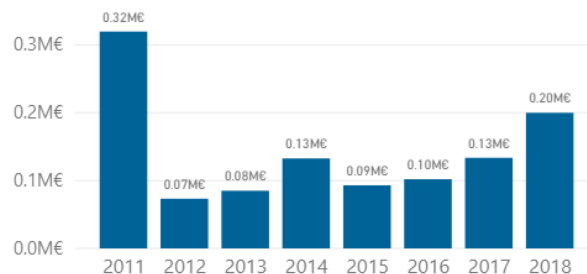
Valor Médio Contratual

Tipo Contrato ● BS



Valor Médio Contratual

Tipo Contrato ● OP



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

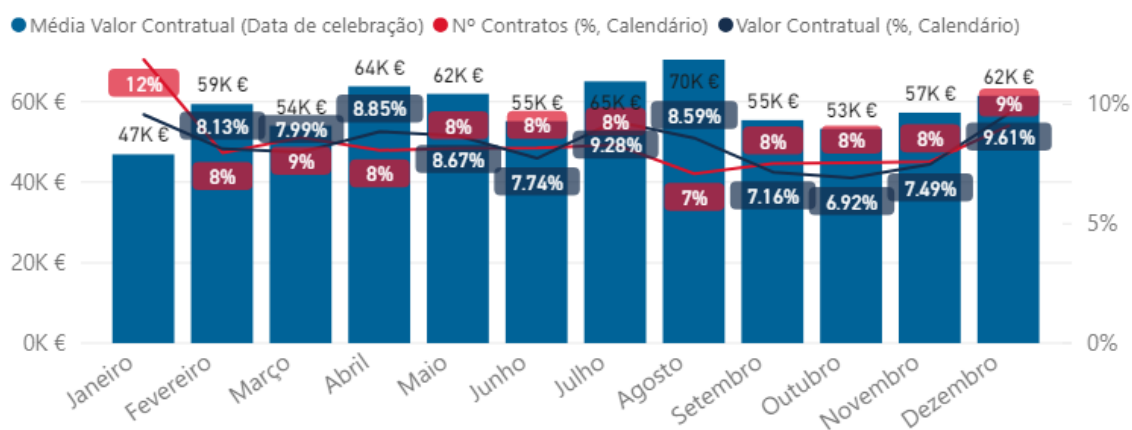
3.3.2. DISTRIBUIÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS POR MÊS

Analisando a distribuição do número de contratos públicos celebrados ao longo dos meses, constata-se que o menor número de contratos celebrados aconteceu em agosto e outubro. Já em janeiro, foram outorgados 12% dos contratos e em dezembro 9%.

No que respeita aos valores contratuais, a distribuição, variou entre 6,92% (outubro) e 9,61% (em dezembro).

Em termos de valores médios dos contratos, registou-se uma oscilação ao longo do período, sendo o mês de agosto o mês com o maior valor médio (70 481 €).

Gráfico 18- Distribuição dos contratos celebrados, por mês

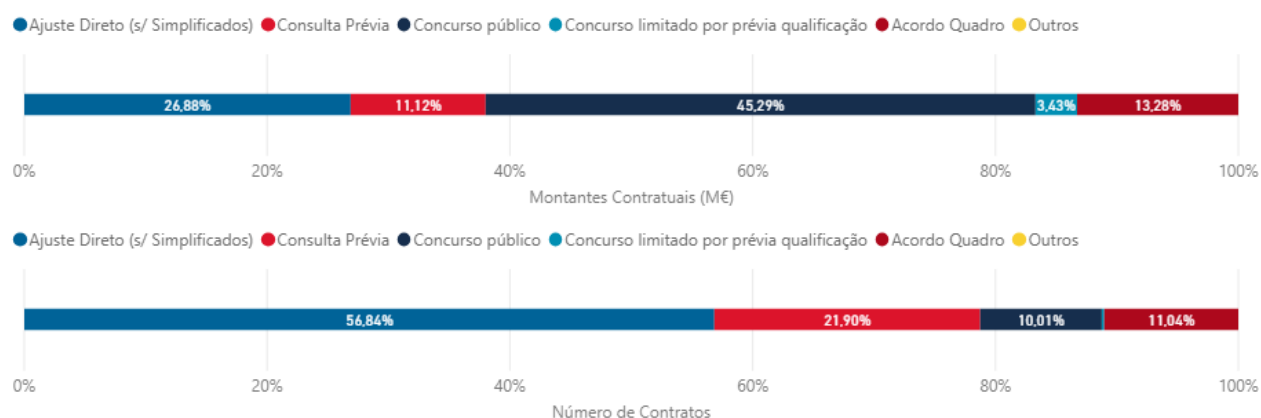


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.4. CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Dos contratos celebrados durante o ano de 2018, o tipo de procedimento a que se recorreu com maior frequência foi o ajuste direto, representando 56,8% do número total de procedimentos, seguindo-se a consulta prévia (21,9%). Em termos de montantes contratuais, o seu peso relativo foi menor (26,9% e 11,12% respetivamente).

Gráfico 19 - Contratação Pública por tipo de procedimento (2018)

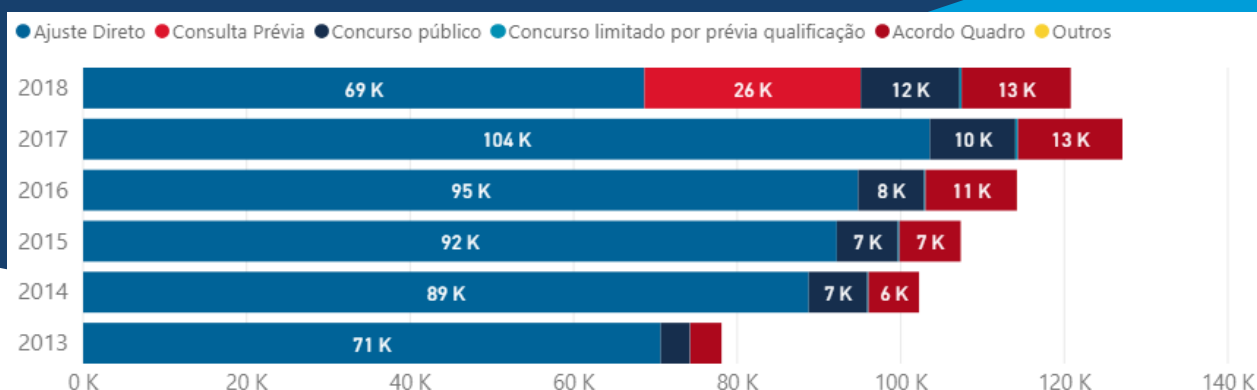


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Em termos de número de contratos, registou-se uma diminuição global (-5%), sendo de destacar a diminuição dos ajustes diretos por via da substituição pela consulta prévia. O número de contratos decorrentes de acordos-quadro, parecendo subavaliado¹² em anos anteriores, sobe novamente em 2018, tendo sido registados 13 339 contratos. Nos outros procedimentos estão incluídos aqueles com menos expressão (diálogo concorrencial, disponibilização de bens imóveis, procedimento de negociação e parceria para a inovação).

¹² É, todavia, de sublinhar que foi alterada a forma de reporte de tais contratos, quando associados aos acordos-quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPap), que deverão ter reflexos nos anos subsequentes.

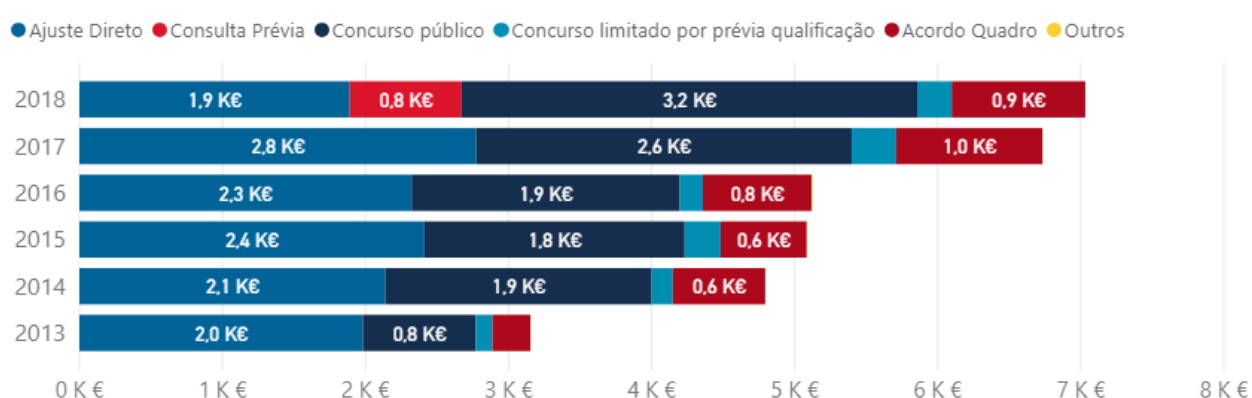
Gráfico 20 - Número de contratos por tipo de procedimento: evolução 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que respeita aos montantes contratuais, a variação foi positiva (+4,4%). Neste âmbito o destaque é dos concursos limitados por prévia qualificação, em que se registou uma variação positiva de +21,3%.

Gráfico 21 - Montantes contratuais por tipo de procedimento: evolução 2013 a 2018 (milhões de euros)



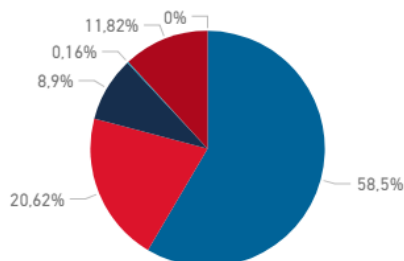
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Analisando a utilização dos diversos procedimentos de contratação por tipo de contratos, constatamos que o peso dos ajustes diretos é mais relevante no caso dos bens e serviços (58,5%) do que nas obras públicas (37,8%). O mesmo já não sucede com os procedimentos por Consulta Prévia, mais relevantes nos contratos de obras públicas (36,56%) do que nos contratos de aquisição de bens e serviços (20,62%).

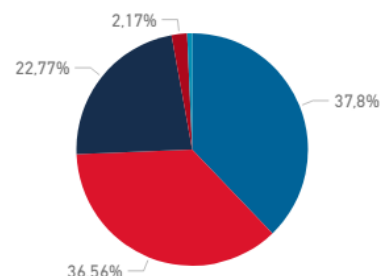
Gráfico 22- Número de contratos por tipo de procedimento (2018)

Bens e serviços

● Ajuste Direto ● Consulta Prévia ● Concurso público ● Concurso limitado po... ● Acordo Quadro ● Outros



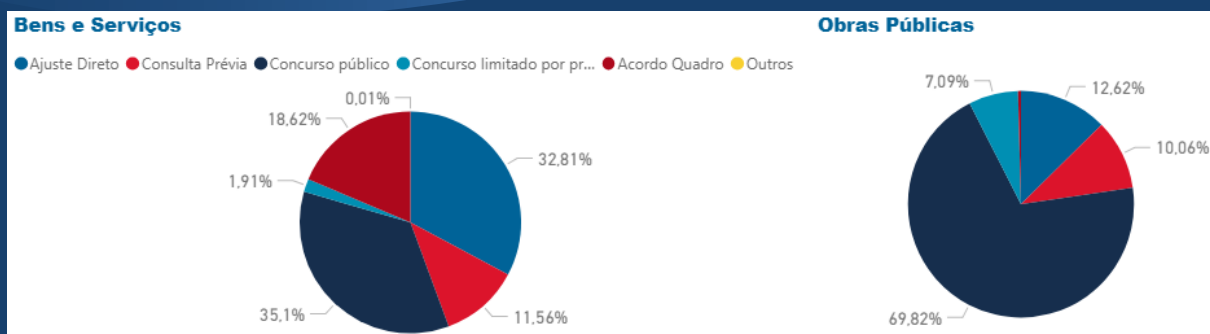
Obras Públicas



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por montantes contratuais, os contratos decorrentes de procedimentos por concurso público e concurso limitado são maioritários nas obras públicas (76,9%) comparando com os bens e serviços (37%). Em sentido oposto, os contratos celebrados na sequência de ajustes diretos são relativamente mais relevantes no caso de aquisição de bens e serviços (32,8%), representando 12,6% dos contratos de obras públicas.

Gráfico 23- Montantes contratuais por tipo de procedimento (2018)

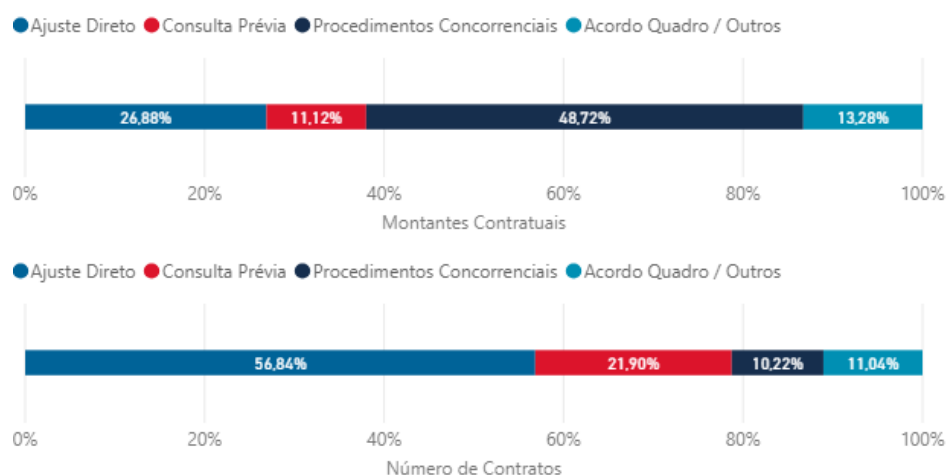


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.5. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS VERSUS PROCEDIMENTOS POR CONVITE

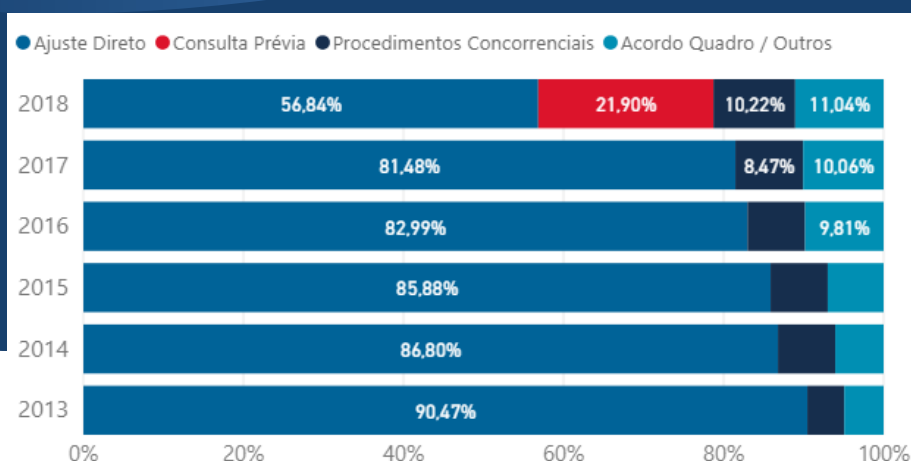
O peso dos contratos precedidos por procedimentos concursais (concursos públicos e concursos limitados por prévia qualificação) em 2018 foi de 10,2%, em termos de número de contratos, mas de 48,7% no que respeita aos valores contratuais. Já os contratos precedidos por procedimentos por ajuste direto e consulta prévia representaram 56,8% do número total de contratos, bem como 26,9% dos montantes contratuais celebrados em 2018.

Gráfico 24 - Contratação Pública em 2018 por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Gráfico 25- Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão do número, nos anos de 2013 a 2018

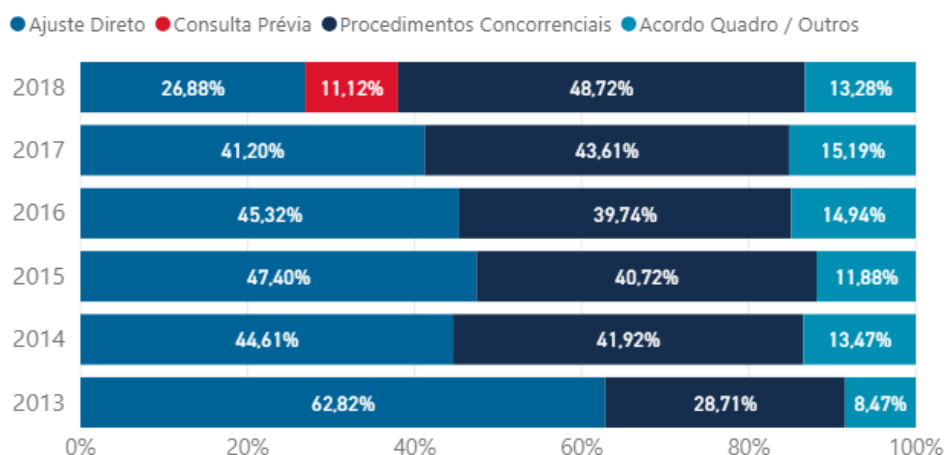


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Face a 2017, salienta-se a novidade do procedimento por consulta prévia com 21,9%, que conjuntamente com o ajuste direto representam 78,8% verificando-se assim uma diminuição do peso relativo do número de procedimentos por ajuste direto, que passaram de uma quota de 81,4% para 78,8%,(ajuste direto e consulta prévia) em 2018 .

Analisando o peso dos contratos por montante contratual, os procedimentos por ajuste direto deixaram de representar grande parte dos contratos celebrados, embora juntamente com a consulta prévia representem 38% dos contratos. Verifica-se em 2018 um aumento do peso dos contratos decorrentes de procedimentos concursais (48,7%, isto é, +5 pontos percentuais face a 2017).

Gráfico 26 - Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão dos montantes contratuais, nos anos de 2013 a 2018



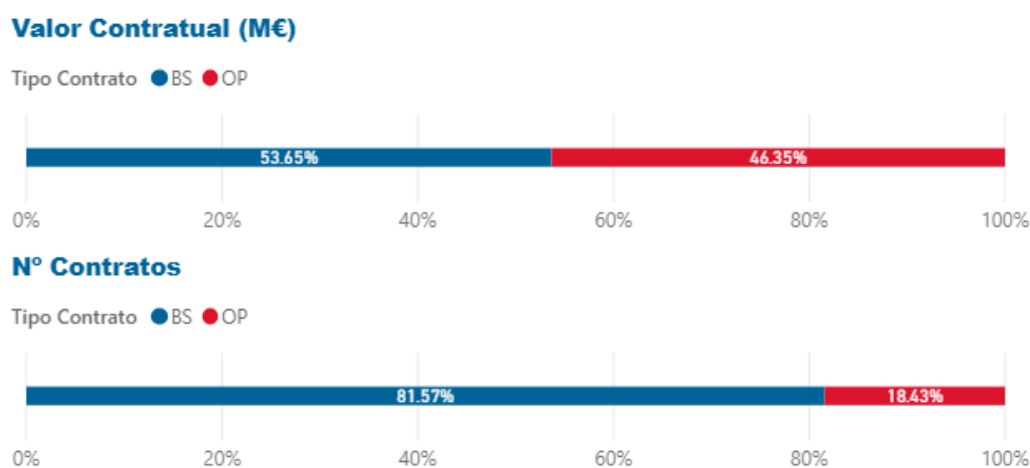
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.5.1. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

O número e os montantes contratuais dos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais ganharam algum espaço em relação aos demais procedimentos em termos da sua representatividade na contratação pública, no ano de 2018.

Nos procedimentos concursais, 81,57% (10 067) do número de contratos, correspondentes a 53,65% (1 838 milhões de euros) dos montantes contratuais respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 18,43% dos contratos (2 275) e 46,35% dos montantes contratuais relativos a contratos relacionados com obras públicas.

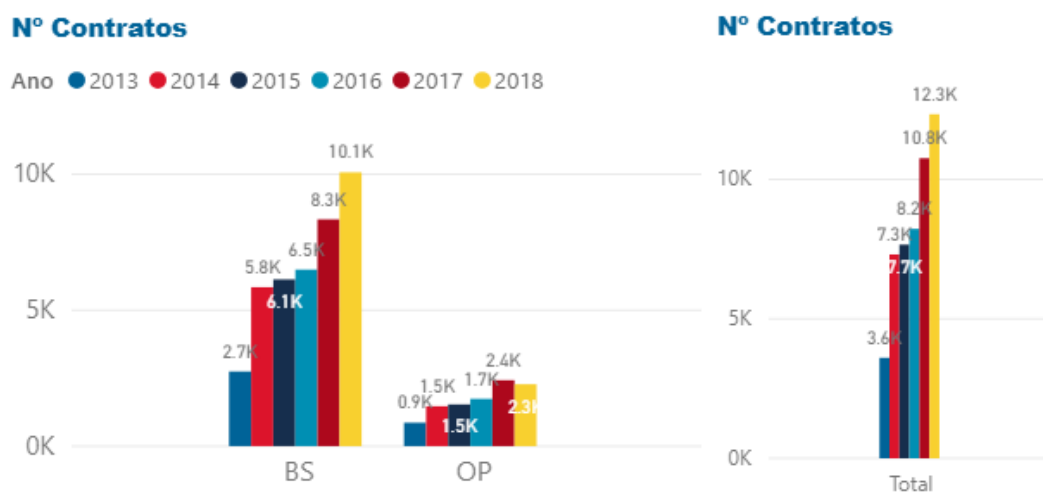
Gráfico 27 - Contratos decorrentes de procedimentos concursais em 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Face ao ano de 2017, os dados apurados denotam um aumento do número de contratos reportados no caso dos bens e serviços (20,7%), já no caso das obras públicas registou-se uma diminuição (-6,1%).

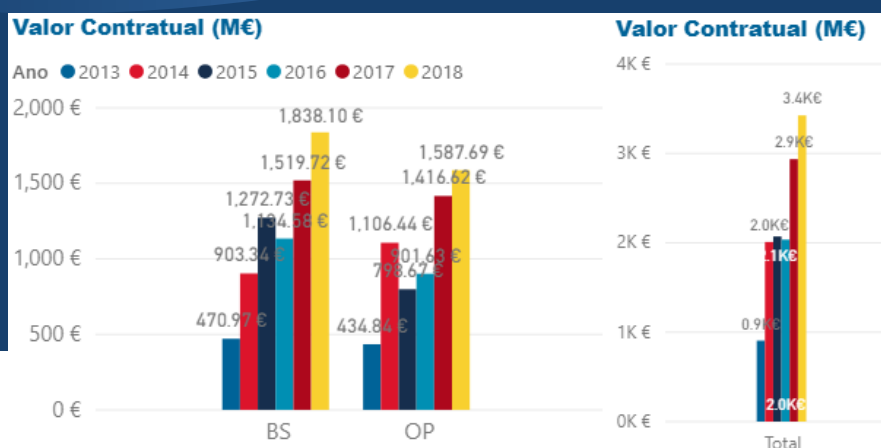
Gráfico 28 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Analisando por montantes contratuais, registou-se um aumento dos valores (16,7%), justificado pelo aumento tanto no caso das obras públicas (12,1%) como no caso dos bens e serviços (20,9%).

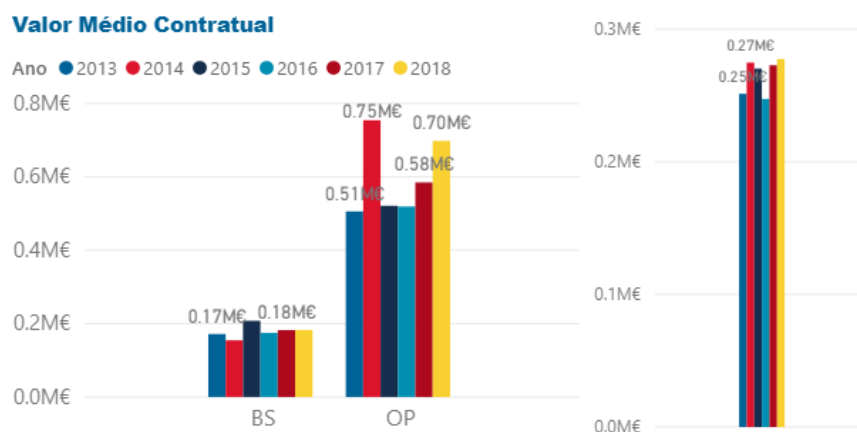
Gráfico 29 - Montantes dos contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2013 a 2018 (Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que respeita ao valor médio dos contratos celebrados em 2018 decorrentes de procedimentos concursais, por comparação com 2017, assistiu-se a um aumento no caso de aquisição de bens e serviços (+0,2%), assim como nos contratos relacionados com obras públicas (+19,4%).

Gráfico 30 - Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concursais, por tipo de contrato: 2013 a 2018 (Milhões de Euros)



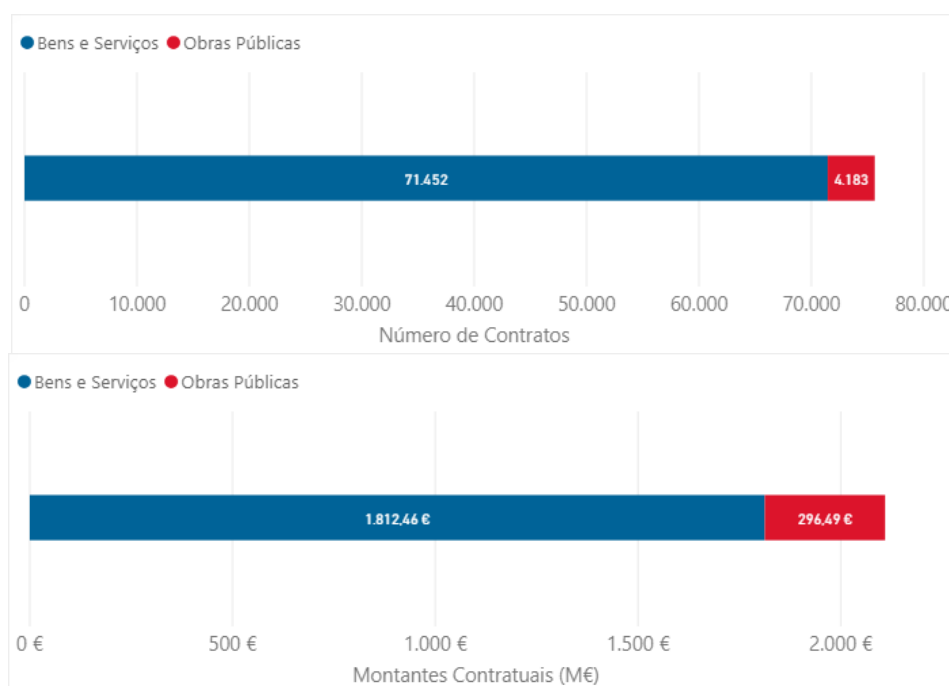
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.5.2. AJUSTES DIRETOS

Dos 75 635 contratos celebrados em 2018 que foram precedidos por procedimento de ajuste direto (sem simplificados), 94,5% (71 452) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 5,5% (4 183) referiram-se a contratos de obras públicas.

Em termos de montantes contratuais, mais de $\frac{4}{5}$ (1 812 milhões de euros) respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 296 milhões de euros (14,1%) relativos a obras públicas.

Gráfico 31 - Ajustes diretos em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

Por comparação com o ano de 2017, o número de contratos por ajuste direto para a aquisição de bens e serviços diminuiu (-21,9%). Sendo ainda mais evidente a diminuição no número de contratos decorrentes de ajuste direto relacionados com obras públicas (-67,3%).

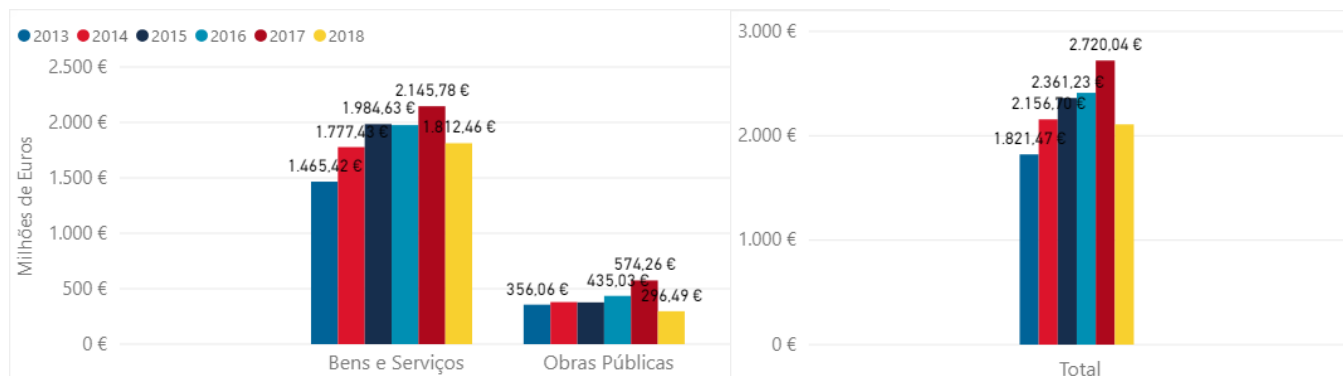
Gráfico 32 - Número de contratos por ajuste direto: 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

Em termos de montantes contratuais envolvidos, manteve-se a tendência, tanto na contratação de bens e serviços (-15,5%), como nas obras públicas (-48,4%).

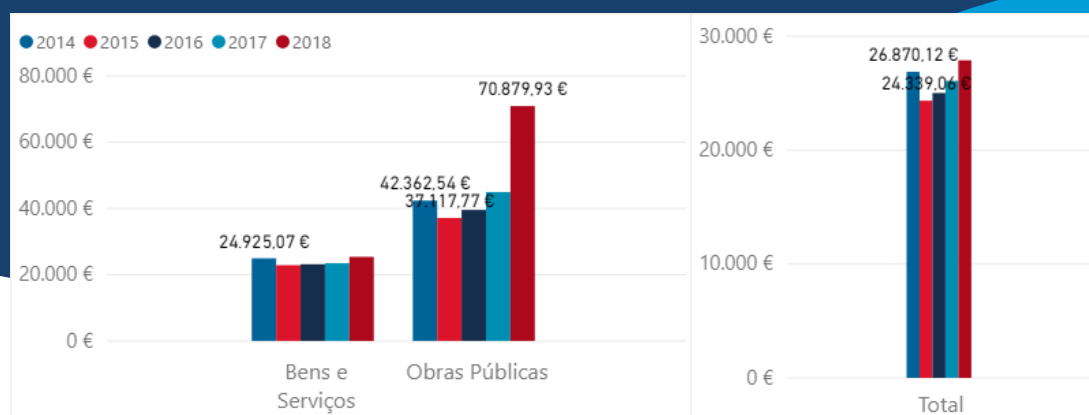
Gráfico 33 - Valor dos contratos por ajuste direto: 2013 a 2018 (em Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (março 2020)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais o valor médio por contrato, no ano de 2018 foi de 27 882,03 €, o que corresponde a um aumento de 6,9% face ao ano de 2017 (+1 796,75 € por contrato).

Gráfico 34 - Valor médio dos contratos por ajuste direto: 2013 a 2018

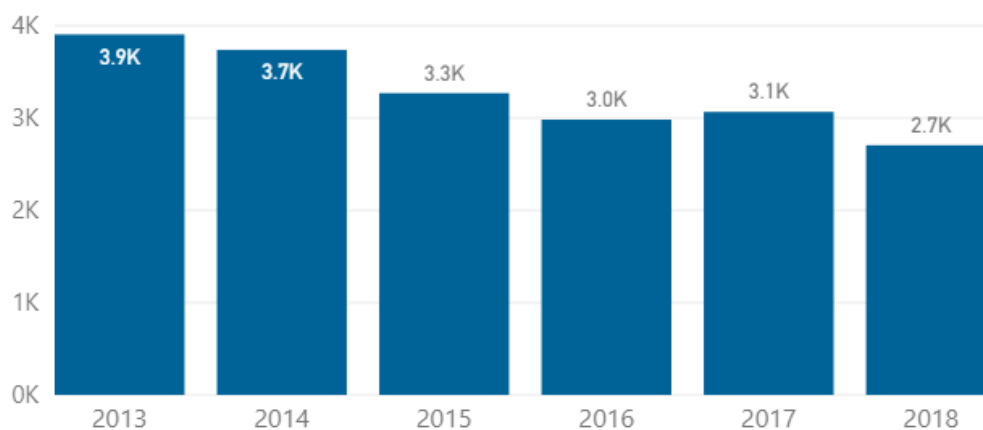


Fonte: portal BASE (março 2020)

Em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2018, foi de 25 364,92 €, o que traduziu um aumento de 8,2% face a 2017 (+1 911,46 € por contrato). No caso das obras públicas houve um aumento do valor médio dos contratos, na ordem dos 57,8% (+25 959,62 € por contrato).

Em 2018, o número de entidades que reportaram ajustes diretos (excetuando os agrupamentos de entidades) foi de 2 705, isto é, menos 361 entidades adjudicantes do que em 2017 (-11,8%).

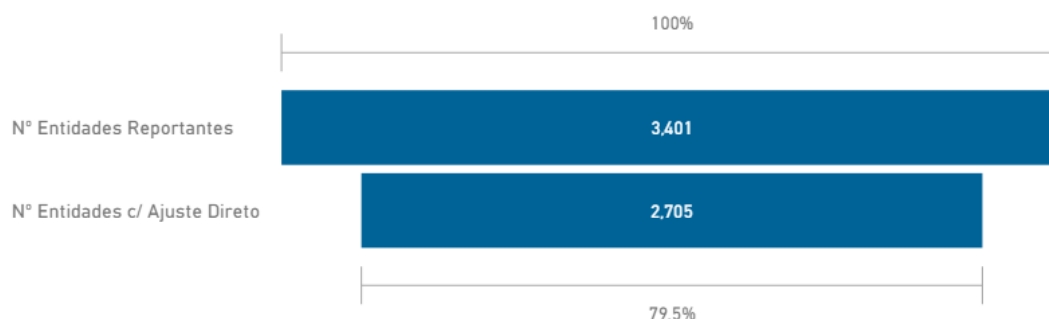
Gráfico 35 - Número de entidades adjudicantes que reportaram ajustes diretos



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Estas entidades representaram 79,5% do número total de entidades adjudicantes que reportaram ao portal BASE contratos celebrados em 2018 (3 401). O que significa, a *contrário*, que 20,5% (696) das entidades que reportaram contratos celebrados em 2018 não reportaram qualquer contrato que tenha decorrido de um procedimento por ajuste direto.

Gráfico 36 - Número de entidades adjudicantes que, tendo reportado contratos celebrados em 2018, reportaram (ou não) ajustes diretos



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que concerne ao tipo de contratos, segundo a classificação feita de acordo com a nomenclatura CPV, celebrados na sequência de procedimentos por ajuste direto, predominaram o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (28,93 % dos valores contratuais), seguido da «Construção» (18,35%), e dos «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (11,06%), que, no total, representaram mais de metade do montante contratual total por recurso a ajuste direto (58,34%).

Quadro 4 – Ajustes diretos em 2018, por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	15.207	30,33%	467.487.086,16 €	28,93%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	6.631	13,22%	178.688.894,76 €	11,06%
50	Serviços de reparação e manutenção	4.845	9,66%	132.532.229,97 €	8,20%
92	Serviços recreativos, culturais e desportivos	4.619	9,21%	74.339.304,41 €	4,60%
45	Construção	4.183	8,34%	296.490.740,89 €	18,35%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	3.928	7,83%	96.332.965,53 €	5,96%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	3.190	6,36%	102.682.227,29 €	6,36%
85	Serviços de saúde e acção social	2.332	4,65%	55.795.748,84 €	3,45%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	1.746	3,48%	67.455.209,34 €	4,17%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	1.691	3,37%	49.862.750,88 €	3,09%
60	Serviços de transporte (excl. transporte de resíduos)	1.180	2,35%	51.734.345,99 €	3,20%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	591	1,18%	42.328.461,87 €	2,62%
Total		50.143	100,00%	1.615.729.965,92 €	100,00%

Fonte: portal BASE (setembro 2019)

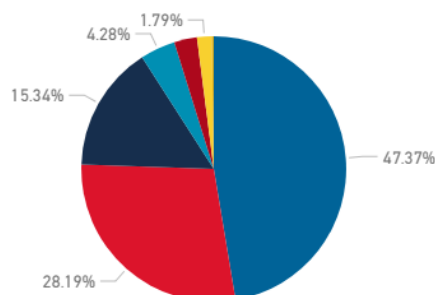
Sabendo-se que o peso dos ajustes diretos variou consoante a entidade em causa, do conjunto das entidades adjudicantes que em 2018 reportaram, destes procedimentos a maior parte respeitou às «entidades locais» (47,4%), seguindo-se os «outros organismos de direito público» (28,2%) e as «entidades de âmbito nacional» (15,34%).

Gráfico 37 - Distribuição dos ajustes diretos, por tipo de entidade, em 2018

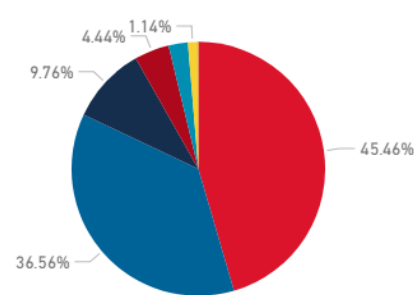
Nº Contratos

Tipo Entidade Adjudicante

- Entidade Local
- Outro Organismo de Direito Públi...
- Autoridade de Âmbito Nacional
- Outra Entidade Adjudicante
- Entidade do Sector Especial
- Entidade Regional
- Autoridade de Âmbito Nacional (...)



Valor Contratual (M€)



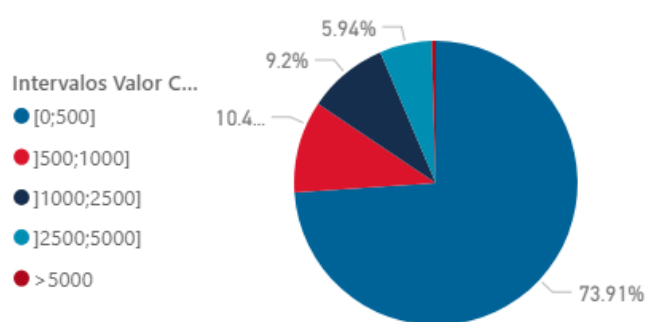
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por valor do contrato, predominaram os contratos de valor igual ou inferior a 500 € (73,91% do número de contratos), embora sejam os contratos entre os 2.500 € e os 5.000 € que representam a maior fatia em termos de valores contratuais (31,09%). Estes valores dizem respeito aos ajustes diretos simplificados.

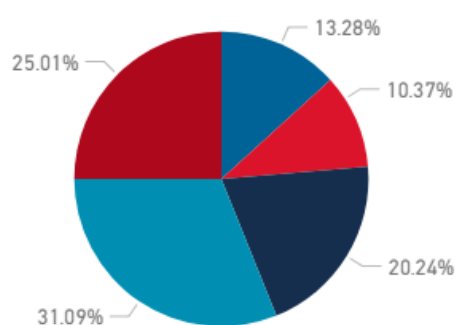
25,01% acima de 5 000 € é relativo a empreitadas cujo ajuste direto simplificado pode ir até aos 10.000 €.

Gráfico 38 - Distribuição dos contratos por ajuste direto simplificado, por intervalos de valores contratuais

Nº Contratos



Valor Contratual (M€)

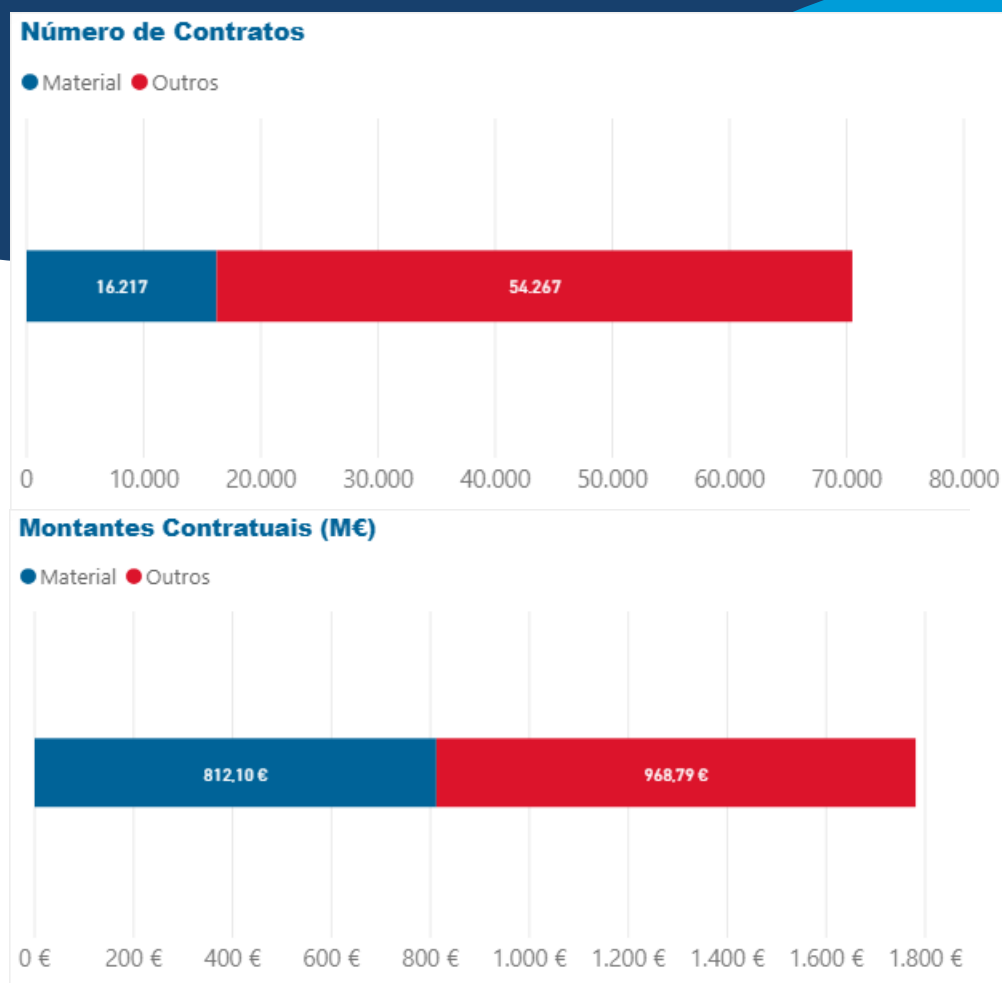


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.5.2.1 AJUSTES DIRETOS POR RAZÃO MATERIAL

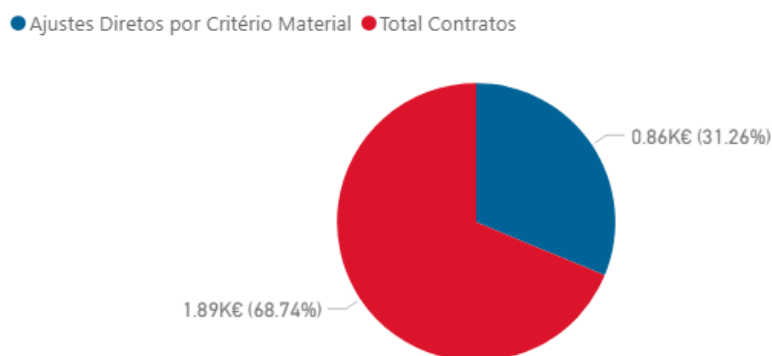
Os contratos celebrados na sequência de procedimento por ajuste direto fundamentado em critérios de natureza material (portanto, não focados no valor do contrato), em 2018 representaram 859 milhões de euros.

Gráfico 39 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais



Fonte: portal BASE (março 2020)

Gráfico 40 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2018

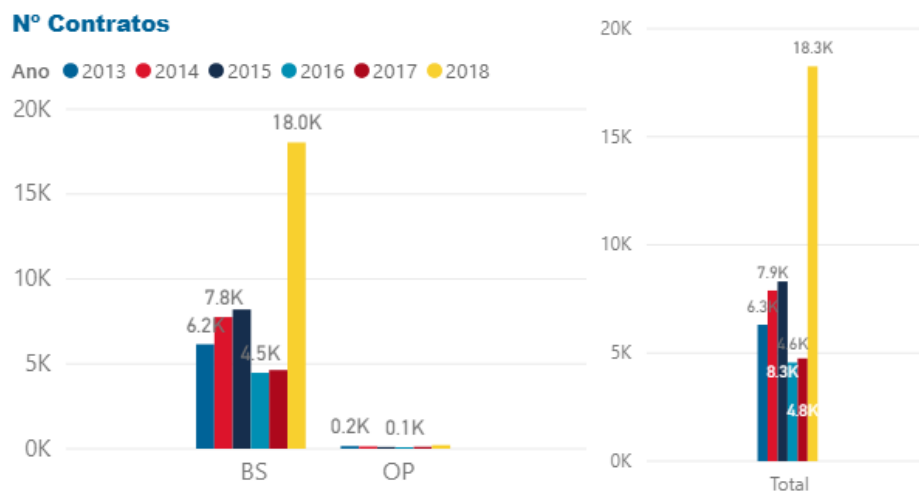


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Os contratos decorrentes de critérios materiais, representaram, no ano de 2018, 31,3% do valor de todos os contratos públicos reportados.

Por comparação com o ano de 2017, observou-se um aumento substancial do número de contratos celebrados decorrentes de procedimentos por ajuste direto fundamentado em critérios materiais. Esta variação deveu-se essencialmente ao aumento nos contratos relativos aos bens e serviços, uma vez que nas obras públicas traduziu-se em +96 contratos.

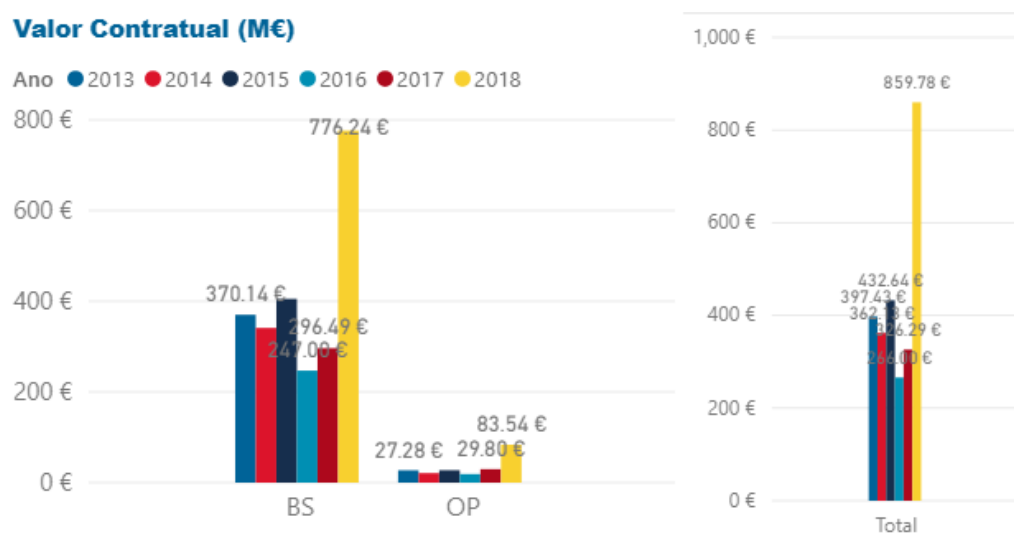
Gráfico 41 - Evolução do número de contratos celebrados com base em critério material em 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, houve uma tendência geral de crescimento, confirmada tanto no caso dos bens e serviços (+161,8% que em 2017, isto é, +480 milhões de euros), assim como nas obras públicas +180,3% (traduzindo +54 milhões de euros).

Gráfico 42 - Evolução do Montante Contratual dos contratos celebrados com base em critério material em 2018

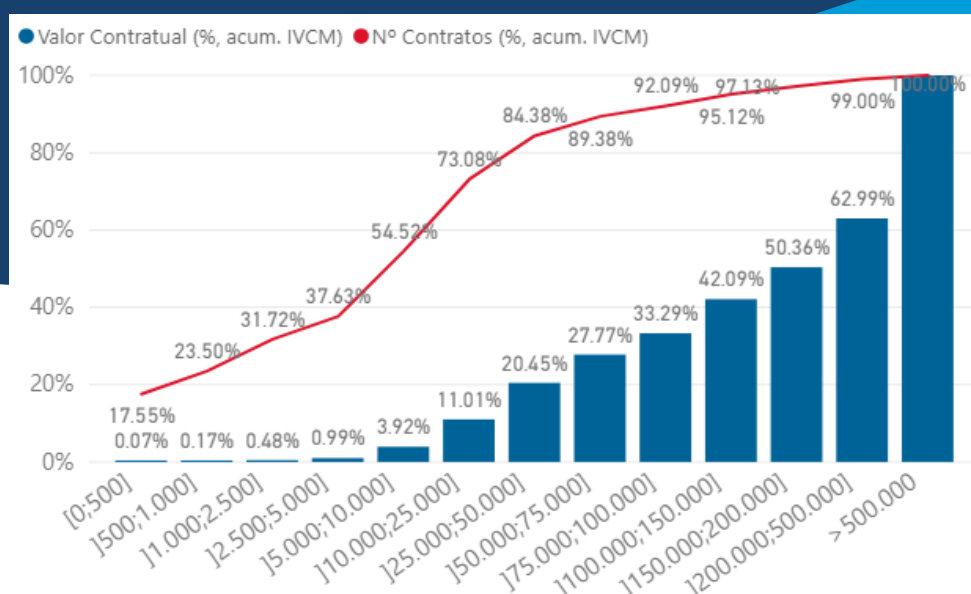


Fonte: portal BASE (setembro

2019)

A maior parte dos contratos de bens e serviços celebrados no ano de 2018 ao abrigo de um critério material respeitaram a contratos cujo preço contratual foi inferior a 10 000 € (54,5%), sendo que 73,8% tiveram um preço contratual inferior a 25 000 €.

Gráfico 43 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2018



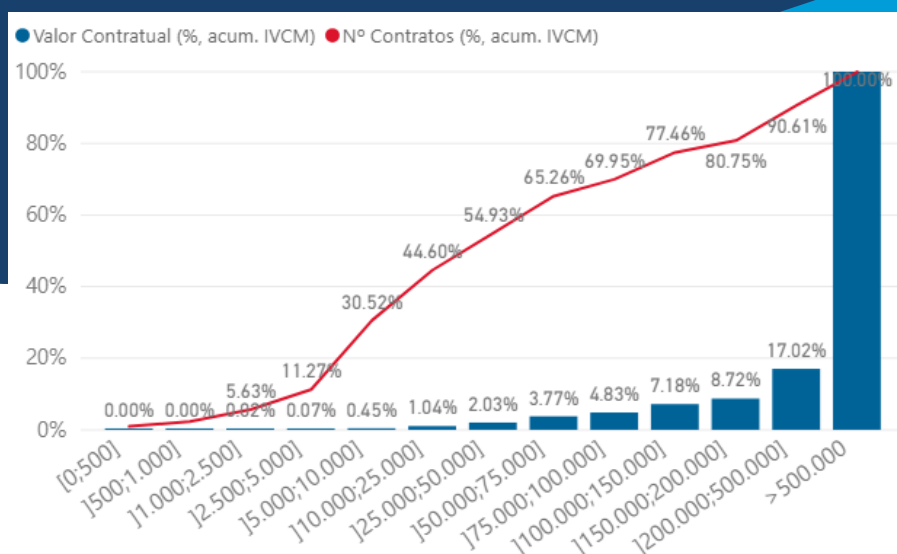
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Já no que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 150 000 €: 58% do valor contratual global relativo a contratos celebrados a coberto de critérios de natureza material referiram-se a contratos cujo preço contratual foi superior àquele valor, sendo de destacar, de entre estes, o peso dos contratos com preço contratual superior a 200 000 €¹³ que representaram 49,6% do montante contratual global.

No caso das obras públicas, no que diz respeito ao número de contratos adjudicados na sequência de procedimentos por ajuste direto com base em critérios materiais, 44,6% tiveram como preço contratual um valor abaixo dos 25 000 €, e 65,3% foram celebrados por valor inferior a 75 000 €. Já no que respeita aos montantes contratuais, 83% corresponderam a contratos cujo preço contratual foi superior a 500 000 €.

¹³ Sensivelmente, o limiar comunitário para a publicação no JOUE dos procedimentos de contratação relativos a bens e serviços.

Gráfico 44 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

O motivo por «urgência imperiosa» foi a fundamentação maioritariamente invocada (71,54% do número total destes contratos e 61,8% dos montantes contratuais), tendo conjuntamente com o motivo «decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas» representado 70,9% dos valores envolvidos.

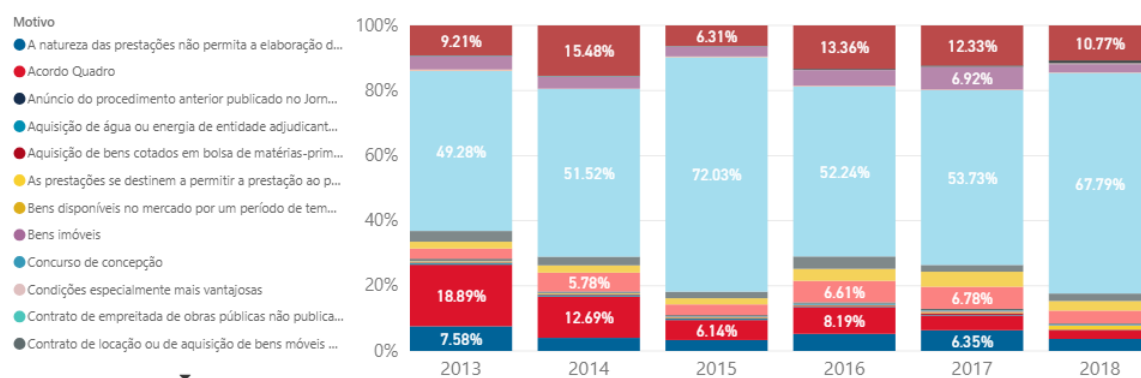
Quadro 5 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2018, por razão material

Motivo	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Por motivos de urgência imperiosa	5,414	71.54%	269.56 €	61.80%
Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas	234	3.09%	39.62 €	9.08%
Acordo Quadro	205	2.71%	30.42 €	6.97%
Repetição de serviços similares	204	2.70%	27.52 €	6.31%
Decorrente de procedimento anterior sem concorrentes	313	4.14%	21.21 €	4.86%
Substituição parcial ou ampliação de bens ou equipamentos de específico uso corrente da entidade adjudicante	860	11.36%	19.21 €	4.40%
A natureza das prestações não permita a elaboração de especificações contratuais suficientemente precisas	295	3.90%	15.79 €	3.62%
Aquisição de bens cotados em bolsa de matérias-primas	16	0.21%	6.56 €	1.50%
Aquisição de água ou energia de entidade adjudicante que exerça a actividade	6	0.08%	3.24 €	0.74%
Contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou aquisição de serviços	21	0.28%	3.07 €	0.70%
Total	7,568	100.00%	436.20 €	100.00%

Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Face a 2017 registou-se um aumento da preponderância dos «motivos de urgência imperiosa», passando a representar mais de 5/8 dos contratos em que tenham sido invocados os critérios de natureza material.

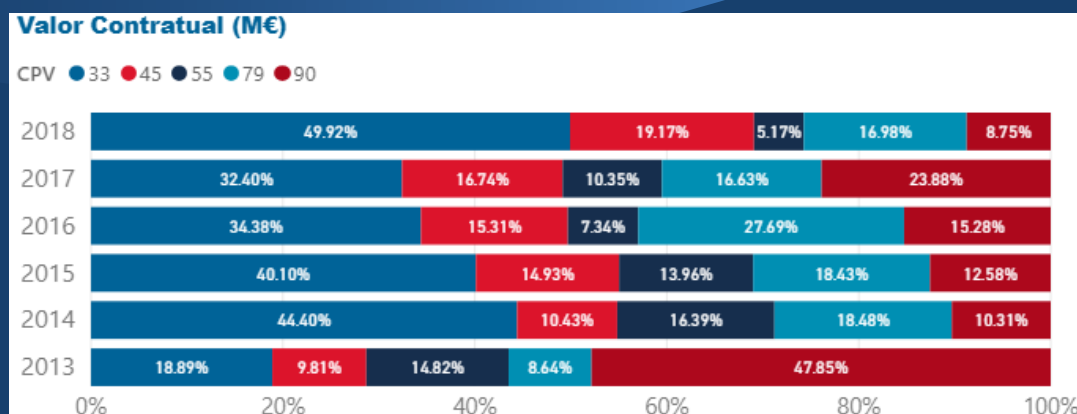
Gráfico 45 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material: comparação 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que respeita ao tipo de despesa, por montante contratual e por nomenclatura CPV, os fundamentos de natureza material foram predominantemente invocados na aquisição de «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (49,9%), «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (17%) e «Construção» (19,2%), que, em conjunto, tiveram uma “quota” de 86%.

Gráfico 46 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV: comparação

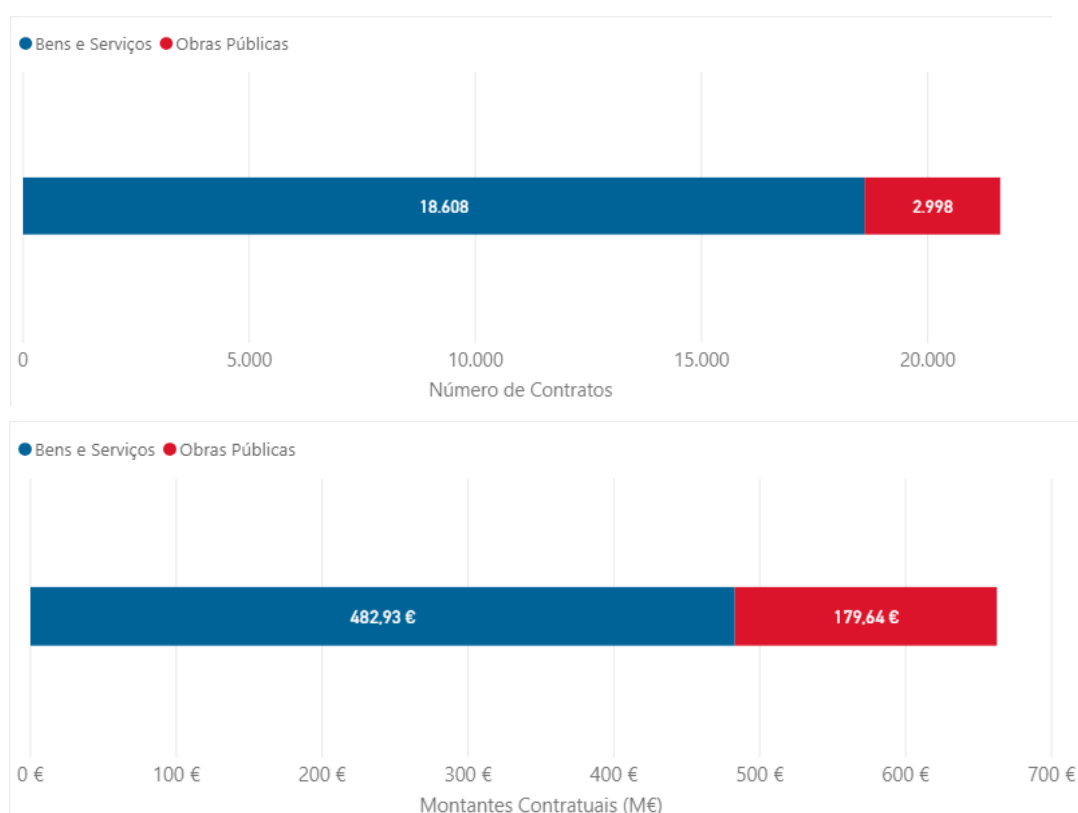


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

3.5.3. CONSULTA PRÉVIA

Em 2018 foram celebrados 21 606 contratos por consulta prévia, procedimento que se iniciou em 2018, em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos três operadores económicos à sua escolha a apresentar proposta, podendo negociar aspetos da execução do contrato a celebrar.

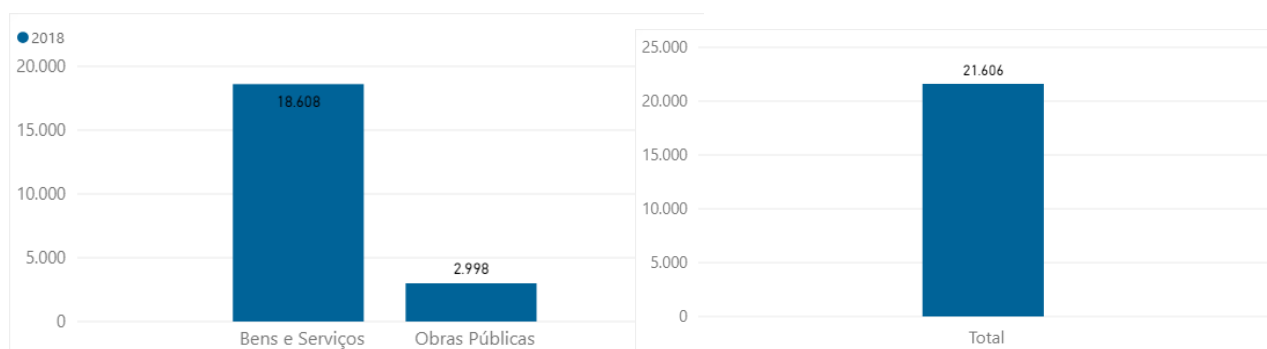
Gráfico 47 – Consultas Prévias em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

Dos 21 606 contratos celebrados em 2018 que foram precedidos por procedimento de consulta prévia, 86,1% (18 608) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 13,9% (2 998) referiram-se a contratos de obras públicas.

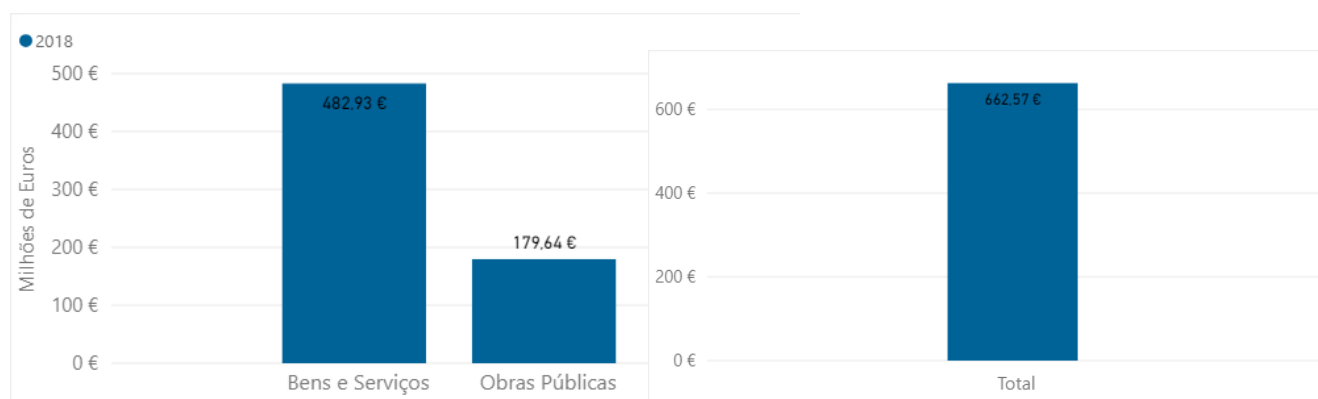
Gráfico 48 – Número de contratos por consulta prévia em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

Em termos de montantes contratuais, 483 milhões de euros respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 180 milhões de euros (27,1%) relativos a obras públicas.

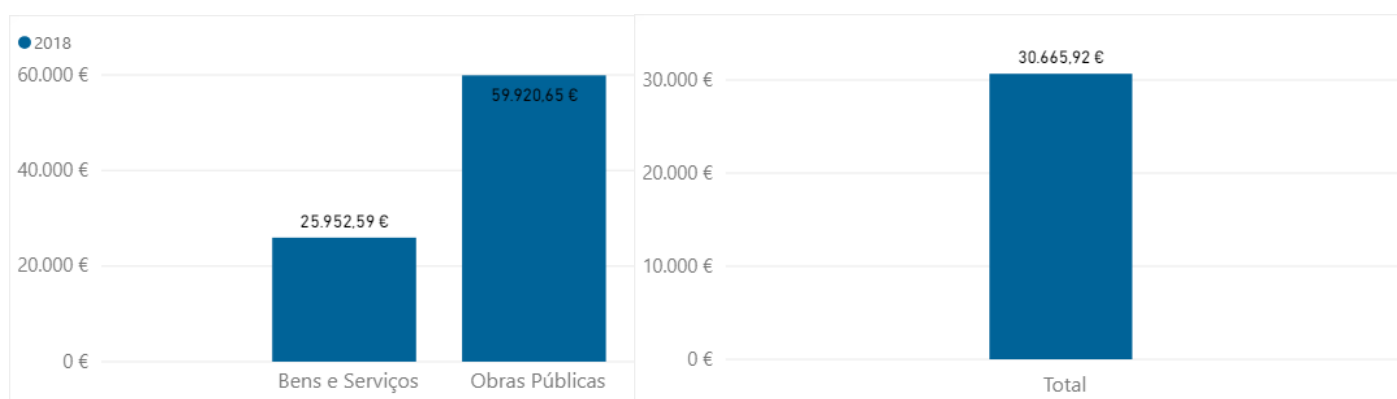
Gráfico 49 – Valor dos contratos por consulta prévia em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais o valor médio por contrato, no ano de 2018 foi de 30 665,92 €.

Gráfico 50 – Valor médio dos contratos por consulta prévia em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

Já em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2018, foi de 25 952,59 €. No caso das obras públicas foi de 30 665,92 €.

No que concerne ao tipo de contratos, segundo a classificação feita de acordo com a nomenclatura CPV, celebrados na sequência de procedimentos por consulta prévia, predominaram a «Construção» (37,73%), os «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (12,99%), o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (3,83 % dos valores contratuais), que no total, representaram mais de metade do montante contratual total por recurso a consulta prévia (54,55%).

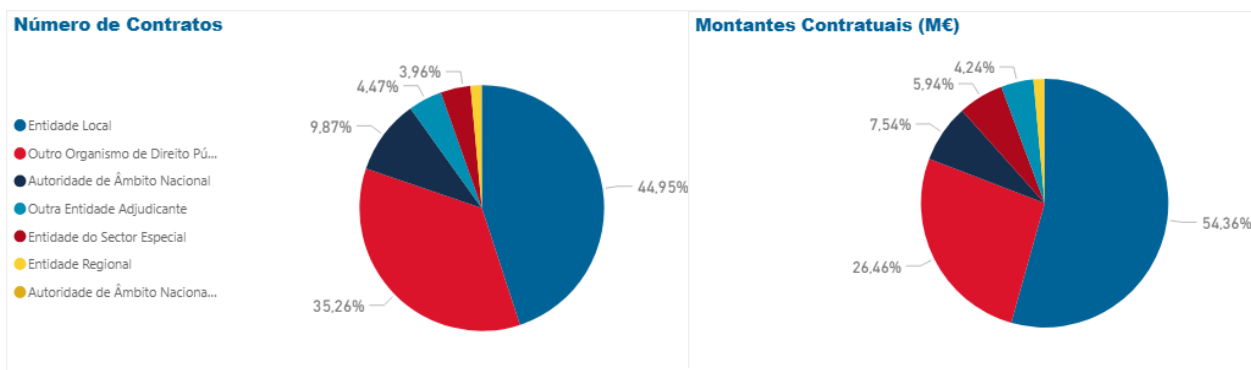
Quadro 6 – Consulta Prévia em 2018, por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
45	Construção	2.998	22,00%	179.642.093,87 €	37,73%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	1.885	13,83%	61.834.675,57 €	12,99%
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	1.536	11,27%	18.255.684,25 €	3,83%
71	Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspecção	1.320	9,69%	43.449.669,70 €	9,13%
50	Serviços de reparação e manutenção	1.076	7,89%	25.982.647,59 €	5,46%
30	Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, excepto mobiliário e pacotes de programas (software)	1.031	7,56%	18.841.206,64 €	3,96%
44	Estruturas e materiais de construção; produtos auxiliares de construção (excepto aparelhos eléctricos)	888	6,52%	17.144.428,72 €	3,60%
92	Serviços recreativos, culturais e desportivos	738	5,41%	22.008.026,81 €	4,62%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	731	5,36%	28.145.788,81 €	5,91%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	678	4,97%	24.425.249,55 €	5,13%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	506	3,71%	17.784.176,75 €	3,74%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	242	1,78%	18.587.344,42 €	3,90%
Total		13.629	100,00%	476.100.992,68 €	100,00%

Fonte: portal BASE (março 2020)

Sabendo-se que o peso dos ajustes diretos variou consoante a entidade em causa, do conjunto das entidades adjudicantes que em 2018 reportaram, destes procedimentos a maior parte respeitou às «entidades locais» (44,95%), seguindo-se os «outros organismos de direito público» (35,26%) e as «entidades de âmbito nacional» (9,87%).

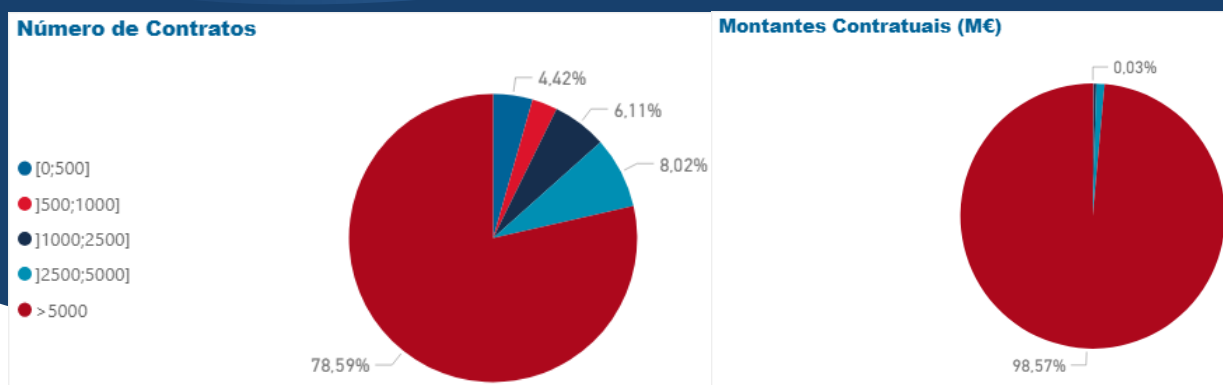
Gráfico 51 - Distribuição das consultas prévias, por tipo de entidade, em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

Analisando por intervalos o número de contratos por consulta prévia foi maioritário em contratos de valor igual ou superior a 5 000 € (78,59% do número de contratos).

Gráfico 52 - Distribuição dos contratos por consulta prévia, por intervalos de valores contratuais



Fonte: portal BASE (março 2020)

3.5.3.1 CONSULTA PRÉVIA POR RAZÃO MATERIAL

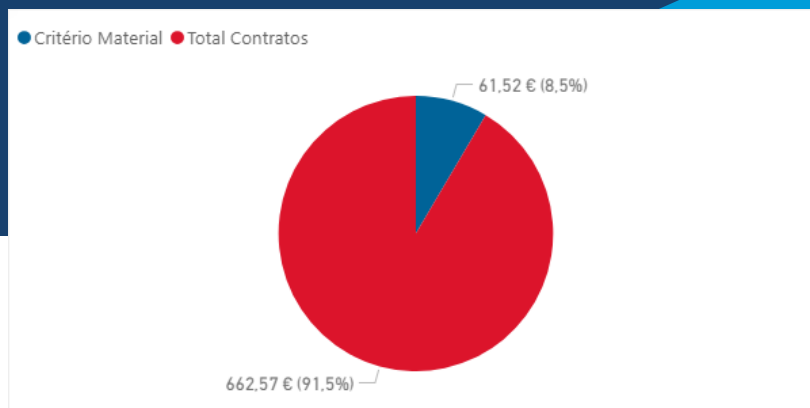
Os contratos celebrados na sequência de procedimento por consulta prévia fundamentado em critérios de natureza material (portanto, não focados no valor do contrato), em 2018 representaram 61,52 milhões de euros.

Gráfico 53 – Peso relativo dos contratos por consulta prévia por razões materiais



Fonte: portal BASE (março 2020)

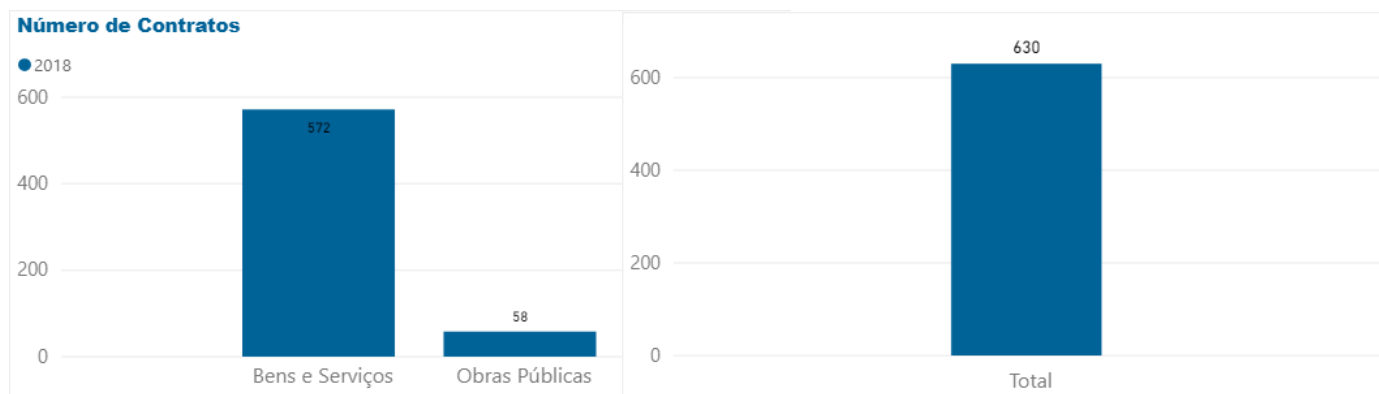
Gráfico 54 – Peso relativo dos contratos por consulta prévia e por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

Os contratos decorrentes de critérios materiais, representaram, no ano de 2018, 8,5% do valor de todos os contratos públicos reportados (630).

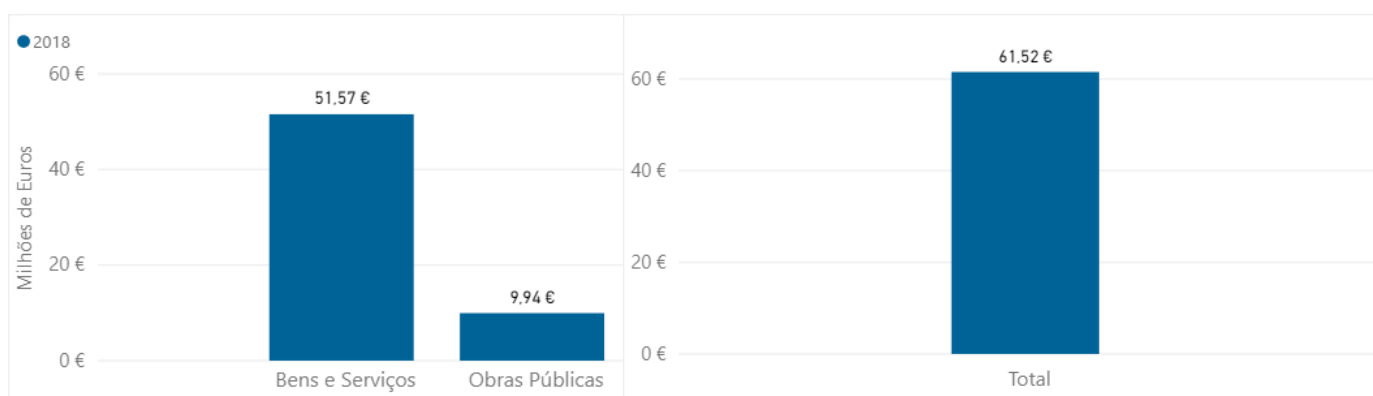
Gráfico 55 - Número de contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, nos bens e serviços ascenderam a 51,57 milhões de euros, e nas obras públicas 9,94 milhões de euros.

Gráfico 56 - Montante Contratual dos contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2018



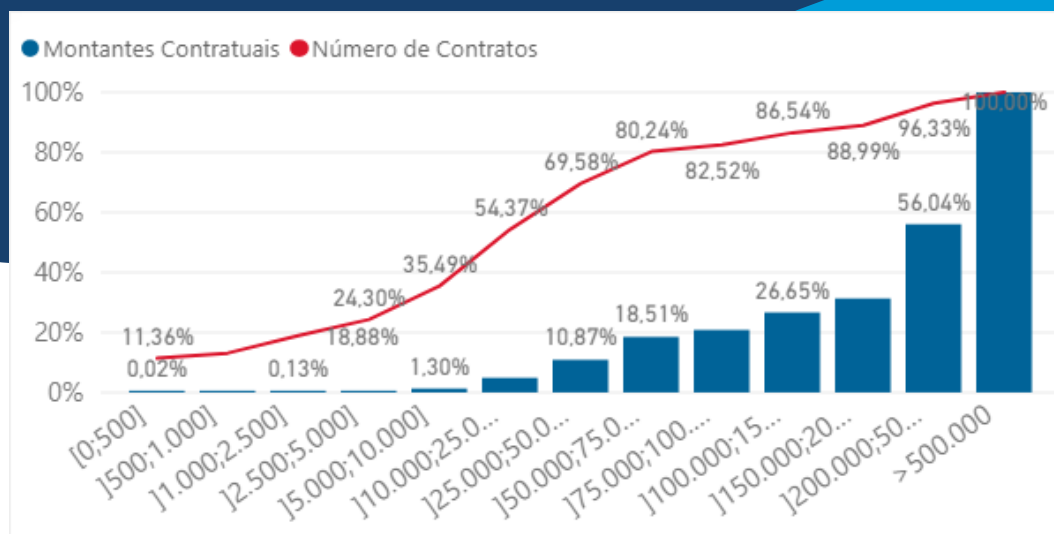
Fonte: portal BASE (março 2020)

A maior parte dos contratos de bens e serviços celebrados no ano de 2018 ao abrigo de um critério material respeitaram a contratos cujo preço contratual foi inferior a 25 000 € (54,37%), sendo que 88,99% tiveram um preço contratual inferior a 500 000 €.

Já no que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 150 000 €: 73,35% do valor contratual global relativo a contratos celebrados a coberto de critérios de natureza material referiram-se a contratos cujo preço contratual foi superior àquele valor, sendo de destacar, de entre estes, o peso dos contratos com preço contratual superior a 200 000 €¹⁴ que representaram 43,96% do montante contratual global.

¹⁴ Sensivelmente, o limiar comunitário para a publicação no JOUE dos procedimentos de contratação relativos a bens e serviços.

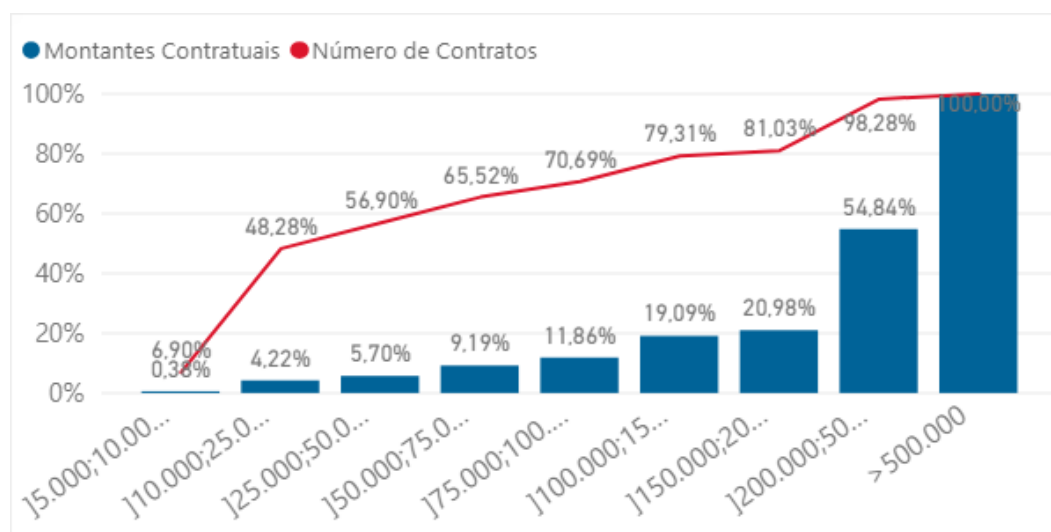
Gráfico 57 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

No caso das obras públicas, no que diz respeito ao número de contratos adjudicados na sequência de procedimentos por consulta prévia com base em critérios materiais, 48,28% tiveram como preço contratual um valor abaixo dos 25 000 €, e 65,52% foram celebrados por valor inferior a 75 000 €. Já no que respeita aos montantes contratuais, 79,02% corresponderam a contratos cujo preço contratual foi superior a 200 000 €.

Gráfico 58 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2018



Fonte: portal BASE (março 2020)

O motivo por «urgência imperiosa» foi a fundamentação maioritariamente invocada (50% do número total destes contratos e 67,35% dos montantes contratuais).

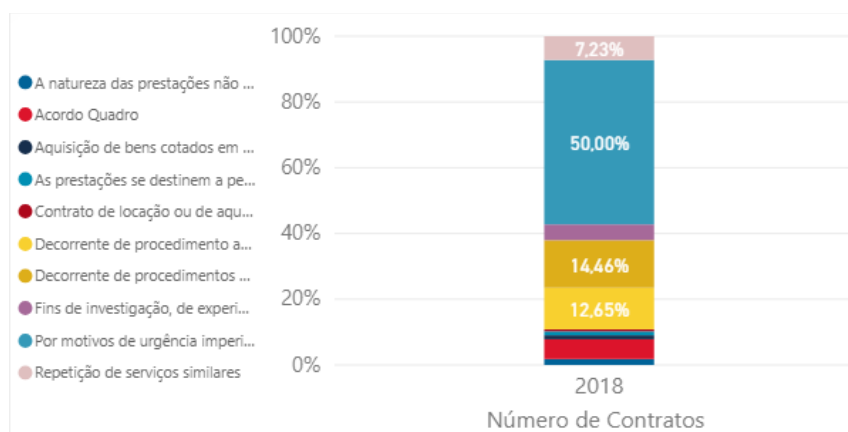
Quadro 7 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2018, por razão material

Motivo	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Por motivos de urgência imperiosa	83	50,00%	21,28 €	67,35%
Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas	24	14,46%	3,86 €	12,23%
Decorrente de procedimento anterior sem concorrentes	21	12,65%	1,14 €	3,60%
Repetição de serviços similares	12	7,23%	0,76 €	2,41%
Acordo Quadro	10	6,02%	1,98 €	6,27%
Fins de investigação, de experimentação, de estudo ou de desenvolvimento	8	4,82%	0,78 €	2,48%
A natureza das prestações não permita a elaboração de especificações contrat...	3	1,81%	0,17 €	0,53%
Aquisição de bens cotados em bolsa de matérias-primas	2	1,20%	1,35 €	4,28%
As prestações se destinem a permitir a prestação ao público de um ou mais se...	2	1,20%	0,05 €	0,17%
Contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou aquisição de serviços	1	0,60%	0,22 €	0,69%
Total	166	100,00%	31,59 €	100,00%

Fonte: portal BASE (março 2019)

Os «motivos de urgência imperiosa», conjuntamente com o motivo «decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas» representaram 79,58% dos valores envolvidos.

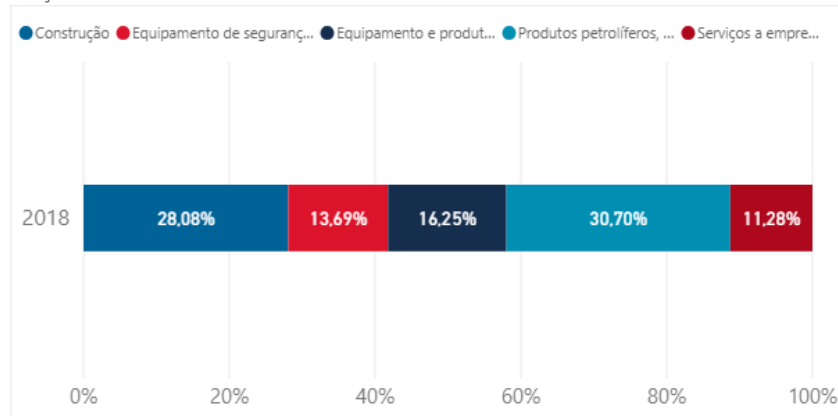
Gráfico 59 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material:



Fonte: portal BASE (março 2020)

No que respeita ao tipo de despesa, por montante contratual e por nomenclatura CPV, os fundamentos de natureza material foram predominantemente invocados na aquisição de «Produtos petrolíferos, combustíveis, eletricidade e outras fontes de energia» (30,70%) e «Construção» (28,08%), que em conjunto, tiveram uma “quota” de 58,78%.

Gráfico 60 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV

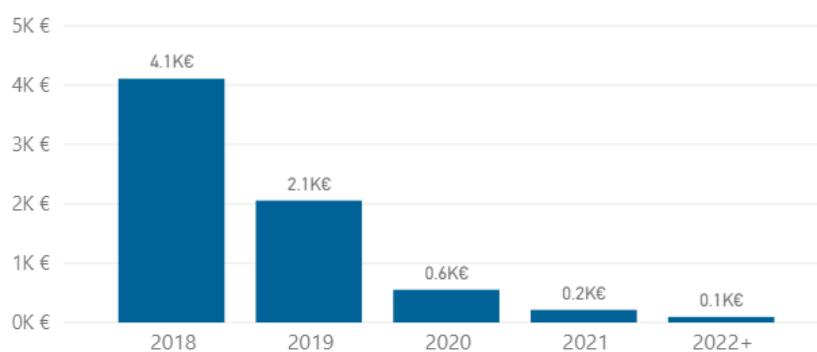


Fonte: portal BASE (março 2020)

4. PROJEÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DOS CONTRATOS CELEBRADOS

Dos contratos celebrados durante o ano de 2018, projetando a sua execução ao longo do tempo, a maior parte destinou-se a ser executada no próprio ano.

Gráfico 61 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018 (Milhões de Euros)



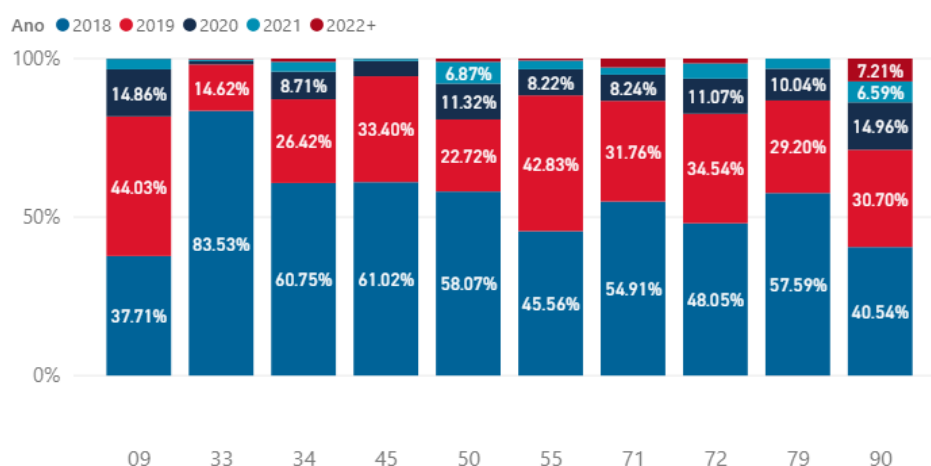
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Existem, todavia, variações sobre a distribuição no tempo dos encargos previsíveis, desde logo em função do tipo de despesa.

Assim, relativamente aos códigos CPV que tiveram um maior peso em termos de montantes contratuais, foi nos códigos «33 - Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (84%), «45 - Construção» (62%), «50 - Serviços de reparação e manutenção» (58%) e «34 - Equipamento e produtos auxiliares de transporte» (61%), que constatamos as maiores taxas de previsão de execução no próprio ano de celebração do contrato (2018).

No lado oposto, foi ao nível dos códigos «09 - Produtos petrolíferos, combustíveis, eletricidade e outras fontes de energia», «90 - Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente» e «72 - Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio» que a execução previsível dos contratos durante o próprio ano de 2018 foi menos relevante (inferior a 50%), sendo, portanto, nestas rubricas que os contratos celebrados tiveram um carácter mais plurianual.

Gráfico 62 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por CPV

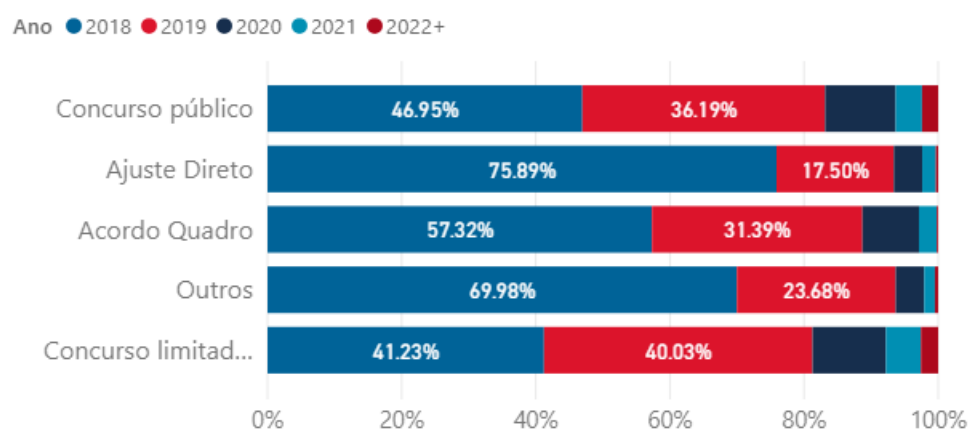


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Analisando o tipo de procedimento que precedeu o contrato, podemos concluir que quando o tipo de procedimento utilizado foi o ajuste direto, os contratos tenderam a ser executados num menor espaço de tempo: 76% do valor dos contratos celebrados na sequência de ajuste direto tinham a sua execução previsível durante o ano de 2018.

Em sentido oposto, nos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais (contratos precedidos por concurso público ou por concurso limitado por prévia qualificação), a previsão da sua execução estendeu-se mais no tempo (tinham a sua execução prevista para ocorrer nos anos de 2020 e seguintes).

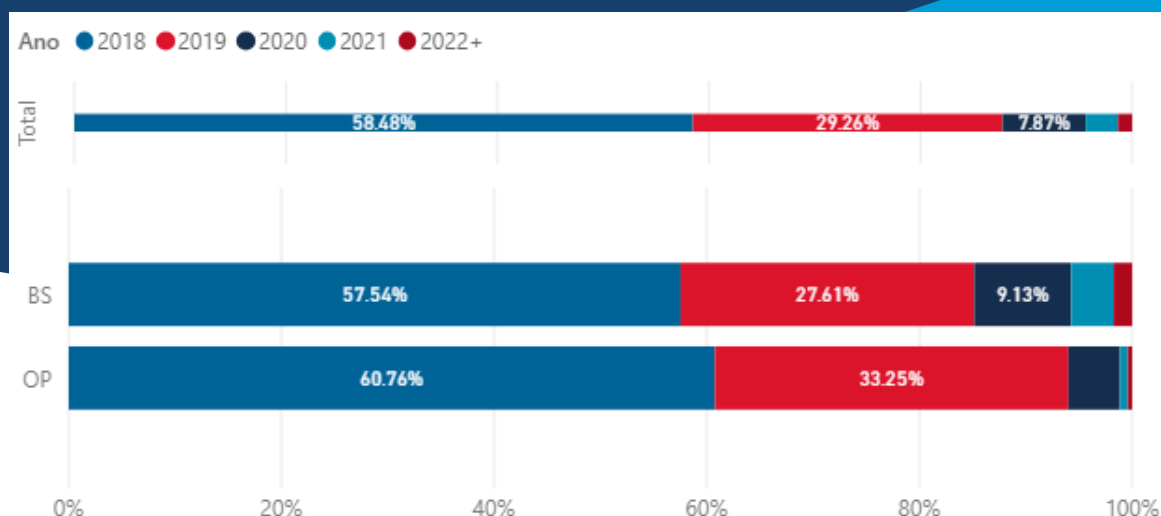
Gráfico 63 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Fazendo a mesma análise, mas por tipo de contrato, constatamos que na distribuição dos encargos pelos anos de execução do contrato, a concentração da execução no próprio ano de celebração do contrato é superior no caso das obras públicas (60,8%) quando comparado com os contratos relativos a bens e serviços (57,5%).

Gráfico 64 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por tipo de contrato

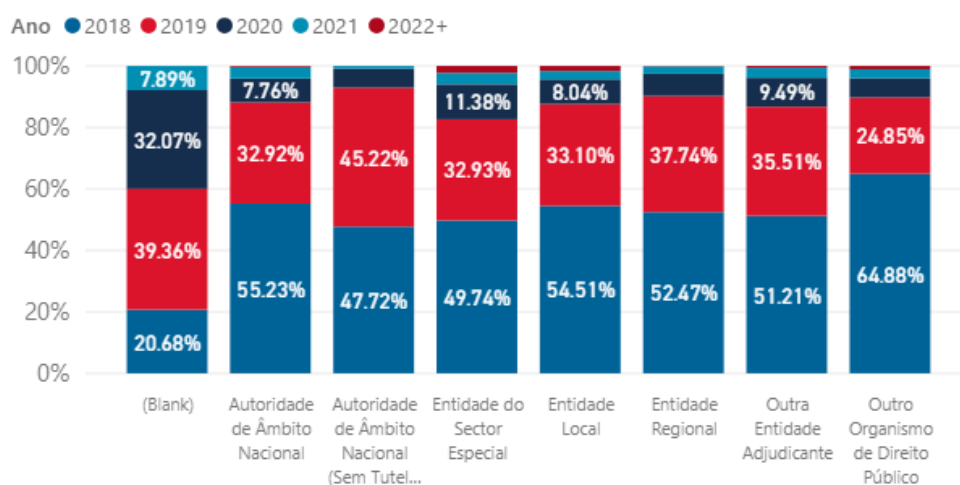


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Analisando o carácter plurianual dos contratos celebrados em 2018 por tipo de entidade, podemos concluir que, tendencialmente, são os «Outros Organismos de Direito Público» (65%), as «Autoridades de Âmbito Nacional» (55%) e as «Entidades Locais» (54,5%) aquelas em que os contratos de curta duração (até final de 2018) maior peso tiveram.

Com tendência inversa, foram as «Entidades do Setor Especial» (50,26%) e as «Outras Entidades Adjudicantes» (48,79%) as que celebraram os contratos com maior peso para o ano de 2019 e anos seguintes.

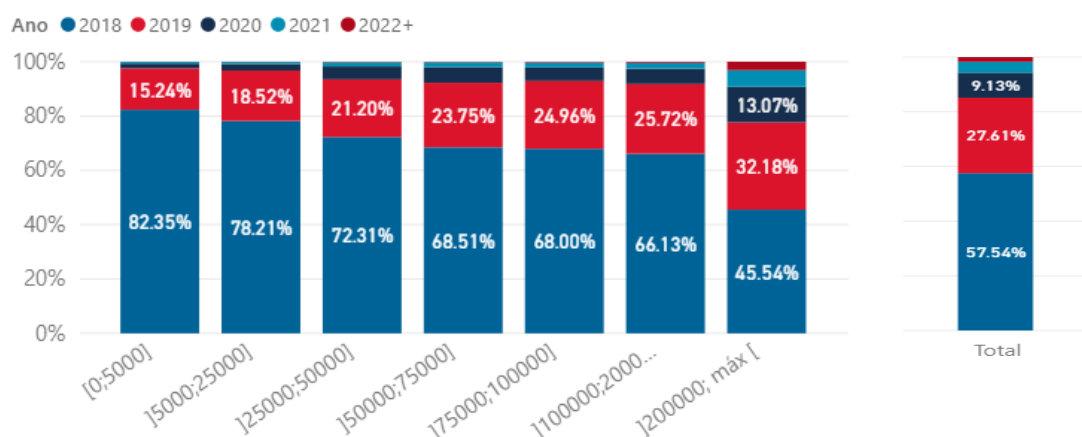
Gráfico 65- Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por tipo de entidade adjudicante



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Tendo como critério o valor do contrato, podemos concluir que, no caso de aquisição de bens e serviços, à medida que o montante contratual aumentou, aumentou igualmente a plurianualidade dos contratos. Dos contratos de valor inferior a 5 000 €, 83% do respetivo valor contratual previa-se ser executado em 2018, enquanto nos contratos cujo valor foi superior a 200 000 €, somente 45,5% do valor se projetou ser executado no próprio ano.

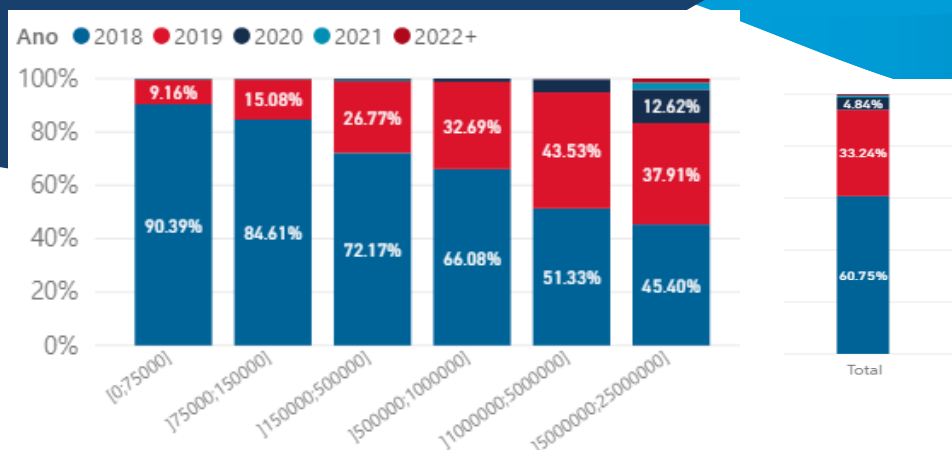
Gráfico 66 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por intervalo de valor contratual – bens e serviços



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No caso das obras públicas, a tendência, embora tenha sido a mesma, não foi tão linear. Nos contratos cujo valor foi superior a 5 000 000 €, menos de metade do valor contratual previu-se ser executado ainda no ano de 2018.

Gráfico 67 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2018, por intervalo de valor contratual – obras públicas

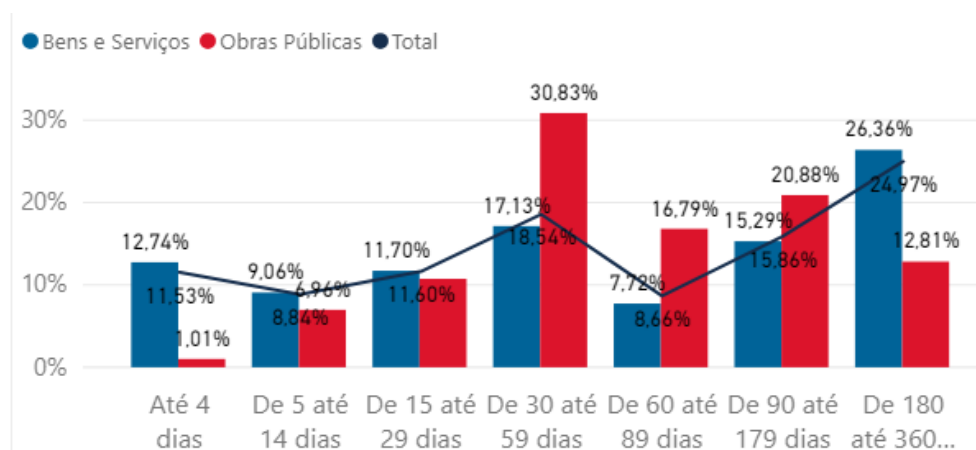


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

5. DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Relativamente à duração do procedimento pré-contratual, considerando-o como o número de dias entre o início do procedimento (publicação de anúncio ou envio de convite) e a data de celebração do contrato, constatamos que $\approx \frac{1}{8}$ dos procedimentos demorou até 4 dias (inclusive) a ser decidido.

Gráfico 68- Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2018, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (todos os contratos exceto os ajustes diretos simplificados)

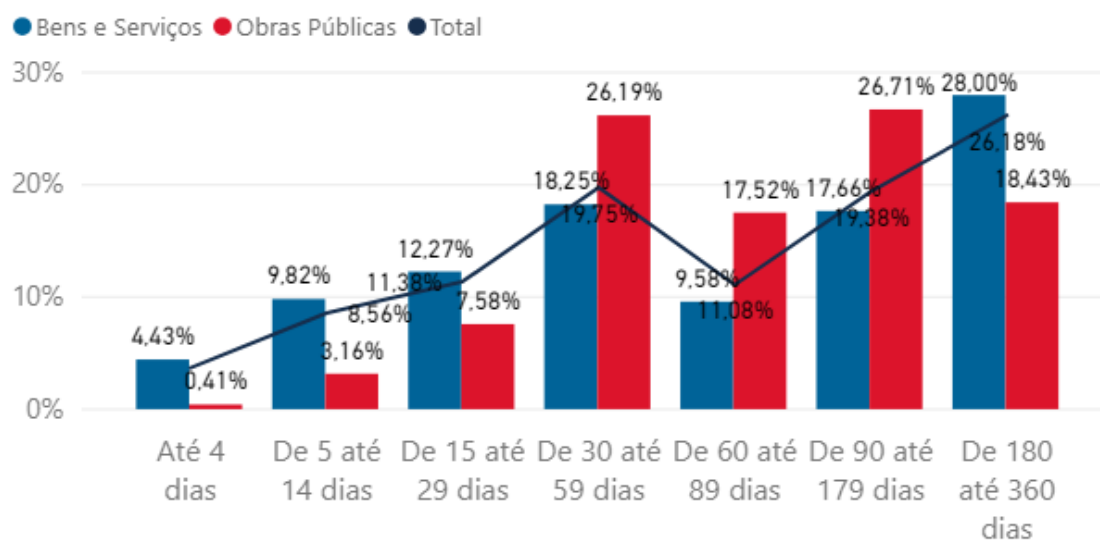


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

A duração dos procedimentos, todavia, teve um comportamento diferenciado consoante o tipo de contrato: no caso dos bens e serviços 12,74% dos procedimentos demoraram menos de 4 dias a serem concluídos, enquanto no caso das obras públicas, nesse mesmo período, apenas 0,01% dos procedimentos foram concluídos.

Os dados atrás referidos estão influenciados pelo peso do número de procedimentos por ajuste direto no universo do número de contratos reportados, os quais tendem a ser mais céleres do que os procedimentos concursais. Os prazos na conclusão dos procedimentos de contratos precedidos de concurso público ou limitado registaram um valor médio superior.

Gráfico 69- Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2018, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (contratos resultantes de procedimentos concursais)



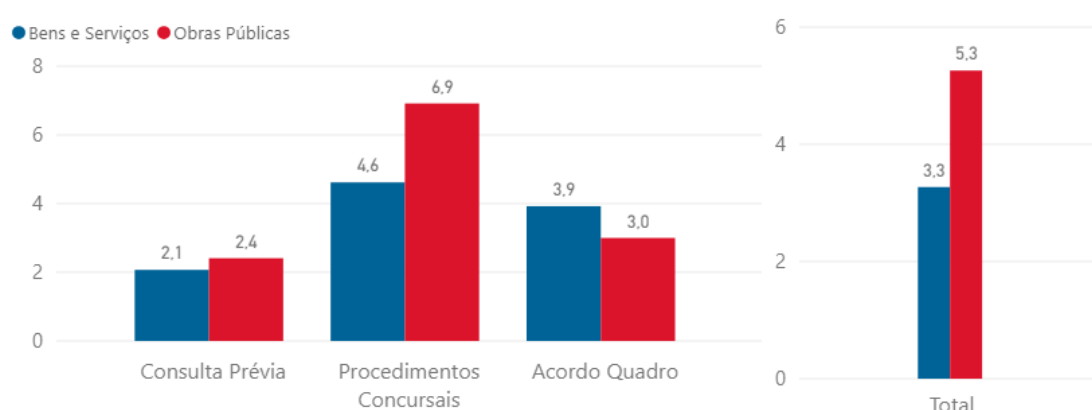
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

6. NÚMERO DE CONCORRENTES POR PROCEDIMENTO

Com o intuito de analisar o nível de concorrência existente nos mercados públicos, foi analisada uma amostra de procedimentos tramitados pelas plataformas eletrónicas cujos contratos foram reportados ao portal BASE.

Na média das propostas por cada procedimento de contratação, existe uma distinção entre os contratos de bens e serviços (2,3) e os relativos a obras públicas (4,3).

Gráfico 70- Número médio de propostas por procedimento (2018)

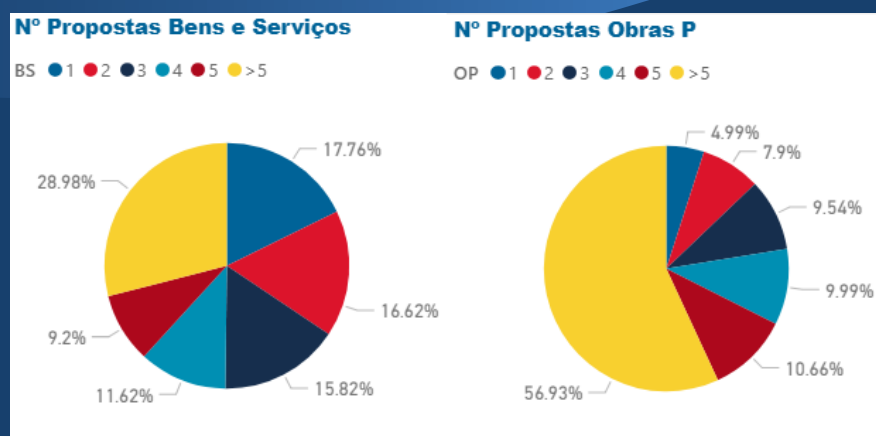


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Tal como seria expectável, o número de concorrentes por procedimento foi maior no caso dos procedimentos concursais do que no caso dos acordos-quadro e dos ajustes diretos.

Analisando mais pormenorizadamente os procedimentos concursais, constatamos que em 82% dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e em 95% dos procedimentos relativos a obras públicas existiram, pelo menos, duas propostas para análise das entidades adjudicantes.

Gráfico 71- Número de propostas por procedimento: procedimentos concursais (2018)



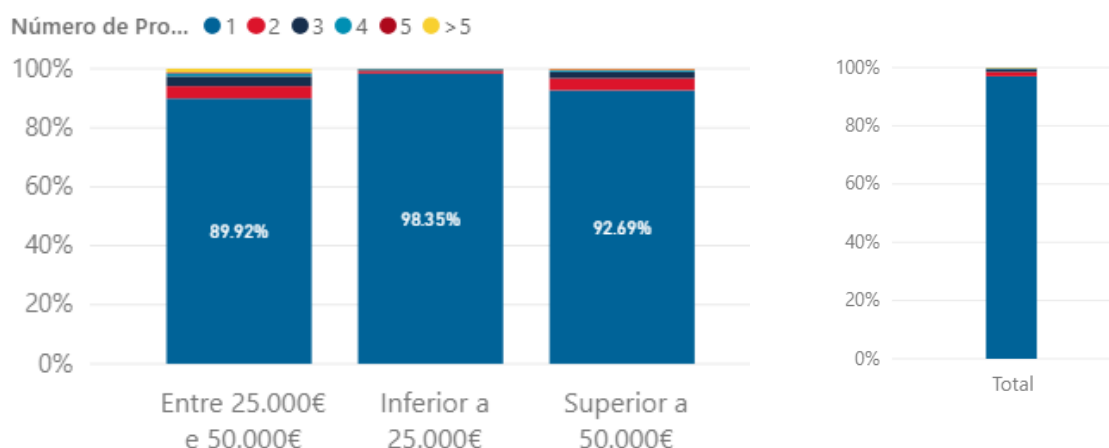
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Acresce que num número considerável de procedimentos foram apresentadas mais de 5 propostas, especialmente nas obras públicas (57% dos procedimentos), mas igualmente relevante nos bens e serviços (29%).

No caso da consulta prévia para a aquisição de bens e serviços, em mais de $\frac{3}{4}$ dos procedimentos apenas foi apresentada uma proposta.

O peso dos contratos resultantes de procedimentos em que apenas foi apresentada uma proposta diminuiu na mesma linha do valor contratual: se nos procedimentos com preço base inferior a 25 000 € em 98,35% dos procedimentos apenas foi apresentada uma proposta, nos procedimentos cujo preço base esteve entre 25 000 € e 50 000 € esse peso diminuiu, 8,43 pontos percentuais, para 89,9%.

Gráfico 72- Número de propostas por procedimento: ajustes diretos para aquisição de bens e serviços (2018)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

7. MODALIDADE DE ADJUDICAÇÃO

7.1. «PREÇO» VS «MELHOR RELAÇÃO QUALIDADE - PREÇO»

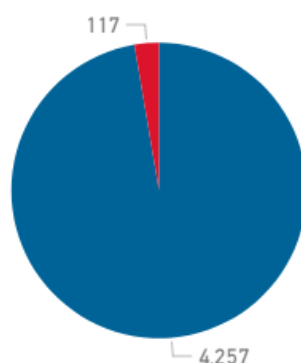
Numa amostra de 4 374¹⁵ procedimentos concursais (com base no anúncio) e cujos contratos foram celebrados em 2018, constatou-se que 97,3% (4 257) tiveram como modalidade de adjudicação apenas o preço, previsto no art.º 74. A estes contratos corresponderam 98% de montantes contratuais.

Gráfico 73- Critérios de adjudicação nos procedimentos abertos (concursos públicos e concursos limitados)

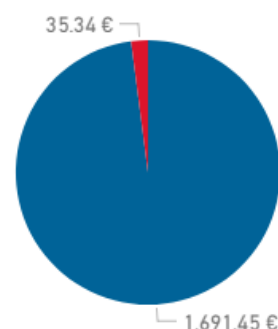
Nº Contratos

Modalidade de adjudicação

- Preço
- Melhor relação qualidade - preço



Valor Contratual (M€)

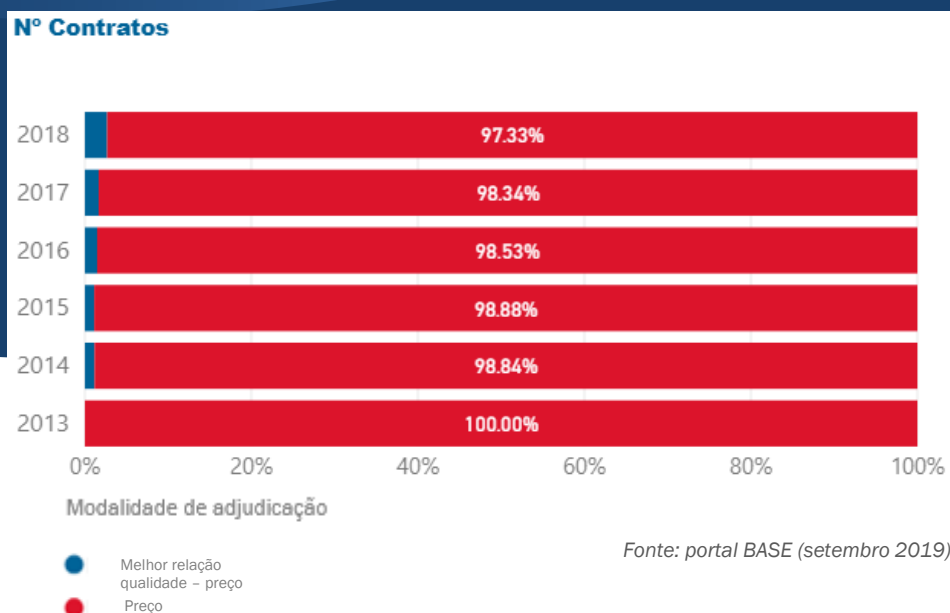


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Em 2018 mantem-se a tendência observada nos anos anteriores, e que aponta para a tímida diminuição no recurso ao critério do preço.

¹⁵ Procedimentos de contratação relativamente aos quais foi possível identificar o tipo de critério utilizado e o respetivo peso, quando aplicável. Foram excluídos os procedimentos por ajuste direto.

Gráfico 74 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por número de contratos: variação de 2011 para 2018



Relativamente aos montantes contratuais envolvidos, de 2017 para 2018 houve uma diminuição do peso dos contratos cujo critério foi apenas o do preço face àqueles em que o critério foi o da melhor relação qualidade-preço em -0,3 pontos percentuais, passando para 97,95%.

Gráfico 75– Peso relativo dos critérios de adjudicação por montantes contratuais: variação de 2013 para 2018

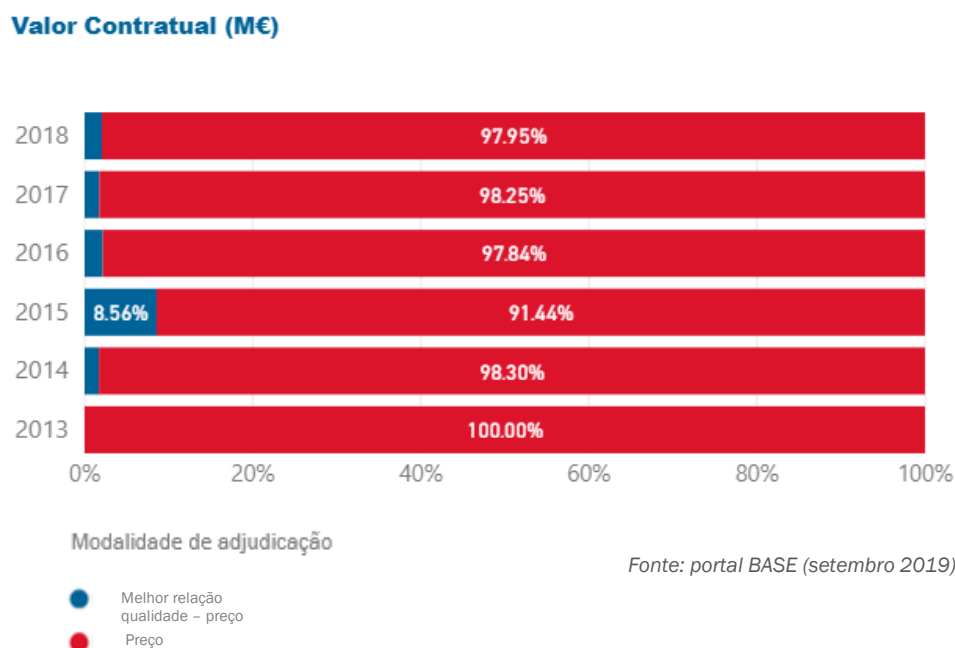
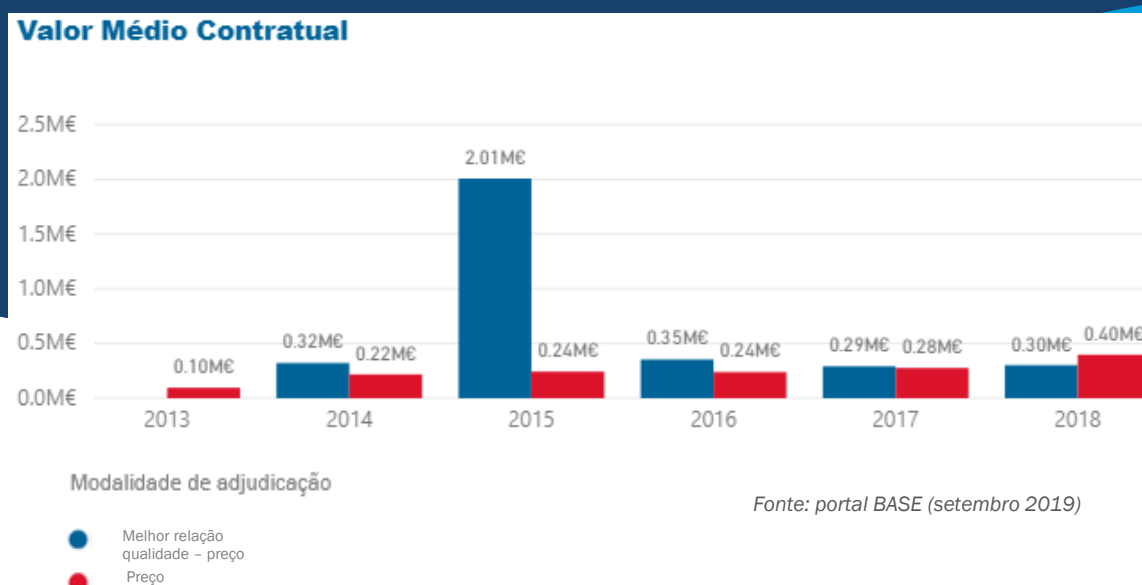


Gráfico 76– Valor médio dos contratos precedidos de procedimento concorrencial, por modalidade de adjudicação: variação de 2013 para 2018



Em termos médios, de 2017 para 2018 notou-se um aumento do valor contratual médio no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação foi a do preço (situando-se, agora, nos 397 333 €), assim como um aumento no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação tenha sido o da «melhor relação qualidade-preço» (302 050 €, sendo em 2017 de 291 502 €).

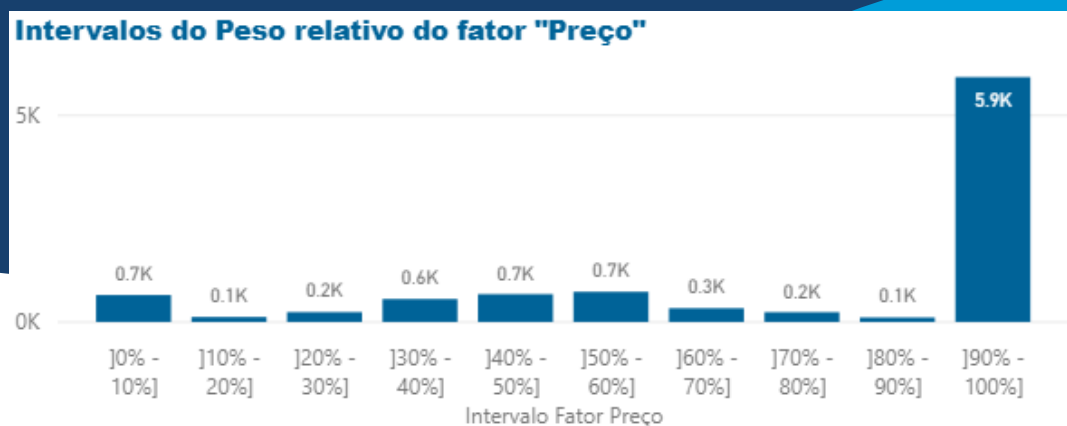
7.2. «MELHOR RELAÇÃO QUALIDADE PREÇO»: PESO DO FATOR PREÇO

Tendo por base apenas os contratos em cujo procedimento de contratação o critério utilizado foi o da «melhor relação qualidade-preço» (117), foi possível constatar a preponderância que o fator preço (ou análogo¹⁶) teve na concretização desse critério.

Como se pode confirmar graficamente, o fator preço ou análogo teve um peso superior a 50% na grande maioria dos procedimentos concursais abertos no ano de 2018 constantes da amostra tratada.

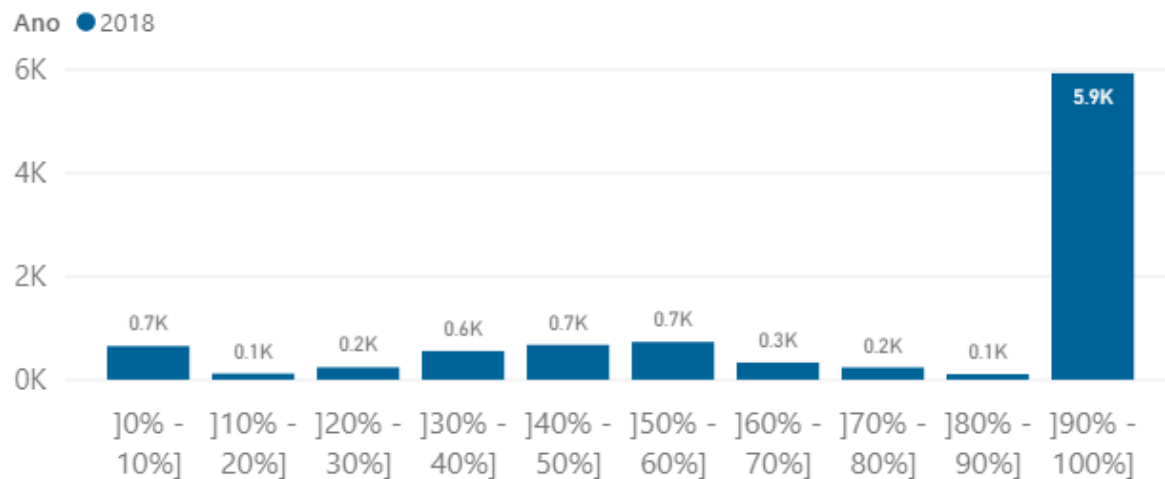
¹⁶ Entendendo-se por análogo o fator económico do contrato (encargos financeiros, rendas a pagar, etc.).

Gráfico 77- Distribuição do peso do fator «preço» ou análogo na apreciação das propostas de procedimentos abertos em 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

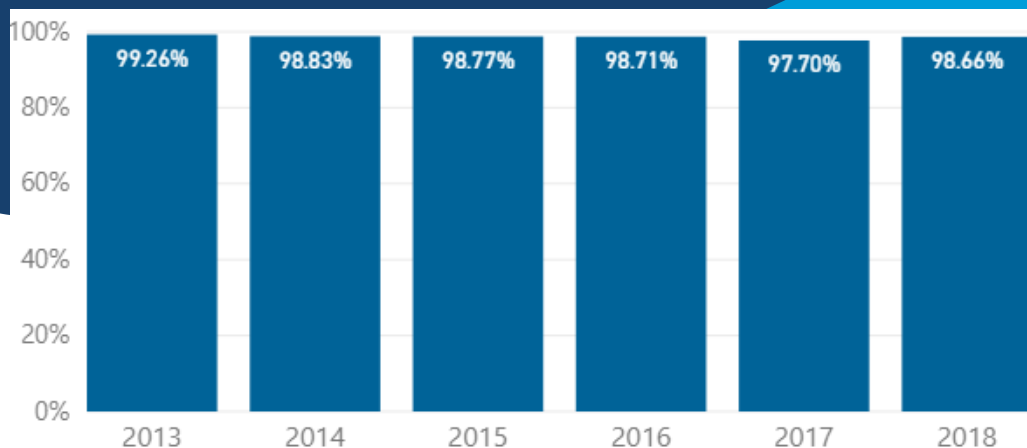
Gráfico 78- Distribuição acumulada do peso do fator preço ou análogo na apreciação das propostas: comparação dos anos 2011 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Juntando os procedimentos cujo fator de apreciação das propostas foi apenas o do preço com os demais procedimentos nos quais o fator preço, não sendo o único factor de apreciação, representou mais de metade da ponderação, concluímos que em 96,66% dos procedimentos concursais, o preço foi o fator de ponderação determinante e maioritário.

Gráfico 79 – Percentagem do número de contratos nos quais o fator preço ou análogo teve preponderância maioritária



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

7.3. PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS

No atual contexto económico e orçamental, os procedimentos de contratação são especialmente sensíveis ao fator preço. Do lado dos concorrentes, a necessidade de manter a sua atividade num quadro de fraco crescimento económico, levou-os a apresentar propostas de valor abaixo dos preços que outrora praticariam, prejudicando a sua margem de lucro. Do lado das entidades adjudicantes, as restrições orçamentais, consubstanciadas não só na dimensão dos seus orçamentos, como também nos entraves administrativos (de que são exemplo os fundos disponíveis), traduziu-se numa diminuição geral dos preços base dos procedimentos, “esmagando” potenciais concorrentes, assim como no favorecimento do fator económico, concedendo-lhe maior peso do que porventura fariam noutro contexto.

Uma das formas de procurar analisar e quantificar esta questão passa por analisar o valor final do contrato em função do preço base¹⁷ e do preço anormalmente baixo¹⁸.

¹⁷ Conceito inovador do quadro normativo português, que corresponde ao “... preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto ...” (art.º 47.º do CCP).

¹⁸

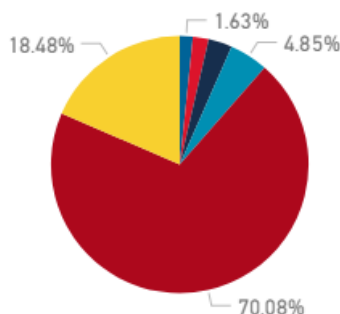
Considerando os contratos de **bens e serviços** (incluindo os relacionados com obras públicas), independentemente do tipo de procedimento, constatamos que em 18,5 % dos contratos da amostra¹⁹ os valores contratuais finais aproximaram-se ou foram mesmo inferiores ao preço anormalmente baixo calculado em função do preço base. A representatividade em termos dos montantes contratuais globais é um pouco inferior (13,3%). Os valores desta análise resultam em parte do facto do preço base, nos procedimentos por Acordo Quadro, ser global e existirem contratos por lotes de valor mais reduzido.

Gráfico 80 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de **bens e serviços** (incluindo os relacionados com obras públicas): ano de 2018

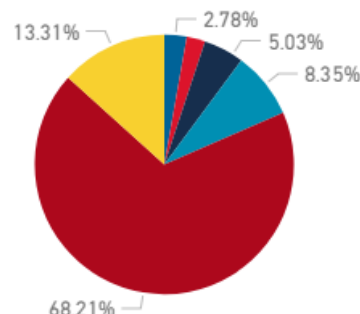
Nº Contratos

Intervalo Preço Cont...

-]50% - 60%]
-]60% - 70%]
-]70% - 80%]
-]80% - 90%]
-]90% - 100%]
- ≤50%



Valor Contratual (M€)

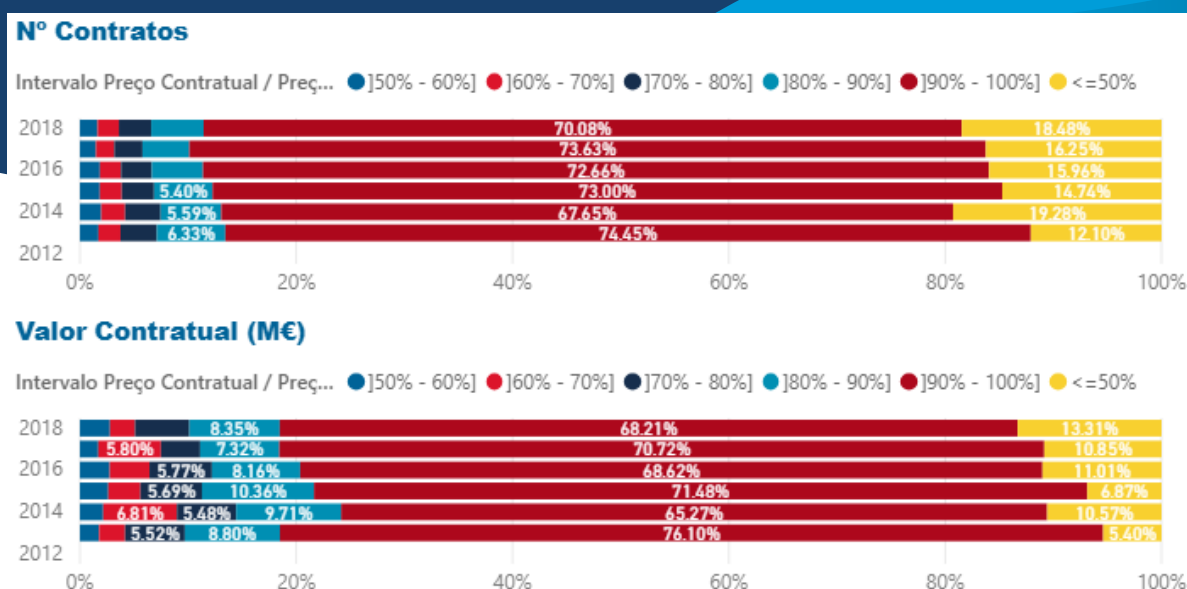


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por comparação com os contratos celebrados no ano de 2017, em 2018 assistiu-se a um aumento dos contratos cujo valor, em função do critério legal para identificação de (eventuais) preços anormalmente baixos, de +0,14 pontos percentuais em termos de número de contratos e de +1,08 pontos percentuais no caso dos montantes contratuais (de 1,7% para 2,8%).

¹⁹ Foram considerados 20,9% dos contratos, que representaram 89,9% dos montantes contratuais.

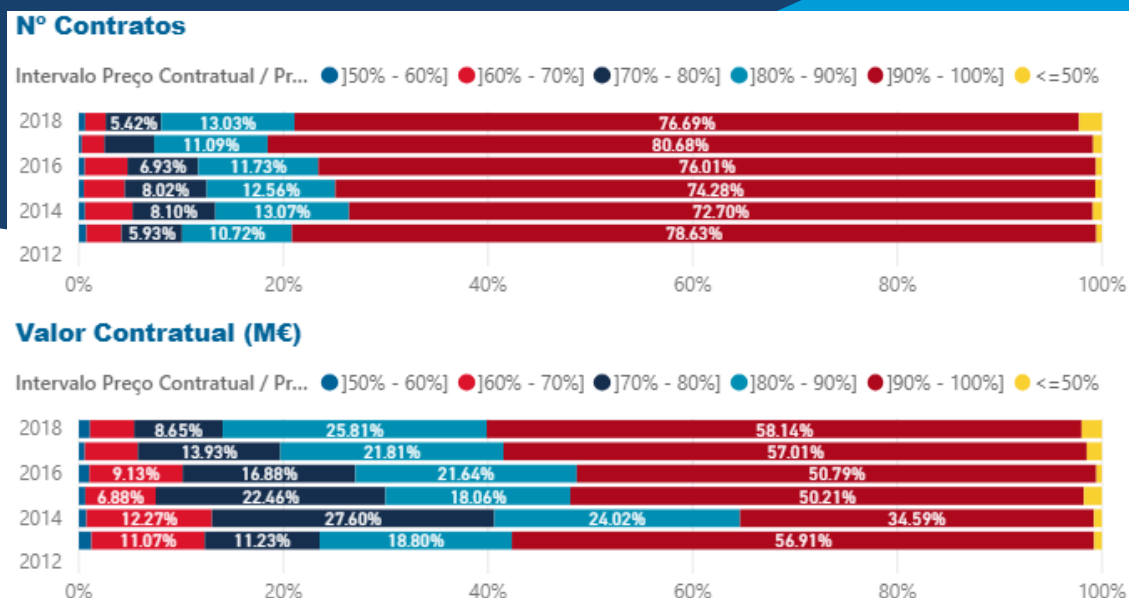
Gráfico 81 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): evolução 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Comparativamente com o ano de 2017, a evolução constatável com contratos relacionados com obras públicas manteve o sentido quanto ao número: os contratos celebrados por valores dentro do critério de preço anormalmente baixo variaram em 0,34 pontos percentuais. Quanto aos montantes contratuais, subiram 0,5 pontos percentuais (para 1,09%).

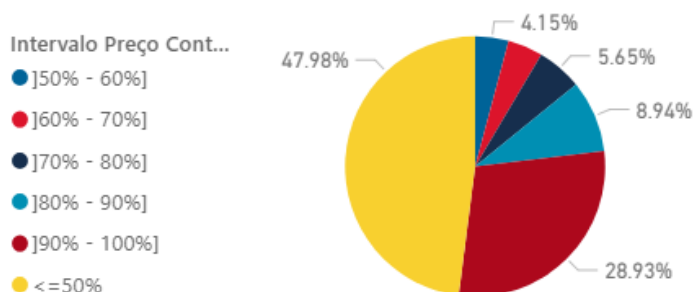
Gráfico 82 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas: evolução 2013 a 2018



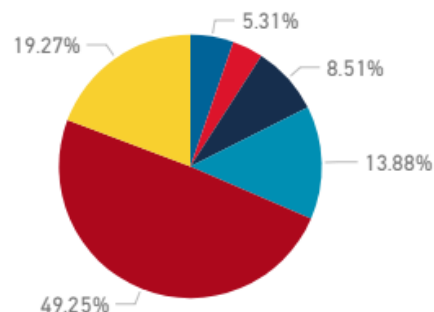
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Analisando apenas os procedimentos concursais constatamos que a adjudicação próxima dos valores do preço anormalmente baixo foi mais frequente. No caso dos bens e serviços, o número de contratos em que o valor contratual foi igual ou inferior a 50% do preço base atingiu os 47,98%, representando 19,27% dos montantes contratuais.

Nº Contratos



Valor Contratual



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

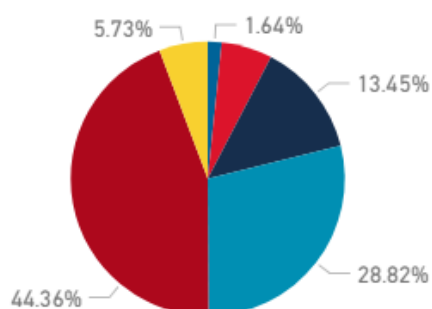
Situação similar sucede com as empreitadas de obras públicas, onde se constatou que 5,73% do número de contratos e 2,49% dos montantes contratuais envolvidos foram celebrados por valor abaixo do valor de referência para preço anormalmente baixo.

Gráfico 84 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas dos procedimentos concursais: ano de 2018

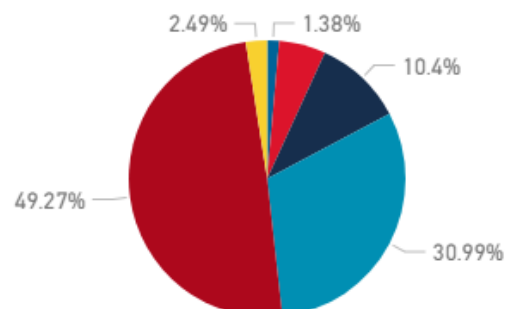
Nº Contratos

Intervalo Preço Cont...

-]50% - 60%]
-]60% - 70%]
-]70% - 80%]
-]80% - 90%]
-]90% - 100%]
- ≤ 50%



Valor Contratual (M€)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Numa breve análise por CPV, constatamos que as obras públicas predominam sobre a restante despesa, sobretudo por força da «Construção», que representa 38,65% do valor contratual total.

Quadro 8 – Distribuição da contratação por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	27,908	38.88%	934.60 €	17.72%
45	Construção	9,367	13.05%	2,038.81 €	38.65%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	8,976	12.50%	357.80 €	6.78%
50	Serviços de reparação e manutenção	6,117	8.52%	258.13 €	4.89%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	5,827	8.12%	210.32 €	3.99%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	4,672	6.51%	261.68 €	4.96%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	2,955	4.12%	343.79 €	6.52%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	2,778	3.87%	249.45 €	4.73%
55	Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho	1,633	2.27%	175.26 €	3.32%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	1,553	2.16%	445.24 €	8.44%
Total		71,786	100.00%	5,275.08 €	100.00%

Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Comparando com o apurado no ano de 2017, constata-se que se assistiu a variações diferenciadas.

Quadro 9 – Distribuição da contratação por CPV: comparação 2017/2018

Descrição CPV	Valor Contratual Homólogo (M€)	%	Valor Contratual Atual (M€)	%
Construção	1,992.25	37.77%	2,038.81 €	38.65%
Equipamento e produtos auxiliares de transporte	117.81	2.23%	249.45 €	4.73%
Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	1,195.31	22.66%	934.60 €	17.72%
Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	306.13	5.80%	445.24 €	8.44%
Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	372.81	7.07%	357.80 €	6.78%
Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	209.41	3.97%	210.32 €	3.99%
Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho	284.61	5.40%	175.26 €	3.32%
Serviços de reparação e manutenção	222.20	4.21%	258.13 €	4.89%
Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	245.13	4.65%	261.68 €	4.96%
Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	284.04	5.38%	343.79 €	6.52%
Total	5,229.70	99.14%	5,275.08 €	100.00%

Fonte: Contratação Pública em Portugal – 2016
portal BASE

No ano de 2018 foram 3 401 as entidades que procederam a registo de contratos junto do portal BASE. Este número representa um decréscimo de 35 entidades (-1%) face a 2017 e um acréscimo de 133 (+4,1%) relativamente ao ano de 2016.

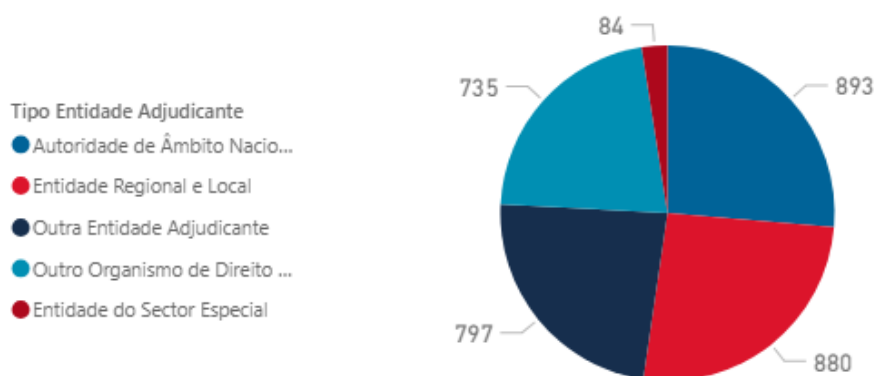
Gráfico 85- Número de Entidades Adjudicantes que reportaram contratos: evolução de 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Estratificando as entidades adjudicantes por tipo, constatamos que são as «Autoridades de Âmbito Nacional» (893), o grupo com maior número (951), seguindo-se as «Entidades Regionais e Locais» (880), as «Outras entidades Adjudicantes» (797), os «Outros Organismos de Direito Público» (735) e «Entidades do Setor Especial» (84).

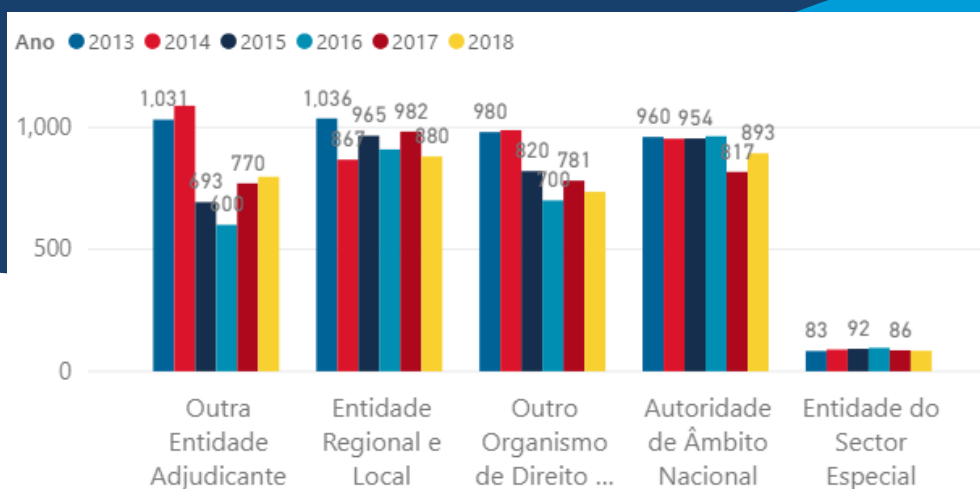
Gráfico 86- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade (2018)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por comparação com o ano de 2017, houve um acréscimo do número de entidades em dois dos segmentos, tendo-se registado uma variação positiva mais significativa nas «Autoridades de Âmbito Nacional».

Gráfico 87- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade: evolução 2013 a 2018



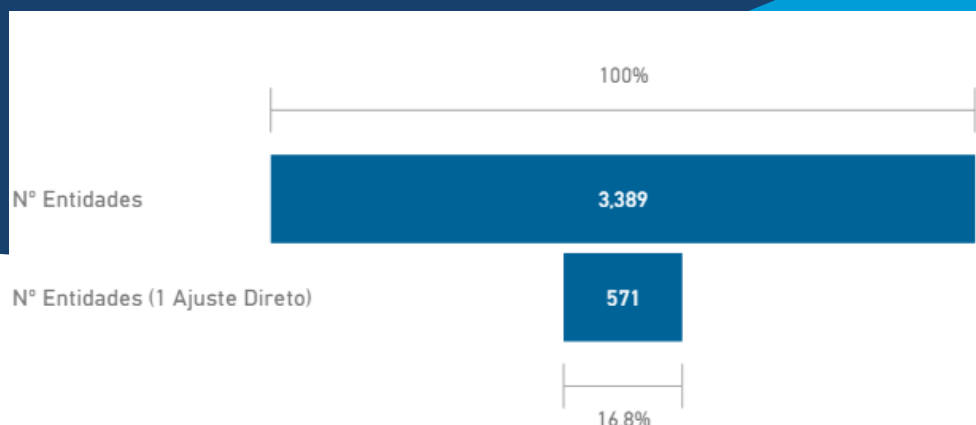
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Apesar do acréscimo de entidades reportantes, o número ainda assim continua a parecer aquém do universo das entidades adjudicantes que, por via da aplicação do Código dos Contratos Públicos, deveriam reportar os procedimentos e contratos ao portal BASE.

Dado que os procedimentos concursais são obrigatoriamente tramitados através de plataformas eletrónicas e estas asseguram a comunicação com o portal, esta subrepresentatividade tenderá a estar, pois, associada às entidades adjudicantes que apenas tenham utilizado o ajuste direto.

Acresce que 16,8% das entidades adjudicantes apenas reportaram 1 contrato por ajuste direto (571).

Gráfico 88- Número de Entidades Adjudicantes que reportaram um único contrato por ajuste direto, ou não reportaram qualquer contrato por ajuste direto, tendo reportado outros contratos



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

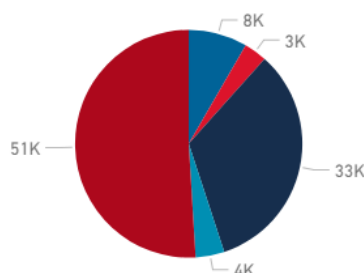
No ano de 2018 foram as entidades que integram os «Outros Organismos de Direito Público» e as «Entidades Locais e Regionais» quem maior representatividade teve no número de contratos celebrados. Nos montantes contratuais surgem igualmente os «Outros Organismos de Direito Público» e como segundo tipo de entidades com maior expressão as «Entidades Locais e Regionais», responsáveis por 33,3% dos montantes contratuais.

Gráfico 89- Contratação pública em 2018 por tipo de Entidade

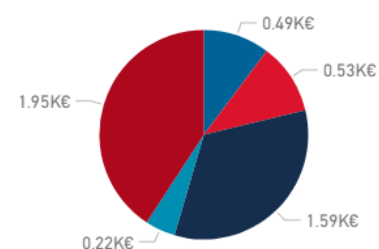
Nº Contratos

Tipo Entidade Adjudicante

- Autoridade de Âmbito Nacional
- Entidade do Sector Especial
- Entidade Regional e Local
- Outra Entidade Adjudicante
- Outro Organismo de Direito Público



Valor Contratual (M€)



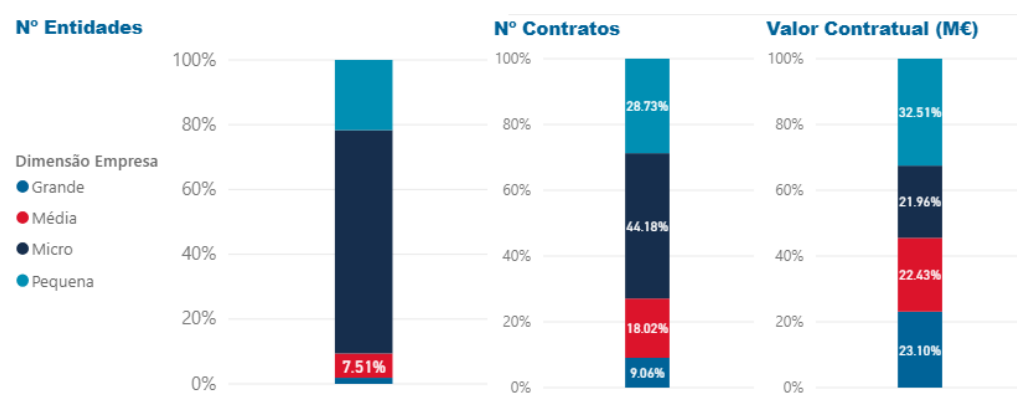
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

As 10 (dez) entidades adjudicantes com maior montante de valores contratuais celebrados representaram 185 milhões de euros, sendo representadas pelas Infraestruturas de Portugal, SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e Centros Hospitalares.

Com base numa amostra de empresas, representativa do número de contratos e do valor contratual, foi possível caracterizar²⁰ o tecido empresarial dos adjudicatários com quem, no ano de 2018, foi celebrado pelo menos um contrato público.

Assim sendo, pode-se concluir que os adjudicatários que celebraram contratos públicos no ano de 2018 foram maioritariamente Micro Empresas ²¹ (68,93%). Todavia, representaram 44,18% do número total de contratos celebrados e somente 21,96% dos montantes contratuais. Já as Pequenas e Médias Empresas (PME)²², que representaram 29,17% dos adjudicatários, foram responsáveis pela celebração de pouco menos de metade dos contratos (46,75%), a que correspondeu perto de ½ dos valores contratuais (54,94%). Por fim, as Grandes Empresas²³ representaram apenas 1,9% do número total de adjudicatários, tendo celebrado 9,06% dos contratos, a que correspondeu cerca de ¼ (23,1%) dos valores contratuais.

Gráfico 90 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

²⁰ Caracterização feita de acordo com os critérios estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.

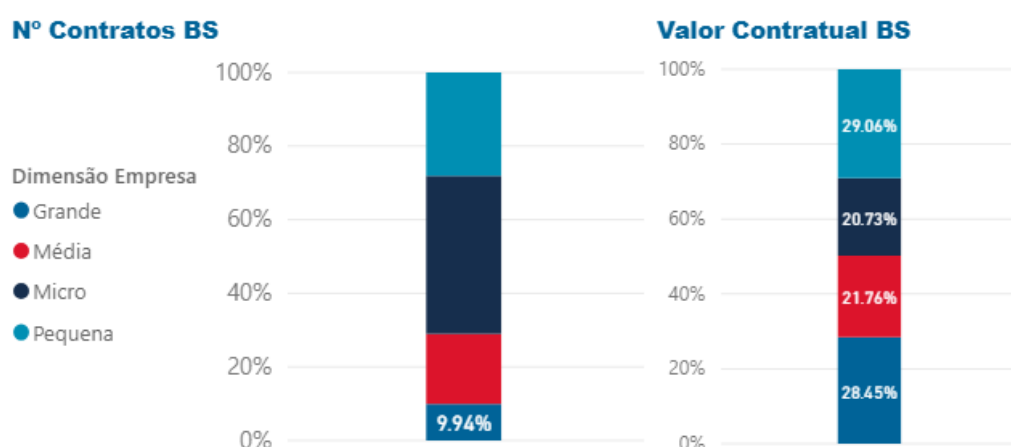
²¹ Empresas com menos de 10 trabalhadores e 2 milhões de euros de volume de negócios.

²² Incluindo-se as Pequenas Empresas (empresas com menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros), e as Médias Empresas (empresas com menos de 250 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 50 milhões de euros).

²³ Empresas com pelo menos 250 trabalhadores e 50 milhões de euros de volume de negócios.

Analisando apenas os contratos de **bens e serviços**, constatamos que o peso das PME é igualmente significativo, representando 47,12% do número de contratos e 50,82% dos montantes contratuais. As Grandes Empresas conseguiram 9,94% dos contratos, que no conjunto representaram 28,45% dos montantes contratuais.

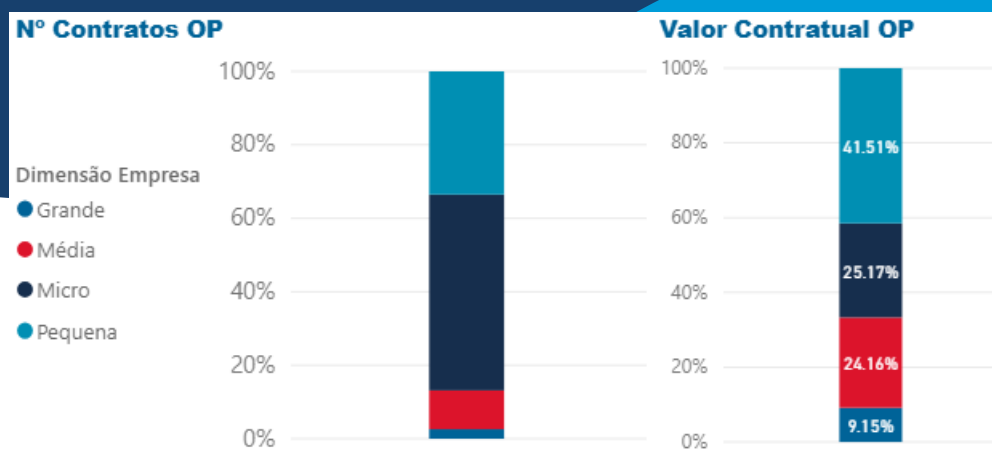
Gráfico 91 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que respeita aos contratos públicos relacionados com obras públicas, o peso das PME foi bastante significativo (44,06% dos contratos e 65,67% dos montantes contratuais), tendo superado largamente as Grandes Empresas no que que respeita aos valores em causa (9,15% dos montantes contratuais, correspondentes a 2,62% do número de contratos).

Gráfico 92 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Obras Públicas

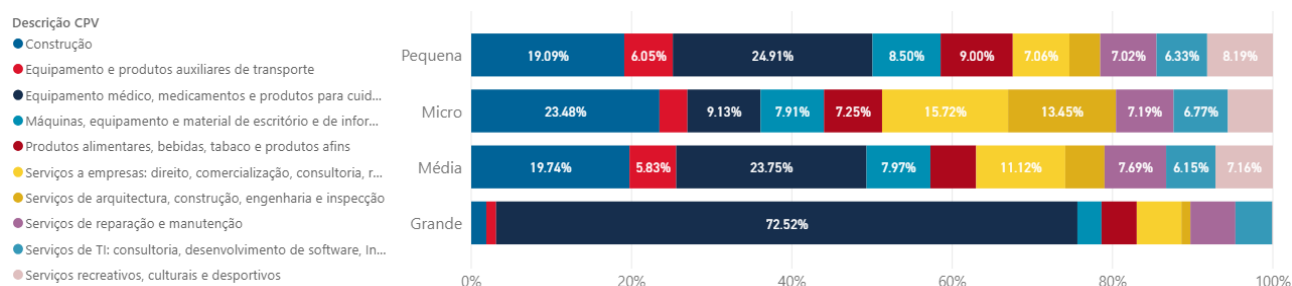


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Analisando a estrutura de contratos celebrados por dimensão de empresa e por Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), considerando apenas as categorias (divisão de CPV) cujo peso foi superior a 5% em algum dos segmentos de dimensão, conseguimos notar alguma diferenciação.

Desde logo, constata-se que a diversidade aumenta na exata medida em que diminui a dimensão da empresa. À medida que a dimensão das empresas aumenta, os contratos celebrados tenderam, pois, a concentrar-se em algumas categorias de compras.

Gráfico 93 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

A «Construção» é das categorias com maior predominância de contratos, a sua expressão é, maior nas Micro empresas (23,48%), Médias empresas (19,74%) e nas Pequenas empresas (24,91) do que nas Grandes empresas (1,88%). Associada a esta categoria de contratos, a categoria «Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção» é expressiva no segmento das Micro Empresas (13,45%), e não tanto nas demais dimensões de empresas.

O «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» constituiu uma categoria de contratos com peso relevante na tipologia Grandes empresas, nas quais representou 72,52%.

Quadro 10 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV

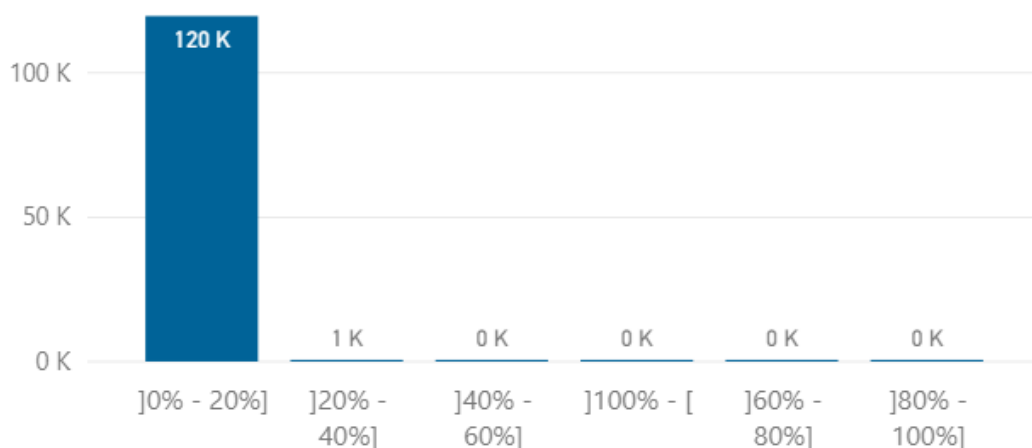
CPV 2 Dígitos	Grande	Média	Micro	Pequena	Total
15	4.40%	5.70%	7.25%	9.00%	4.24%
30	3.00%	7.97%	7.91%	8.50%	6.48%
33	72.52%	23.75%	9.13%	24.91%	34.33%
34	1.22%	5.83%	3.49%	6.05%	3.76%
45	1.88%	19.74%	23.48%	19.09%	15.90%
50	5.62%	7.69%	7.19%	7.02%	7.21%
71	1.12%	4.89%	13.45%	3.84%	6.16%
72	4.59%	6.15%	6.77%	6.33%	6.24%
79	5.57%	11.12%	15.72%	7.06%	10.57%
92	0.07%	7.16%	5.61%	8.19%	5.11%
Total	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Fonte: portal BASE (setembro 2019)

7.3.1. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS SOBRE O VOLUME DE NEGÓCIOS DOS ADJUDICATÁRIOS

Procurando analisar o impacto que os contratos públicos poderão ter tido ao nível dos adjudicatários, em 98,0% dos casos, o peso dos contratos celebrados em 2018 com uma determinada entidade adjudicante representaram menos de 20% do volume de negócios do operador económico.

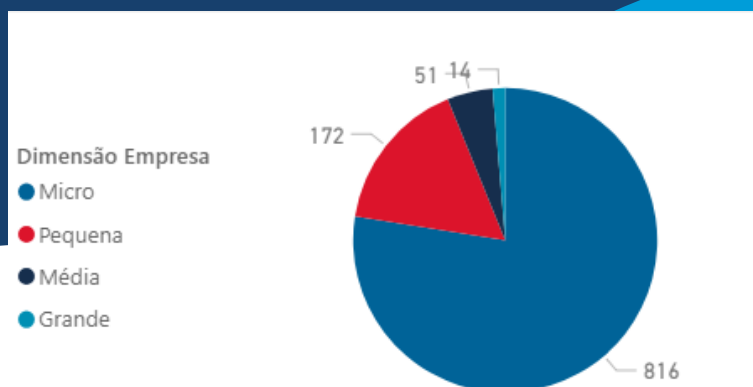
Gráfico 94– Número de situações em que o peso dos contratos celebrados com uma determinada entidade adjudicante em 2018 representou mais de 20% do volume de negócios de 2018 do operador económico



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Das outras situações, destaque para a identificação de 1 050 casos nos quais o valor dos contratos celebrados contratados com as entidades adjudicantes foi superior ao volume de negócios dessas empresas no ano de 2018 (situações justificadas provavelmente pela existência de contratos plurianuais). Destas empresas, a maior fatia (77,62%) respeitava a Micro empresas.

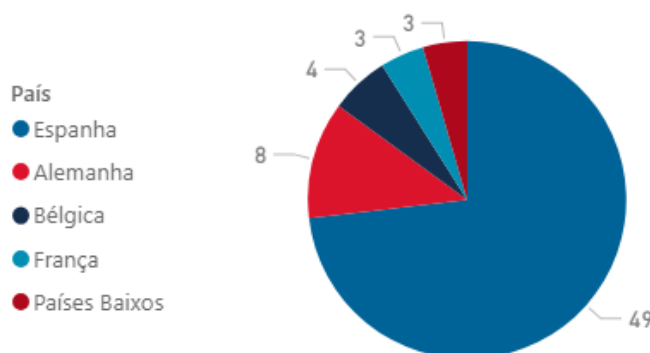
Gráfico 95- Classificação por tipo das empresas cujos contratos públicos celebrados foi superior ao volume de negócios (2018)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

7.3.2. ORIGEM DOS ADJUDICATÁRIOS NÃO NACIONAIS

Gráfico 96- Número de Entidades Adjudicatárias, por país (2018)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por origem, o país com maior representação em número de empresas com as quais foi celebrado, pelo menos, um contrato público foi Espanha (49), seguida pela Alemanha (8) e França (4). Os adjudicatários com maior volume de contratos públicos celebrados no ano de 2018 são da área da energia (Endesa Energia, S.A. e EDP comercial).

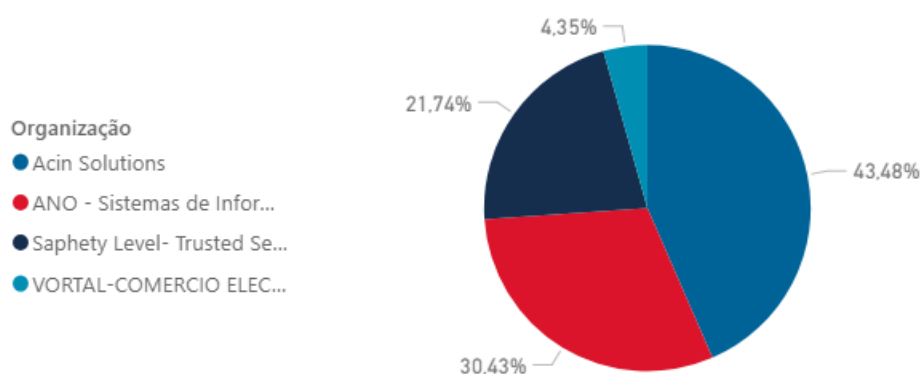
7.4. PLATAFORMAS ELETRÔNICAS

7.4.1. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2018 COM AS PLATAFORMAS ELETRÔNICAS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELETRÔNICA DE CONTRATAÇÃO

As plataformas eletrônicas da contratação pública são um instrumento central nos mercados públicos, na medida em que por elas são tramitados, obrigatoriamente, os procedimentos concursais. Como vimos²⁴, em 2018 foram responsáveis pela tramitação de 36,2% dos procedimentos iniciados naquele ano, a que correspondeu 87,3% do preço base implícito.

Dos contratos celebrados no ano de 2018 tendo como objeto a aquisição de serviços relacionados com a tramitação em plataforma eletrônica certificada dos procedimentos contratuais, dois fornecedores distribuem-se com quota de mercado superior a 30% – Acin Solutions (acinGov), Ano – Sistemas de Informação (anoGov)– sendo responsáveis por 73,9% do número total de novos contratos.

Gráfico 97- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrônicas para a tramitação processual, por entidade certificada

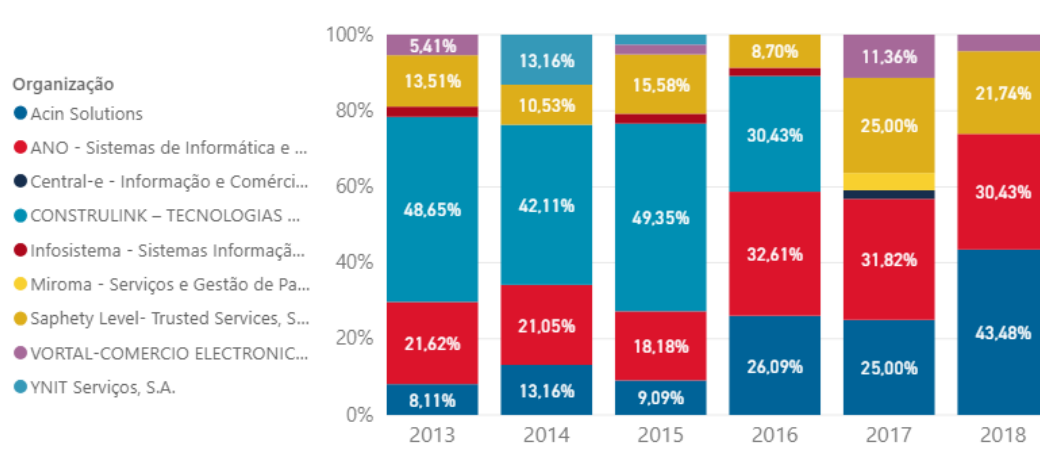


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

²⁴ Cfr. item 2.1.

Face aos anos anteriores, o mercado das plataformas eletrónicas de contratação pública parece ter evoluído numa maior distribuição. De facto, as três empresas com maior quota, representaram 95,65% do mercado em 2018.

Gráfico 98- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada: evolução 2013 a 2018

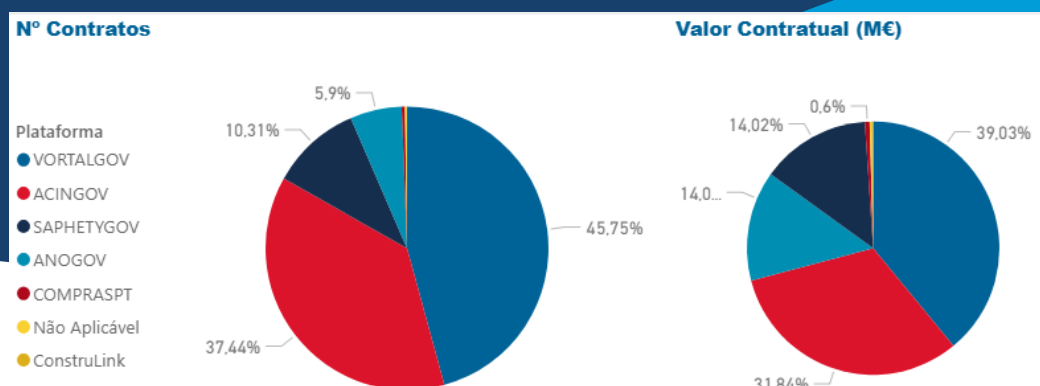


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

7.4.2. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2018 POR PLATAFORMA POR ONDE TRAMITARAM OS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS

No que respeita ao peso relativo do número e dos montantes contratuais que foram tramitados por plataforma, verifica-se uma concentração em três plataformas (VortalGOV, acinGov e SaphetyGov), que asseguraram 93,5% do número de contratos reportados ao portal BASE, e representaram 84,9% do montante contratual global.

Gráfico 99- Distribuição do número de contratos e dos montantes contratuais tramitados, por plataforma

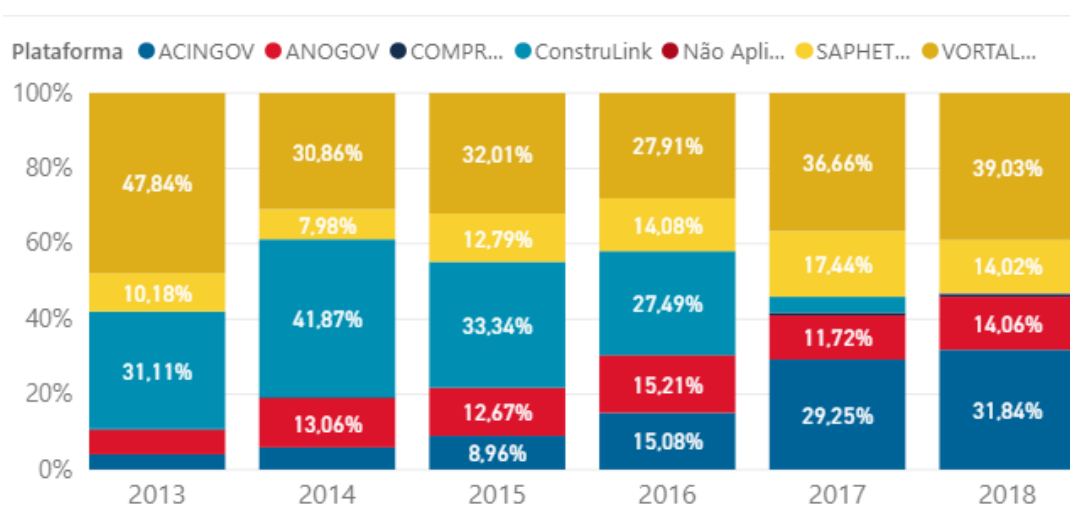


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

A VortalGov teve a preponderância no número de contratos (45,75%), e também foi pela plataforma da VortalGov que foi tramitado o maior volume contratual (39,03%) seguida da acinGov, com 37,44% do número de contratos e 31,84% do valor contratual.

Comparando com o ano de 2017, constatou-se um aumento em 2,59 p.p. da relevância da plataforma acinGov, e de 2,34 p.p. da plataforma anoGov, face ao mercado global.

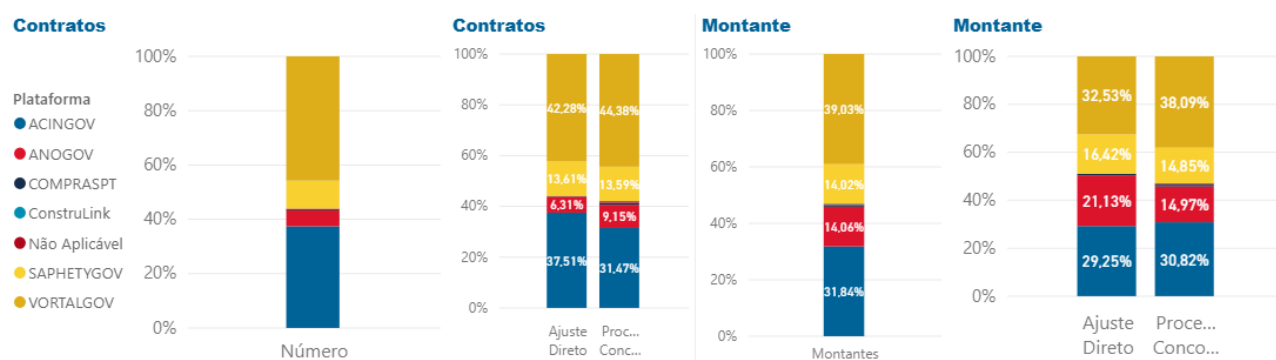
Gráfico 100- Distribuição dos montantes contratuais, por plataforma: evolução 2013 a 2018



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por tipo de procedimento utilizado, destaque para o peso que a VortalGov registou nos procedimentos concursais quanto ao número de contratos (44,4%) em 2018, assim como, no que respeita aos montantes contratuais dos procedimentos concursais (38,1%).

Gráfico 101- Distribuição dos números e montantes contratuais, por plataforma: ano de 2018



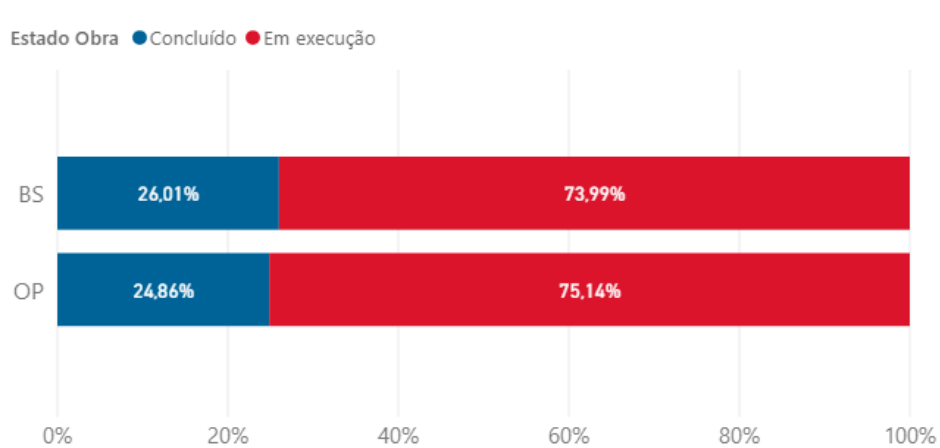
Fonte: portal BASE (setembro 2019)

8. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

8.1. DESVIO DE PREÇOS²⁵

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório (dos contratos celebrados que tinham indicação do preço total efetivo), a taxa de conclusão registada era maior no caso dos bens e serviços (26,1%, referente a 28 892 contratos) do que no caso das obras públicas (24,86%, respeitante a 2 409 contratos).

Gráfico 102- Contratos com indicação do preço total efetivo

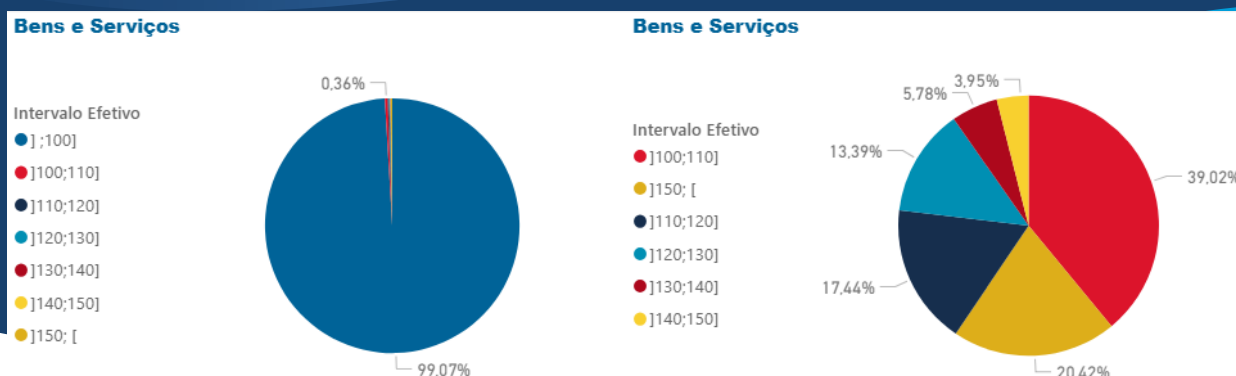


Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Confrontando o valor total efetivo de cada um destes contratos com o preço contratual, constata-se que no caso dos bens e serviços em apenas 0,36% dos contratos o preço total final foi superior ao valor contratualmente definido.

²⁵ Importa ter em conta que o desvio de preços que aqui é considerado tem a ver com a diferença entre o preço total efetivo do contrato e o preço contratual. Não se entra em linha de conta com a natureza dos sobrecustos; por ausência de informação, tais desvios podem dever-se a trabalhos a mais e/ou a menos, a juros indemnizatórios, etc.

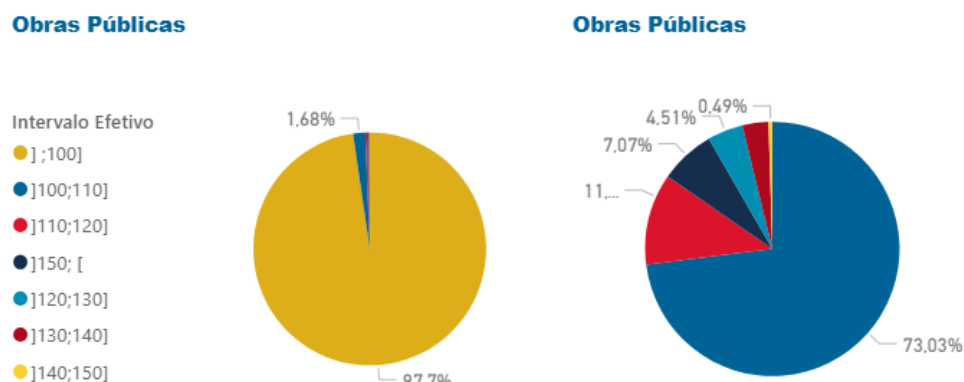
Gráfico 103- Desvios de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No caso das obras públicas o peso dos contratos em que tal situação sucedeu é ligeiramente superior, mas ainda assim com um valor muito pequeno: em apenas 1,68% dos contratos relacionados com obras públicas o valor final foi superior ao valor contratualizado.

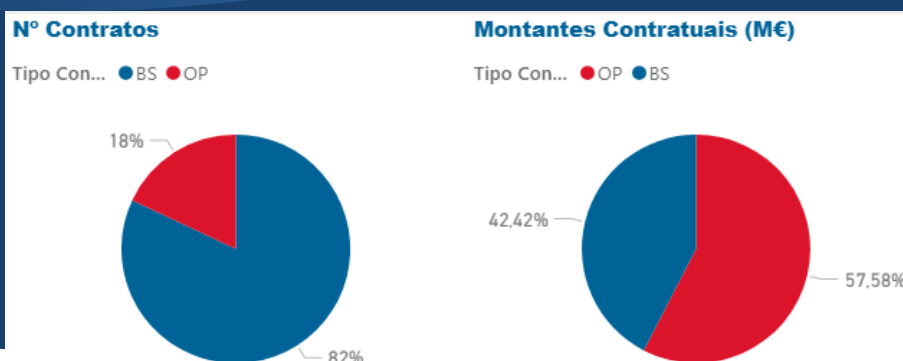
Gráfico 104- Desvios de preços por intervalo de variação: Obras Públicas



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Dos contratos celebrados em 2018 cujo preço total efetivo foi superior ao preço contratual, 82% respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, correspondendo a 42% dos montantes contratuais desse universo.

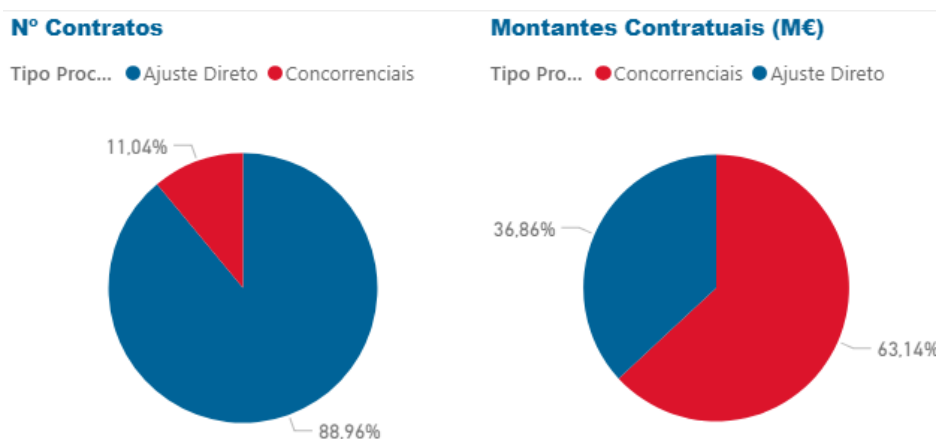
Gráfico 105- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por tipo de procedimento, a grande maioria do número de contratos (88,96%) e 36,86% do montante contratual respeitaram a contratos que foram precedidos por procedimentos de ajuste direto.

Gráfico 106- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

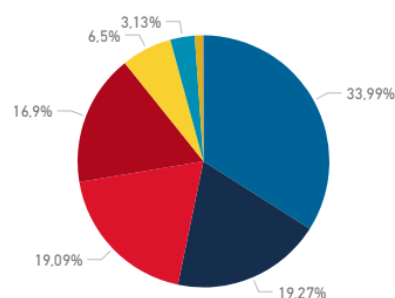
Relativamente ao tipo de entidades adjudicantes que celebraram contratos cujo preço final efetivo foi superior ao valor contratual, foi principalmente nos «Outros Organismos de Direito Público» (33,99% dos contratos e 29,02% dos montantes contratuais) e nas «Entidades Locais» (19,27% dos contratos e 23,77% dos montantes contratuais) que tal situação ocorreu.

Gráfico 107- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de entidade adjudicante

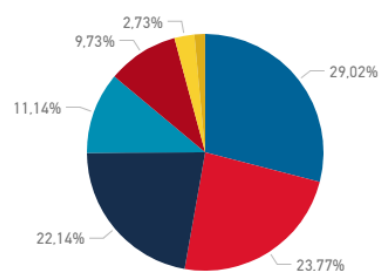
Nº Contratos

Tipo Entidade Adjudicante

- Outro Organismo de Direit...
- Entidade Local
- (Vazio)
- Autoridade de Âmbito Nac...
- Outra Entidade Adjudicante
- Entidade do Sector Especial
- Entidade Regional
- Autoridade de Âmbito Nac...



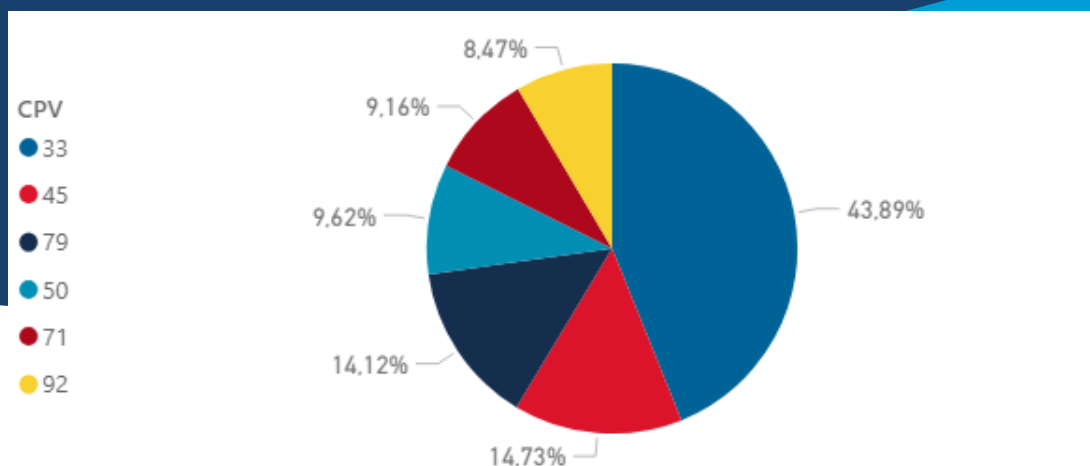
Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Por tipo de despesa, analisando onde se reportaram o maior número de contratos, destacaram-se o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (43,9%), seguindo-se a «Construção» (14,7%) e os «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (14,1%).

Gráfico 108- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por CPV (número de contratos)



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

8.2. DESVIO DE PRAZOS

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório, dos contratos celebrados 75,96%, tinham indicação da duração efetiva do contrato (73,9% no caso dos contratos relativos a aquisição de bens e serviços e 99,5% relativamente aos contratos relacionados com obras públicas).

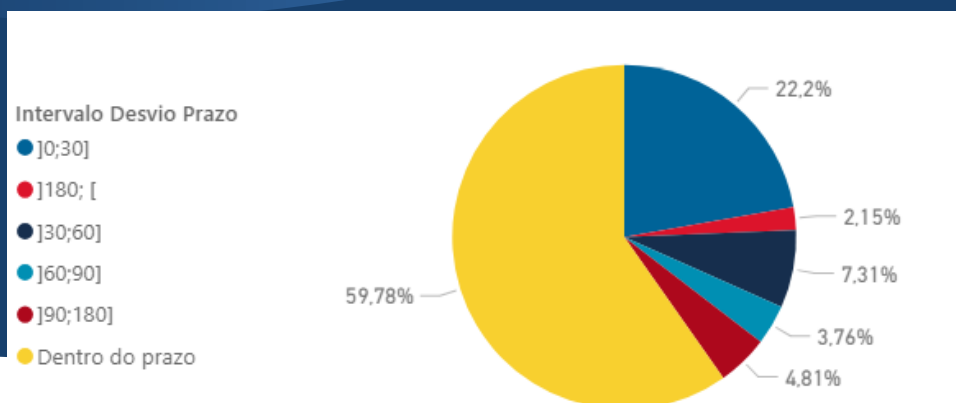
Quadro 11 – Contratos com indicação da duração final do contrato

Tipo Contrato	Nº Contratos (Data de celebração)	Nº Contratos Concluídos	Peso
BS	111.089	82.098	73,90%
OP	9.692	9.646	99,53%
Total	120.781	91.744	75,96%

Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No que respeita ao cumprimento dos prazos de execução contratualmente definidos, no caso dos bens e serviços o prazo contratual não foi respeitado em 40,23% dos contratos. Ainda assim, em apenas 8,57% dos contratos esse prazo foi ultrapassado em mais de 60 dias.

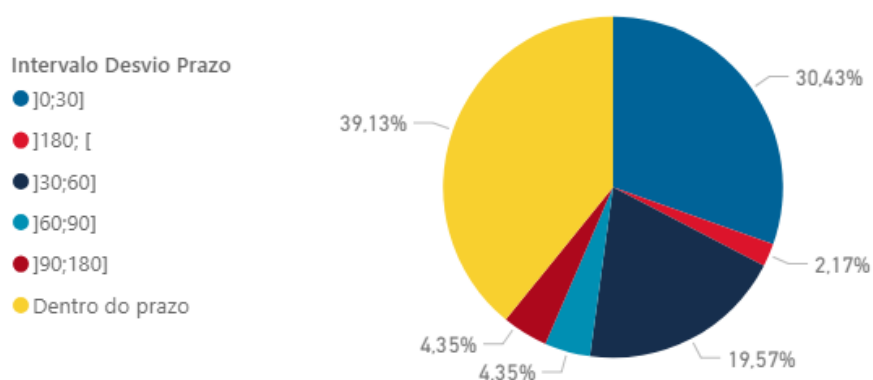
Gráfico 109- Desvios de prazos por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

No caso das obras públicas, a maioria dos contratos não foi executado dentro do prazo contratualmente estabelecido, apesar disso em 39,13% dos casos tal prazo foi respeitado. Em 8,7% dos casos o prazo foi mesmo ultrapassado para além dos 60 dias.

Gráfico 110- Desvios de prazos por intervalo de variação: Obras Públicas



Fonte: portal BASE (setembro 2019)

Cofinanciado por:



UNIAO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional